

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

JAIRO DA SILVA GOMES

**HABITAÇÃO, DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA:
situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-AL**

MACEIÓ
2018

JAIRO DA SILVA GOMES

**HABITAÇÃO, DESORGANIZAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA:
situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-AL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Emerson Oliveira do Nascimento

MACEIÓ
2018

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central

Bibliotecária Responsável: Janis Christine Angelina Cavalcante

G633h Gomes, Jairo da Silva.
Habitação, desorganização social e violência: situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió - AL / Jairo da Silva Gomes. – 2018.
176 f. : il. color., graf., tabs.

Orientador: Emerson Oliveira do Nascimento.
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2018.

Bibliografia: f. 144-148.
Anexos: f. 149-164.

1. Sociabilidade. 2. Periferia – Maceió (AL). 3. Habitação popular.
4. Violência. I. Título.

CDU: 316.334.52(813.5)

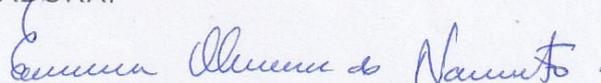
FOLHA DE APROVAÇÃO

JAIRO DA SILVA GOMES

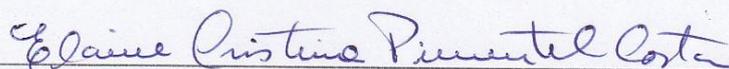
(Habitação, desorganização social e violência: situação e perspectiva no bairro Benedito Bentes, Maceió-al/ dissertação de mestrado em Sociologia, da Universidade Federal de Alagoas, na forma normalizada e de uso obrigatório)

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 26 de abril de 2018.

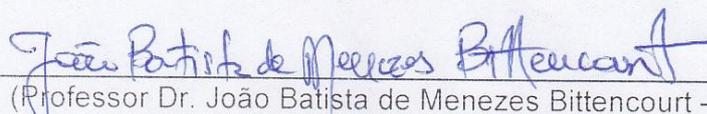
BANCA EXAMINADORA:



Professor Doutor Emerson Oliveira do Nascimento – PPGS/UFAL
(Presidente/Orientador)



(Professora Doutora Elaine Cristina Pimentel Cota – PPGD/UFAL)
(Examinadora Externa)



(Professor Dr. João Batista de Menezes Bittencourt – PPGS/UFAL)
(Examinador Interno)

Maceió
2018

À Vera Lúcia da Silva, minha mãe (*in memoriam*): que sempre vai doer em mim tua ausência, vai me faltar fôlego e escorrer lágrimas, mas hei de acordar com a força que sempre foi tua, há em mim. Vida tua.

AGRADECIMENTOS

Este foi um longo caminho, que se seguiu de imediato logo após a finalização da graduação, atravessado e seguido por pessoas que, nos mais diversos momentos, com apoio, afeto e colaboração, tiveram um relevante papel. A todos deixo aqui expresso meu agradecimento.

Ao Professor Doutor Emerson Oliveira do Nascimento, orientador desta dissertação, agradeço por ter aceito acompanhar essa etapa, salientando a oportunidade ampla de confiança que me permitiu na escrita. Pela disponibilidade nos horários mais diversos, pelas constantes observações, considerações e o estímulo. Obrigado.

À Professora Doutora Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alagoas, o especial reconhecimento pela partilha de sua valiosa experiência em Sociologia que tem sido presente desde a graduação, indubitavelmente, marcou a opção pelo estudo. Sempre atenta e generosa, com a amizade, com as indicações e empréstimos de material. Obrigado.

À Professora Doutora Elaine Cristina Pimentel Costa, do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Universidade Federal de Alagoas, com quem tive oportunidade de participar em projeto correlato na graduação e gentilmente aceitou participar da defesa desta investigação. Contente e agradecido pela disposição e entusiasmo.

Ao Professor Doutor João Batista Menezes Bittencourt com o qual durante o período no Programa tive a oportunidade de poder contar com total disponibilidade para sanar quaisquer dúvidas seja referente à pesquisa seja no que diz respeito a outros assuntos.

À Professora Doutora Fernanda Rechenberg e ao Professor Doutor Cristiano das Neves Bodar que estiveram presentes na banca de qualificação, oportunizaram importantes conselhos teóricos e metodológicos, agradeço pelo incentivo à realização da pesquisa.

Com significativo apreço e afeto, agradeço a amiga e Professora Doutora Jusciney Carvalho Santana, do Centro de Educação, da Universidade Federal de Alagoas,

pelo incentivo incondicional e por ser presente partilhando formas de amadurecimento e crescimento pessoal.

Aos Professores Júlio Cesar Gaudêncio, Siloé Amorim, Jordânia de Araújo Souza, do Instituto de Ciências Sociais, da Universidade Federal de Alagoas, cujos contributos se somam desde a graduação, grato pela amizade e pela preocupação social sobre estas matérias.

Aos amigos Fábio dos Santos, Sylvania Ferreira, Priscila Fernanda, Anna Virgínia, Letícia Souza, Raphaela Alencar, presentes nesse percurso, encorajando e torcendo pelos melhores resultados.

Um profundo agradecimento aos meus irmãos, Manuelle, Gessica e Mandson, aos meus sobrinhos, Nicole e Ryan, que na trivialidade do cotidiano proporcionam as condições essenciais para lembrar a extensão da bondade e da saudade de nossa mãe. A Lays E. S. Crisanto, por ser calma e esteio num mundo inquieto e desengonçado. Que floresça vida.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela disponibilização da bolsa, sem a qual sequer o projeto teria sido encaminhado. Aos colegas e amigos do Programa, força e ânimo para concretização de seus projetos.

Aos entrevistados e entrevistadas que participaram deste estudo, às suas famílias e aos residentes do bairro do Benedito Bentes, tal qual outras áreas visitadas, que o bom viver seja mais que esperança.

A todos, muito obrigado.

Mas porque aqui estar muito é, e porque aparentemente de nós precisa tudo o que aqui está, este desvanecente que estranhamente nos diz respeito. A nós, os mais desvanecentes.

Uma vez
cada, só *uma vez*. *Uma vez* e nunca mais. E nós também
uma vez. Nunca de novo. Mas ter sido
este *uma vez*, ainda que só *um vez*:
terrenamente ter sido não parece revogável.

E assim nos empurramos e queremos fazê-lo,
queremos contê-lo nas nossas simples mãos,
no mais transbordante olhar e no coração sem falta.
Queremos tornar-nos nele. – A quem dá-lo? De preferência
tudo manter para sempre... ai, para outra relação,
dor, o que se leva? Não o contemplar, o aqui
lentamente apreendido, e nenhum aqui acontecido. Nenhum.
Portanto, as dores. Portanto, sobretudo o ser pesado,
portanto, do amor longa experiência, – portanto,
somente o indivisível.

Nona Elegia do Duíno (trecho),
Rainer Maria Rilke

RESUMO

O texto examina a trajetória do maior aglomerado e mais notável instância de habitação popular da cidade de Maceió/AL, o bairro do Benedito Bentes. Procura traçar como as transformações em sua composição social em paralelo com a evolução dos homicídios tem influenciado na forma como os moradores lidam com a visibilidade depreciativa anexada ao seu local de residência. Justamente por isso, a questão primordial que se levantou foi a de se saber como a narrativa destes poderia iluminar as condições que tiveram de se conjugar para que a violência e a criminalidade, englobada num leque de preocupações, tenha adquirido especial importância no bairro. Essa problemática sugere, num primeiro momento, duas hipóteses: por um lado, as relações sociais estão fortemente desestabilizadas em razão do contínuo processo migratório para a região; por outro lado, a violência constitui, nessa lógica, uma resposta aos processos de (re)adaptação social e de (re)estruturação do bairro. Assim, realizou-se um estudo de caso, de base etnográfica, que teve como ponto de partida um conjunto de moradores e as lideranças comunitárias. Nas considerações finais, constatou-se que para vários moradores a violência local, para além do recorrente discurso do tráfico de drogas, é resultado de uma sequência de *experimentos* estatal socialmente estigmatizados e através dos quais se questiona o desenvolvimento urbano e algumas políticas direcionadas à região.

Palavras-chave: sociabilidade; violência; periferia; habitação popular

ABSTRACT

The text examines the trajectory of the largest cluster and most notable instance of social housing in the city of Maceió / AL, the neighborhood of Benedito Bentes. It tries to trace how the transformations in its social composition in parallel with the evolution of the homicides has influenced in the way the residents deal with the derogatory visibility attached to their place of residence. Precisely because of this, the main question that arose was to know how the narrative of these could illuminate the conditions that had to be combined so that violence and crime, encompassed by a range of concerns, has acquired special importance in the neighborhood. This problematic suggests, at first, two hypotheses: on the one hand, social relations are strongly destabilized due to the continuous migratory process for the region; On the other hand, violence constitutes, in this logic, a response to the processes of social (re) adaptation and (re) structuring of the neighborhood. Thus, a case study was carried out, with an ethnographic basis, based on a set of residents and community leaders. In the final considerations, it was verified that for several residents, the local violence, in addition to the recurrent drug trafficking discourse, is the result of a series of socially stigmatized state experiments, through which urban development and some policies directed to the region are questioned.

Keywords: sociability; violence; periphery; social housing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1.....	68
Figura 2.....	81
Figura 3.....	82
Figura 4.....	82
Figura 5.....	83
Figura 6.....	83
Figura 7.....	84
Figura 8.....	84
Figura 9.....	85
Figura 10.....	85
Figura 11.....	87
Figura 12.....	92
Figura 13.....	95
Figura 14.....	96
Figura 15.....	122
Figura 16.....	123
Figura 17.....	156
Figura 18.....	157
Figura 19.....	158
Figura 20.....	159
Figura 21.....	160
Figura 22.....	161
Figura 23.....	162

LISTA DE TABELA

Tabela 1:	69
Tabela 2:	70
Tabela 3:	148
Tabela 4:	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1:.....	60
Gráfico 2:.....	62
Gráfico 3:.....	109
Gráfico 4:.....	109
Gráfico 5:.....	110
Gráfico 6:.....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALE: Assembleia Legislativa do Estado;

APM: Arquivo Público Municipal;

BNH: Banco Nacional de Habitação;

COHAB: Companhia de Habitação Popular de Alagoas;

CV: Comando Vermelho;

CVLI: Crimes Violentos Letais Intencionais;

HGE: Hospital Geral do Estado;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IHGA: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas;

INSS: Instituto Nacional de Seguro Social;

IBAM/DUMA: Instituto Brasileiro de Administração Municipal de Habitação Popular da Prefeitura;

NEAC: Núcleo de Estatística e Análise Criminal

ONU: Organização das Nações Unidas;

PCC: Primeiro Comando da Capital;

SEDS/AL: Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas;

SEPREV: Secretaria de Estado de Prevenção à Violência;

SMPDM: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Maceió;

SPS: Secretaria de Segurança Pública.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Problema de partida, hipóteses e questões orientadoras.....	16
1.2. Contexto da investigação	24
2. A CIDADE E A PERIFERIA: DEBATE SOBRE OS DESAFIOS URBANOS	28
2.1. Teoria Social e da Cidade.....	30
2.1.1. Periferia e a dinâmica residencial.....	36
2.1.1.1. Mobilidade e desorganização social: uma preocupação social renovada	41
2.2. Panorama da violência no contexto urbano brasileiro	46
3. ESPAÇOS, TRAJETÓRIAS E VIOLÊNCIAS.....	57
3.1. Alagoas e o quadro de mortes violentas	57
3.2. A trajetória do bairro Benedito Bentes	77
3.2.1. “Uma cidade não pode cuidar de outra cidade”: a propósito da criação do “município” Benedito Bentes	88
3.2.2. A fala de si e do bairro: construção social da memória do bairro	97
4. MEDO, RELATOS E ATRIBUIÇÕES DA VIOLÊNCIA.....	108
4.1. Taxas de homicídios e outras interpretações da violência no Bairro do Benedito Bentes	108
4.1.1 Grupo Focal – Território do Benedito Bentes.....	128
4.1.2. Insuficiência do planejamento urbano e os aspectos da desorganização social	131
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	142
ANEXOS	147

1 INTRODUÇÃO

O crescimento demográfico e os processos de urbanização na maior parte dos centros urbanos brasileiro não são isentos de dificuldades. Ao lado da urbanização e do crescimento acelerado da economia, que se constatou entre as décadas de 1970 e 1980, alguns estudos passaram a observar um significativo aumento de uma diversidade de conflitos no Brasil (ADORNO, 1993; 1995, ZALUAR, 1999). Estas observações, nos últimos quarenta anos, têm integrado a área de estudos sobre crime e violência no Brasil (LIMA et al, 2014), que procura se ajustar de modo a responder às rápidas mudanças que tem ocorrido nas cidades quanto aos efeitos da violência. A violência é um problema social que tem vindo a ganhar, de modo cada vez mais recorrente, visibilidade no contexto nacional e internacional, seja ao nível de debates públicos, seja no campo das decisões políticas. Sua incidência não é idêntica para todos os grupos sociais, nem para todos os territórios, assim como a gravidade da sua experiência depende de um conjunto diversificado de fatores. Enquanto fenômeno socialmente construído, a violência reporta-se à dominação de vários tipos e resulta numa teia de exclusões que atinge os mais diversos setores populacionais (TAVARES-SANTOS, 2014).

Por um lado, as recorrentes transformações da sociedade demandam novas formas de nomeação, classificação, explicação e descrição dos problemas da violência e da criminalidade que rotineiramente atingem as grandes metrópoles. Os avanços teóricos no campo da violência, especialmente da violência urbana, inseriram em suas abordagens outros meios para referenciar às situações de violência física, dando visibilidade ao fenômeno e do consumo de drogas, dos conflitos pessoais e de vizinhança, da violência juvenil, bem como das variadas expressões da violência étnica/racial, de gênero, doméstica, simbólica, etc. (ADORNO, 1995; ABRAMOVAY, 2002; ZALUAR, 2004; MISSE, 2008).

Por outro lado, em que pese a ampla gama de iniciativas para promover a segurança e a ordem política no país, há tempos que as cidades enfrentam problemas na reversão dos processos de redução da violência e na prestação de serviços de segurança. Justamente em um período de rápido crescimento econômico, de transformações urbanas e de fortalecimento das instituições democráticas (BEATO, 2012), o fenômeno da violência adquiriu novos contornos. Desde o período da

redemocratização do país, a expectativa em torno da democracia é de que está em interação com as estratégias empregadas pelos ocupantes dos grandes e pequenos centros urbanos, traria como que *naturalmente* uma pacificação de problemas anteriores e resultaria numa maior igualdade de condições e qualidade de vida para a população. Essa expectativa, que esbarra em situações corriqueiras, foi sensivelmente frustrada (TAVARES-SANTOS, 2014; ZALUAR, 1999).

A criminalidade e a violência tornaram-se temas frequentes de nosso cotidiano. Inegavelmente, para lidar com os altos índices desse fenômeno institutos, núcleos e agências de pesquisa contabilizam e fazem recorrentes diagnósticos acerca da situação da violência no país. Porém, é a nível local que se traduz mais claramente as fragilidades do controle social, em que se é possível seguramente identificar um quadro de desorganização social e de baixa eficácia coletiva que, vinculada a outros fatores, direta ou indiretamente, influi no desenvolvimento de práticas violentas. Inúmeras pesquisas passaram a contribuir na compreensão de fatores que se aglutinam e fazem elevar a taxa de homicídios em determinados territórios.

Desta perspectiva, emerge esta dissertação que procurou estudar a violência urbana pelas vias de um estudo de caso de cariz etnográfico desenvolvido ao longo dos prazos regimentais do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Alagoas. A análise é, pois, consubstanciada não apenas nos dois anos presente no Programa, mas remonta participações anteriores em projetos a nível de graduação¹, que auxiliaram nos meios de captura de narrativas, documentos e dados oficiais para enquadramento e ordenamento do trajeto aqui percorrido.

Combinando etnografia, entrevistas em profundidade e pesquisa com famílias locais, com representantes comunitários (líderes políticos, líderes das grotas, conselheiros tutelares), o texto examina a trajetória do maior aglomerado e da mais

¹ No ano de 2013-2014, participei do Programa de Ações Interdisciplinares – PAINTER, no projeto *Experiência da Polícia Comunitária no Selma Bandeira: efeitos do policiamento de proximidade na vida dos agentes de segurança e da comunidade local*, coordenado pela Professora Dr. Ruth Vasconcelos. Que tinha por objetivo estudar o impacto do policiamento comunitário na vida dos moradores do Conjunto Selma Bandeira, identificando problemas de insegurança e o impacto desse modelo de policiamento na região. No ano de 2015-2016, participei Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC, no projeto *Policiamento Comunitário em Maceió-AL: uma avaliação sobre atuação e taxas de criminalidade*, coordenado pelo Professor Dr. Júlio Cezar Gaudêncio da Silva. Em que se realizou uma avaliação acerca do processo de implantação do policiamento comunitário em Maceió, para refletir sobre os índices de criminalidade nas regiões contempladas com esse modelo de policiamento.

notável instância de habitação popular da cidade de Maceió/AL: o bairro do Benedito Bentes. Procura traçar como as transformações em sua composição social e na combinação com a evolução dos homicídios tem influenciado na forma como os moradores lidam com a visibilidade depreciativa anexada ao seu local de residência. Tendo em vista que o crescimento de índices de episódios de violência na região, produz um sentimento de estranhamento (entre as pessoas) e medo, que passa a fragilizar as redes de sociabilidade, desconfiança nas instituições de segurança e um forte estigma àqueles moradores de ocupações ilegais.

Antes de considerar a violência no bairro, é necessário proceder a uma observação crítica dos modos como tem sido representada a população local pelos meios de comunicação, é também essencial considerar o fluxo de migração e os aspectos condizentes com o reordenamento, realojamento e readaptação desses agrupamentos que passam a conviver neste território. Ou seja, é necessário ter presente, no estudo sobre violência, as transformações na estrutura local, em que a população se vê espremida em meio a formação de novos conjuntos habitacionais e condomínios fechados dotados de toda sorte de vigilância e controle; pois, com efeito, a violência impõe restrições que obriga os residentes a regularem espaços e horários para acessarem áreas centrais e de lazer quer no bairro, quer na cidade.

O que nos interessa, portanto, é reter precisamente estas percepções coletivas, que exprimem o acordo de um número significativo de moradores e de representantes comunitários e que constituem, por assim dizer, uma avaliação da realidade física e simbólica das condições comuns da vida urbana. Dessa forma, cedo se verificou a necessidade de promover um diálogo interdisciplinar, especialmente entre a Sociologia e a Antropologia Urbana, para tratar, sobretudo, de questões pertinentes às migrações, às memórias e o estigma social e territorial. Nesse contexto, a forma como o estado tem gerenciado e planejado os modelos de urbanização recente, em Alagoas, numa tentativa de redução do déficit habitacional e inclusão, parece estar caminhando num sentido inverso que mais reforça as desvantagens econômicas, dificulta o acesso a bens básicos e segrega. Essa lógica da inclusão e aproximação urbana revela um caminho de contradições e privações sociais, nos quais se destaca o desenvolvimento de formas de socialização impregnado com as práticas de violência.

Os trabalhos realizados sobre essa temática apontam para os novos desafios, quer do ponto de vista teórico, quer do ponto de vista das abordagens metodológicas,

nos quais se destaca a necessidade de pesquisas empíricas centradas na proximidade com os atores locais, justamente por eles contribuírem para diferentes leituras sobre este problema social. A preocupação, contudo, recaí nessa proximidade com os atores locais que permanecem vigilantes quanto a abordagem da temática, pelo receio de estarem fornecendo informações sensíveis e de risco. Esse receio deixa transparecer a insegurança e o medo ancorado em situações vividas, experimentadas ou percebidas no percurso de vida dos moradores. Perante esse efeito, gera-se um sentimento de impotência, que, em muitos casos, pode potencializar o reforço da não legalidade às normas jurídicas e sociais. Isto é, ao mesmo tempo em que a insegurança e o medo constri as interações sociais, também funciona como oportunidade para práticas e atos de violência, como forma de enfrentamento ao problema.

Nesse sentido, revisamos algumas notas de campo anteriores que serviram para minimizar os eventuais questionamentos que se ia surgindo quanto às condições de possibilidades e os reais alcances sobre a produção de conhecimento acerca do objeto de estudo. Isso implica, também, num novo olhar sobre o bairro, sobre os espaços de lazer, sobre a forma como a população se encontra distribuída e a percepção destes quanto a evolução dos homicídios no bairro. Essa percepção é importante na medida em que os homicídios se tornaram um traço marcante da sociedade brasileira (ADORNO, 1993), especialmente se tratarmos de uma perspectiva quanto a avaliação da qualidade de vida das populações nos centros urbanos.

1.1. Problema de partida, hipóteses e questões orientadoras

Apesar da discrepância de situações entre os diferentes territórios brasileiros, o desenvolvimento teórico no campo da cidade e da violência criaram uma nova abrangência de significados, deixando de ser usado apenas para referenciar situações econômicas de privação e passando a designar outros tipos de privação como as sentidas nos domínios das relações sociais (ZALUAR, 1985, 1990; MISSE, 1993, 1999; CALDEIRA, 2000; MACHADO, 2008; BEATO, 2012.). Passam a mobilizar outros tipos de explicações, investigando as relações dialéticas que se estabelecem entre “comunidades”, “pobreza”, “exclusão social”, “tráfico de entorpecentes”, isto é, procurando desmistificar determinantes de causalidade para analisar sob diversas

perspectivas mecanismos que tem repercussões nas condições e nos modos de vida da população.

Como se tem percebido, a discussão sobre violência foca-se recorrentemente na sua expressão em contexto urbano, como categoria coletivamente construída para identificar um complexo de práticas que ganham relativa permanência ao longo do tempo (MACHADO DA SILVA, 2008) e, em certas condições, fazem da desconfiança recíproca um padrão de sociabilidade e, da violência, uma referência cotidiana de toda convivencialidade (MISSE, 1999). Como bem observou Caldeira (2003, p. 34) “as mudanças no bairro e no espaço da cidade é atribuída a mesma estrutura de significado da experiência do crime, pois ambas têm um antes e um depois cujo ponto de ruptura está relacionado ao crime”.

Neste ponto é que emerge de forma significativa a necessidade da consideração do conceito de desorganização social, que aqui se adota na perspectiva do proposto por Sampson e Grooves (1989), para quem a falta de capacidade de uma comunidade em identificar e definir valores comuns para seus membros limita a capacidade de assegurar conformidade social e promover a efetivação do controle social no contexto da vida urbana. O envolvimento de jovens em casos de delinquência, o tráfico de drogas e a prostituição corroboram para uma percepção do enfraquecimento dos laços sociais e de um caráter de desorganização prevalecente no território.

São fatores que estão na base das privações daqueles que procuram espaços de lazer no bairro, tendo que recorrer, muitas das vezes, a ambientes privados ou outra localidade dentro ou fora da cidade para entretenimento e diversão. O lazer, numa perspectiva sociológica, passa a ser entendido, de acordo com Dumazedier (2008) como a redução, a um só tempo, da duração do trabalho e das obrigações familiares; das obrigações sócio-políticas; da fadiga; do tédio. Representa, ainda, uma evolução da economia e da sociedade, traduzindo-se em um novo valor social da pessoa que passa a ter direito a usar ‘daquele tempo livre’ para autossatisfação.

Por conseguinte, todas estas questões têm vindo a ocupar um lugar fulcral na discussão pública e nas Ciências Sociais, aparecendo como preocupação social de primeiro plano na sociedade brasileira e, como aqui é o caso, na sociedade alagoana. Isto justifica-se na medida em que, nas últimas décadas, o crescimento das cidades tem sido efetuado em função de novas formas de espacialização do povoamento que

deram origem a áreas metropolitanas (IVO, 2010), assentes numa complexa malha social de ocupação do território alagoano.

Deve mencionar-se que todo movimento de crescimento territorial e populacional implica em mudanças na estruturação das relações sociais. Em primeiro lugar, porque as mutações produzidas ao longo de largos períodos resultam em profundas transformações dos modos de vida, dos valores e dos sistemas normativos que, grosso modo, enquadram e orientam atividades sociais em determinado contexto e em determinada época. Em segundo lugar, porque a composição social de uma população não é homogênea em termos de afinidades, de formação socioeconômica, de valores culturais, isto é, encontra-se em escalas diferentes de desenvolvimento, de *aceitação* e *pertencimento*. Em terceiro lugar, porque as cidades vão conhecendo processos de crescimento generalizados resultantes, assim, da proliferação de bairros populares e da ocupação legal ou ilegal de espaços tidos como 'vazios'.

Razão pela qual o processo de crescimento das cidades deve ser compreendido em sua dinâmica e em sua pluralidade, assim também os bairros, em função de políticas e estratégias de investimentos, dos usos diferenciados do território², das disputas simbólicas encarnadas em discursos e narrativas (BARREIRA, 2007). Ainda que a problemática da violência não esteja confinada às áreas urbanas, a maneira como esse fenômeno aí se concentra e se conjuga, fomentando dinâmicas que reforçam os contrastes (por exemplo, bairro pobre, bairro rico), as distâncias simbólicas (individualização, impessoalidade, anonimato) e alterando a qualidade de vida das populações, justifica o olhar sobre os modelos de organização dos territórios e o crescente interesse por parte dos investigadores sociais e por parte dos responsáveis políticos face a estas áreas de menor eficácia do controle social.

Justifica também o interesse desta pesquisa. Alvo de importantes mudanças, que importa sublinhar, a abordagem do crescimento demográfico do bairro Benedito Bentes coloca vários problemas, dentre outros, que podem ser assim resumidos: a situação da realidade urbana, da população aglomerada e o fracasso no controle de fatores diretamente relacionados à violência.

² A noção de território aqui adotada é pensada enquanto referência à cidade nas suas variadas dimensões, como *locus* de múltiplos sentidos das práticas sociais, dos quadros de interação, dos quotidianos urbanos, tanto quanto das capacidades humanas de (re) construir socialmente a realidade em que habita (BAPTISTA, 2003, p. 35).

Políticas públicas de habitação social, designadamente através da construção de bairros que se agregam ao corpo da cidade, introduzem o direito das classes populares à cidade e ao mesmo tempo sua legitimação sobre o território público (IVO, 2010), elevando a criação de zonas bem delimitadas no interior das cidades e nas periferias – para onde populações são deslocadas. Em que reflete tais circunstâncias?

Somente discutindo alguns dos contornos do processo de urbanização do bairro, pretendendo-se, com isto, caracterizar e salientar a natureza da habitação social em Alagoas é possível traçar um diagnóstico dos problemas presentes na região. Estabelece-se, nesse caso, como enunciado geral, que os processos de urbanização que estiveram na base da construção do território selecionado para o estudo se articulam, direta ou indiretamente, com o desenvolvimento de formas de socialização e modos de vida facilitadores do acesso, especialmente por jovens, a oportunidades de prática de violência, bem como para circulação do tráfico de drogas.

Esta reflexão se faz relevante porque antecipa um olhar sobre um território hoje estigmatizado, mas que em sua gênese foi resposta a uma demanda por habitação popular. Isto é, quando na década de 1980 alguns bairros com limitada porção territorial não suportava a formação novos conjuntos habitacionais, recorreu-se ao desenvolvimento de uma estrutura que atendesse a demanda de novos conjuntos.

A expressão atual de dramatização da violência e das transformações no plano espacial e populacional das cidades, permite-nos rediscutir conceitos e significados múltiplos que estão na origem e no entorno do surgimento de bairros populares. Percorrer a bibliografia de investigação sociológica e antropológica, nesse sentido, para assim pensar numa sistematização dos modos específicos de se conduzir a pesquisa também foi exaustivo e desafiador. Alguns destes trabalhos (MISSE, 1999; ELIAS, 2000; CALDEIRA, 2000; BARREIRA, 2007; COSTA, 2008; MACHADO DA SILVA, 2008) constantemente revisitados e acionados para melhor esclarecimento de alguma temática ou problematização tiveram uma especial dimensão sobre como olhar a cidade, olhar o bairro, olhar a vida urbana numa perspectiva etnográfica e interdisciplinar.

Essa revisão da literatura, o contato com as indagações dos objetos por eles pesquisado, a necessidade de familiarização com o local e a seleção dos interlocutores, que no fim da análise empírica, passam a compor o corpo do texto, constitui o eixo central para elaborar as seguintes questões pertinentes à investigação:

- Somando as primeiras ocupações, qual impactos da formação de novos conjuntos habitacionais na organização dos espaços de convivência, de sociabilidade e de lazer no Benedito Bentes?
- Em que medida a construção de uma imagem negativa, pela mídia, pelos transeuntes, pelos próprios moradores, infere na sociabilidade local?
- As lideranças comunitárias e os moradores têm uma percepção idêntica quanto as desvantagens econômicas, educacionais e de segurança presentes na vida do bairro?

Deste modo, é complexa a tarefa de identificação dos fatores que geram ou reforçam os processos de desvantagens sociais e da violência, bem como a identificação das potenciais relações de causalidade entre os projetos urbanos direcionados para região e o aumento dos homicídios. Sobretudo porque existem diferentes processos e diferentes perspectivas que permite explicar o fenômeno da violência. É um desafio ainda maior se consideramos que se trata de um espaço geográfico de habitação recente (1986). Sob esta ótica, a desigualdade sentida e o aumento da violência seriam reforçados pelos processos de *modernização* do bairro? Isto é, pelas recentes transformações na estrutura e surgimento de novas unidades habitacionais?

O que denominamos *modernização* é resultado de novos incrementos habitacionais, novas áreas que passam a complementar a estrutura da região como prédios fechados, ruas e avenidas adulteradas para fazer coexistir um número maior de pessoas no mesmo território. Esses novos edifícios, por sua vez, são de duas ordens: particular e pública. Os prédios particulares, além de contarem com maior aparato de vigilância e controle dos que entram e saem, estão localizados em proximidade com o *Shopping Centers* e de outras redes comerciais; aqueles que contam com investimento público, estão em áreas em que a circulação de transporte é precária, os espaços comerciais e de lazer ainda são escassos. Nesse último caso, são beneficiados os conjuntos de famílias e de moradores removidos e realojados de outros locais.

Considerando que os processos de (re)adaptação social e (re)ordenamento territorial são fundamentalmente problemas que reforçam e valorizam as desigualdades e segregação (CALDERIA, 2000), importa efetivamente considerar os

processos de estigmatização local e as práticas de discriminação institucional, que se manifestam numa desigual oportunidade de melhorias e acesso ao mercado de trabalho ou serviços públicos. Naturalmente explicitados pelo aumento da violência local.

Lidar com a percepção de que *'o problema é do outro'*, *'que o outro é o violento'*, *'que a outra área é a problemática'* é uma tarefa extremamente desafiante, tendo em vista que, na análise sociológica, é imprescindível buscar mecanismos para decifrar, de fato, as reais condições que afligem um determinado grupo ou território. É certo que um conjunto variado de pesquisas vão sendo acionadas ao longo desta investigação e que tantas outras também poderiam vir a ser aproveitadas para efeito de confrontação e exame de temas que gradativamente iam surgindo.

No entanto, pode-se dizer que algumas pesquisas se tornaram indispensáveis para ir enquadrando, no decurso da pesquisa, uma articulação estreita entre a familiaridade com a dinâmica social no território, a interpretação das percepções de moradores e das lideranças que atuam no bairro.³ Muitos dos quais, partilham as vivências da pesquisa de campo, fornecendo informações sobre a teoria debruçada e os desafios na recolha do material empírico, nomeadamente, das entrevistas, dos questionários e das análises documentais.⁴

A pesquisa sobre violência, portanto, tem sido explorada e interpretada sob a articulação de instrumentos dos mais variados possíveis. Algumas demandam uma maior permanência no campo, requerendo maior investimento e tempo para melhor atender as problematizações que vão surgindo com o levantamento de questões pertinentes no local. Nessa investigação atribuímos prioridade, em função destas questões, ao problema da habitação, da sociabilidade local e da violência recorrendo, como instrumento metodológico, as narrativas e as histórias de vida de um conjunto de moradores e das lideranças comunitárias. Justamente por isso, a questão primordial que se levantou foi a de se saber como a narrativa dos moradores poderia iluminar as condições que tiveram de se conjugar para que a violência e a

³ Dentre estas pesquisas, uma especial atenção é dada a obra **Sociedade de Bairro. Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural**, de autoria de António Firmino da Costa (2008), que procurou caracterizar e elucidar os mais diversos aspectos da vida local e das manifestações culturais do bairro Alfama, em Portugal.

⁴ É o caso, dentre outros, de Teresa Caldeira (2000) que demonstra como o mal funcionamento da justiça, entre outros fatores, colaboram para uma maior percepção da violência e também para sua intensificação, principalmente sobre as classes populares.

criminalidade, englobada num leque de preocupações, tenha adquirido especial importância no bairro do Benedito Bentes.

As entrevistas (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2008) são, nesse ponto de vista, veículos de captação de um conjunto diverso de observações complementares acerca das relações sociais locais (COSTA, 2008). De fato, as questões de partida e/ou as hipóteses deste trabalho são observações provisórias que, por sua vez, devem ser examinadas e aprofundadas concebendo as entrevistas e as informações recolhidos meios credíveis para decifração do fenômeno da violência e das demandas sociais em causa no bairro.

É nesse sentido que ‘as vozes’, ‘os depoimentos’, ‘as histórias de vida’, ‘as percepções’, ‘as representações’, ‘sensações de insegurança e o medo’ de moradores e moradoras se revelam como fontes de dados credíveis para produção de informações empíricas pertinentes. Deste modo, procura-se evidenciar como eles percebem o processo de urbanização e como esse modelo de urbanização caracterizado pela implantação de conjuntos habitacionais pode vir ou não a contribuir para o desencadeamento da violência: como pensam, como percebem, como sentem a violência; a quem e/ou ao que comumente associam as práticas de violência; como o planejamento urbano impacta nos modos de sociabilidade; que estatuto é atribuído as denominadas grotas.

Portanto, as memórias, as percepções e a forma como os moradores e as organizações se apropriam do espaço público, formam um *perfil de identificação* que assume um caráter relevante para compreender se a imagem construída acerca do bairro é de *lugar de habitação* ou *lugar de moradia*. Isso para justificar o fato de que, com efeito, um determinado grupo pode habitar em um bairro específico, mas tende a manter relações de vizinhança com outras pessoas de outras localidades. Enquanto que, no caso do lugar de moradia, há uma disposição por parte de determinados grupos em, sim, criar e estabelecer laços com aqueles passam a partilhar um conjunto de características comuns no território.

Vale sublinhar também, quanto a seleção dos interlocutores, que nossa preocupação em interagir com os moradores mais velhos no bairro e as representações comunitárias não é meramente pela idade em si, mas pela coexistência de múltiplas referências de espaços vividos, dado que a criação do bairro é relativamente recente. De certo modo, aqueles de maior permanência no bairro, que tiveram outras convivências em outros espaços, com outras vizinhanças, numa

dinâmica, talvez, divergente do presente, possam vir a estabelecer lógicas comparativas dos locais de moradia e melhor argumentar sobre as transformações na estrutura local nos últimos anos.

Optou-se, assim, pela realização de um estudo de caso. Tendo presente que a diversificação de técnicas e instrumentos aplicados constituiria fator de relevância e se encaminharia para uma perspectiva de complementariedade da abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que os dados empíricos e os dados oriundos das entidades oficiais espelhariam a 'situação' do complexo habitacional investigado. De acordo com Ernest Greenwood (1965), o método de estudo de caso remete para o exame em profundidade de um fenômeno social, com a finalidade última de se obter uma compreensão ampla do fenômeno. Para tanto, é relevante atentar-se para o fato de que os fenômenos sociais apresentam fases, que devem ser reconstruídas, para descrição densa e articulações necessárias as especificidades dos objetivos requeridos.

O contato e a convivência com um conjunto de moradores, com as lideranças comunitárias e com a base de Policiamento Comunitário, proporcionaram parte dos relatos⁵ que apresentamos e refletimos neste trabalho. Soma ainda o *Seminário Alagoas Construindo os Caminhos da Prevenção à Violência*, realizado pela Secretaria de Estado de Prevenção à Violência de Alagoas (SEPREV), no ano de 2016, no qual tivemos a oportunidade de realizar grupos focais⁶ com moradores das comunidades dos bairros: Benedito Bentes, Jacintinho, Clima Bom, Vergel, Cidade Universitária e Santa Lúcia.

Ou seja, essas questões correspondem a uma ação que se procura sustentar um processo permanente de reflexão sobre as condições de execução e um exame constante sobre o corpo de dados que se vai recolhendo. Perante este enquadramento é que se tem optado por aqueles moradores a mais tempo de permanência no bairro. Uma vez que, as memórias são aqui, para efeito de análise,

⁵ Para uma breve caracterização do conjunto de entrevistados que participaram desta investigação, vide Anexo I. Aproveitamos para esclarecer que em função da temática aqui abordada e para assim preservar a identidade dos interlocutores modificamos os nomes e não fizemos associação da pessoa com o lugar. Isso vale para os moradores entrevistados, para as lideranças políticas e comunitárias que atuam no bairro do Benedito Bentes ou em outros bairros que tenham vindo a ser mencionado nesta pesquisa.

⁶ O conjunto de entrevistas realizadas com os grupos focais fazem parte do acervo do Laboratório de Estudos de Segurança Pública (LESP), coordenado pelo Professor Emerson Oliveira do Nascimento, no qual estou integrado e participei na recolha de tais entrevistas.

recurso empírico metodológico para compreender o fenômeno da violência. Pois são os moradores, na qualidade de atores sociais, que elaboram, interpretam e reconstróem as ações, as lógicas e as interações em suas localidades. Cabendo, assim, uma análise posterior para interpretar os fatores que possam vir a estar inerente ao aumento da violência e ao sentimento de insegurança partilhado pelos moradores.

A par destas questões, a finalidade principal foi conseguir captar uma diversidade de percepções, recolher e organizar taxas, examinar imagens, documentos e noticiais relevantes, para o estudo dos fatores possivelmente correlacionados com o aumento dos homicídios e da violência na região.

1.1.1. Contexto da investigação

Estamos a tratar sobre os modos de vida urbano e do fenômeno da violência, em uma área que não era urbanizada e tem sua urbanização muito recente. Ao mesmo tempo em que, sendo recente, tornou-se rapidamente uma das regiões com maior número de homicídios na capital alagoana. A bem da verdade, conseguimos identificar que na capital alagoana são seis os territórios que concentram o maior número de homicídios. Dentre os quais, o bairro do Benedito Bentes disputa ano após ano o primeiro lugar.

De maneira geral, tem se observado que os crimes contra a vida no estado de Alagoas vêm aumentando significativamente desde o final da década de 1990, encontrando seu auge no ano de 2012, quando registrou o maior número de homicídios dentre os estados brasileiros (74,5 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes). No caso de Maceió, desde 1999, a violência (em termos de homicídios) tem sido uma frequente nos jornais e nas mídias sociais. Em 2006, por exemplo, chegou a 98 homicídios para cada 100 mil habitantes, assumindo a liderança de capital mais violenta do Brasil. Numa série surpreendente, permaneceu, de 2006 a 2010, como a capital com a maior taxa de homicídios (NASCIMENTO; GAUDÊNCIO, 2013).

No caso do bairro Benedito Bentes sua disputa direta, dentro da capital alagoana, é com o bairro do Jacintinho, que apresentam taxas de homicídios semelhantes. As condições e os fatores que evidenciam esse aumento, no entanto,

são de ordens distintas. Haja vista, por exemplo, a própria formação histórica e as sucessivas transformações naquilo que diz respeito à infraestrutura e a diversidade populacional, fruto das migrações e das invasões que cada qual à sua maneira suporta.

Apesar de seu surgimento datar de 1986, sendo bem mais recente que o bairro do Jacintinho, que data dos anos de 1940, o bairro do Benedito Bentes tornou-se o mais populoso do estado e é o maior em extensão territorial. Em virtude do progressivo aumento da violência, foi o primeiro bairro a receber uma base de Policiamento Comunitário, no Conjunto Selma Bandeira, em 2009. E tem recebido, desde que se consagrou bairro, uma série de Conjuntos Habitacionais e sendo palco de incontáveis ocupações irregulares em suas grotas e encostas.

Às questões anteriormente anunciadas, nesse ponto de vista, associam-se a mais duas:

- Quais as percepções dos atores sociais locais em relação a visibilidade construída de seus locais de residência?
- De maneira geral, e retomando essas percepções, que fatores denunciam a produção de violência no bairro? Como se encontra associada ou ao que se associa a criminalidade e a violência no bairro do Benedito Bentes?

Essa problemática sugere, num primeiro momento, duas hipóteses: por um lado, as relações sociais estão fortemente desestabilizadas em razão do contínuo processo migratório para a região; por outro lado, a violência constitui, nessa lógica, uma resposta aos processos de adaptação social e reestruturação do bairro. Procurou-se, portanto, diversificar ao máximo os tipos de pessoas interrogadas, para assim compreender de que maneira os moradores lidam com a visibilidade negativa anexada ao seu local de residência.

Para além das informações presentes na introdução, essa dissertação encontra-se organizada em três capítulos. Em seu primeiro capítulo, preferiu-se partir de uma discussão teórica que nos permitiu (re)discutir conceitos eminentemente significativos sobre os estudos urbanos e que sistematizam as mudanças sociais que

se vem registrando em Alagoas. Refletir acerca das transformações urbanas e de como o estado tem pensado a redução do déficit habitacional e igualmente da violência. Essa reflexão cumpre a função, ao mesmo tempo, de reformular a abordagem teórica explicitando a importância de conduzir um diálogo entre os campos da Sociologia e da Antropologia Urbana. Procede-se, com isto, a uma breve caracterização das noções de *violência urbana*, *periferia*, *desorganização social* e apresenta-se um breve quadro da violência no estado.

Em seu segundo capítulo, ocupamo-nos em conhecer a história da formação do Complexo Habitacional do Benedito Bentes. Analisando documentos técnicos, imagens e, como haveria de ser, remetendo para as memórias e as lembranças dos residentes, que passam a ilustrar o território e suas trajetórias de vida. Como se poderá verificar, em algumas narrativas a trajetória antecede a vivência no bairro aqui em causa que, de certo modo, favorece uma percepção comparativa acerca do espaço e do crime no atual e anterior espaço de convivência. Para aqueles que tiveram sua identidade ancorada na base das práticas de sociabilidade local, vê-se reforçar os diversos questionamentos acerca da (re)adaptação do *lugar* e dos entraves quanto ao reconhecimento de pertencimento. Para quem intimamente acompanhou as modificações do cenário urbano local, ilustra bem os novos significados quanto a força de gerenciar e planejar que o estado exerce em seus quotidianos. Demonstramos, ainda, uma sequência de gráficos com as taxas de violência do bairro, fazendo uma breve análise comparativa com alguns dos outros bairros de Maceió.

Em seu terceiro capítulo, a par da linha de problematização teórica e dos dilemas associados a trajetória do bairro, começa-se por discutir a diversidade de percepções quanto a dimensão dos componentes gerais e específicos que se apresentam associados ao problema da violência no bairro. Evidenciando as questões e as hipóteses levantadas, a análise da recolha de informações aponta para uma correlação entre a violência, a maneira como o estado tem gerenciado e planejado as políticas habitacionais e aos processos decorrentes do estigma social. Essa combinação assenta na concentração territorial de desvantagens sociais e do isolamento social e geográfico a que diferentes grupos se encontram sujeitos. A insegurança, o medo e a desorganização social surgem como fator associado ao aumento dos crimes no bairro.

Deste processo resulta o traçar de um quadro social específico sobre a condição de moradia e os modos de vida num determinado contexto e momento temporal. Resulta, por isso mesmo, numa abordagem de carácter exploratório que visa primordialmente abrir caminhos para um olhar mais profundo sobre o aumento da violência e da criminalidade que tendem a permanecer como que cristalizado ao cenário alagoano, mas tem significativamente alterado os sentidos sobre viver na cidade. Acredita-se, portanto, que estes sentidos se revelam fontes de múltiplas interrogações sobre as condições de vida no bairro do Benedito Bentes.

2. A CIDADE E A PERIFERIA: DEBATE SOBRE OS DESAFIOS URBANOS

A cidade de Maceió, capital do estado de Alagoas, vem registrando nos últimos anos, um considerável crescimento demográfico. Ao contrário de outras grandes cidades brasileiras que tem como expansão o resultado do processo crescente de industrialização, a capital alagoana, e parte das demais cidades do estado, é fruto de uma formação social, política e econômica fortemente agrária (FERREIRA, 2014).

Em estudo recente, Carvalho (2016), procurou apontar as principais características da formação histórica de Alagoas, destacando, dentre outros fatores, a urbanização perversa, pouco industrializada e centrada num modelo agroexportador, com escassa intervenção pública, marcada pelo atraso econômico, pelos baixos indicadores e pela pouca participação da sociedade civil.

Somente a partir do final da segunda guerra, acompanhando, sempre de forma atrasada e lenta, o que se passava na maior parte do país, Alagoas irá conhecer elementos de mudanças reais. A urbanização foi acelerada, estradas construídas, aglomerados urbanos se firmaram e os níveis de escolaridade aumentaram. Maceió, com seus amplos setores de comércio e serviços desenhados para a economia regional, se transformou na sede administrativa e política que mantém até hoje (CARVALHO, 2016, p. 296).

Como se terá oportunidade de verificar, no decurso da pesquisa, mais do que tentar explicar esta problemática, o que se vem a destacar é o retrato dos espaços e dos contextos que marcam a trajetória de vida dos contornos profundos da sociedade alagoana em que a pobreza, as privações sociais, a marginalidade e a criminalidade são vetores fortemente associados a uma interação familiar marcadamente negativa sob o ponto de vista da qualidade de imagens que são replicadas de tempos em tempos quer pela mídia, quer pelo governo.

Se é verdade que a presença de certos elementos da origem do estado continua marcante na paisagem de suas cidades, como as questões relativas à economia açucareira e a pouca participação da sociedade civil em questões que lhes são pertinentes, por outro lado, também a segregação e as desigualdades sociais vão se alastrando pelo cenário urbano. É espelho de sua formação social, política e econômica fortemente agrária e latifundiária, portadora de particularidades e contradições que interagem regularmente na produção da vida social alagoana.

Veja-se, por exemplo, a cidade de Maceió, capital do estado, atualmente com seus 1.013.773 habitantes teve seu surgimento marcado pelos engenhos de açúcar localizados, em 1673, no atual bairro da Pajuçara. Também a cidade de Pilar, região metropolitana de Maceió, surgiu de um Engenho Velho, bem como, na região norte do estado, a cidade de Porto Calvo. Na política esses traços são ainda mais marcantes. Começa no século XIX, em 1835, quando a representação das oligarquias açucareiras passam a dominar a política alagoana. O exemplo mais forte, e mais recente, da presença das oligarquias se deu nas eleições de 2006, em que estavam na disputa dois dos grandes empresários do setor açucareiro: Teotônio Vilela e João Lyra. Na prefeitura da capital, as grandes lideranças que passaram também estiveram ligadas ao mundo do açúcar. Está estampado na mídia⁷:

São mais de dois séculos de história, memórias, mudanças, desafios, mas o passado não se deixará esquecer. As lembranças dos engenhos e das usinas estarão sempre presentes nas linhas do trem, na nossa terra, na nossa bandeira, para lembrar que a história de Alagoas também é a história da cana-de-açúcar.

Como afirmou Ferreira (2014), o tema da violência em Alagoas, ainda que se tratando de um fenômeno universal, assume configurações particulares no estado por uma soma de fatores sociais, políticos, econômicos e ideológicos, que se expressam naquilo que se produz no interior da realidade alagoana. O adensamento urbano e a eventual ocupação do bairro Benedito Bentes, objeto de nossa investigação, é nítido exemplo da ligação entre a agroindústria canavieira e o rápido crescimento do bairro.

A avenida que recebe o nome de Cachoeira do Meirim, em função da Usina Cachoeira do Meirim, é via de acesso ao bairro do Benedito Bentes. Historicamente, percebe-se que o intenso fluxo migrante de moradores de outros bairros, e mesmos aqueles de outras cidades do estado, para aquela região era estimulada pelas oportunidades de emprego ofertadas pela Usina e pelas más condições de infraestrutura dos territórios migrados. Essas relações serão acentuadas pelos próprios moradores durante as entrevistas, entre outros elementos deflagradores de um senso de urbanidade.

É em torno de tais questões que se apresenta a informação empírica pertinente, recolhida através da pesquisa e em caráter direto com Associações de Moradores do

⁷ A reportagem completa pode ser acessada no link <https://alagoas200.com.br>

bairro, bem como moradores e transeuntes que partilham da experiência e interagem com os desafios da maior periferia urbana do estado alagoano. É nesse local, em que atualmente funciona dois núcleos urbanos, que iremos nos deparar com as trajetórias sociais da população local, tal qual o contexto e as situações, circunscritos na configuração social do bairro.

O tratamento específico destes aspectos passa antes, indispensavelmente, a própria pertinência da delimitação de um conjunto de análise teórica que não é apenas de ordem metodológica, mas serve de base para o real entendimento da construção social das imagens associadas ao bairro. Vejamos, antes, como a cidade e a periferia passam a ser abordada nas Ciências Sociais e como os diversos registros sinalizam para um manancial de traços implícitos da vida quotidiana. Trata-se, aliás, como se poderá verificar, de como o crime e a violência assumem particular importância na articulação com os espaços envolventes dos moradores e das populações vizinhas.

2.1. Teoria Social e da Cidade

O estudo sobre a *cidade* e a *vida urbana* reúne um conjunto amplo de pesquisas nas Ciências Sociais. A questão aqui não é a de se fazer uma revisão das várias gerações de pesquisas e pesquisadores que marcaram e marcam a centralidade desse debate. É, em primeiro lugar, pensar acerca das transformações que vêm ocorrendo nas esferas da integração urbana e social e no modo como tais esferas vêm requerendo, por parte de programas e ações públicas do Estado, respostas com vista à superação dos problemas de natureza socioeconômica, déficit habitacional, exclusão e segregação social, das distintas formas de privação e violência social e institucional.

Do mesmo modo, apontar, em algumas pesquisas, como a temática da cidade incorporou elementos clássicos e contemporâneos para um entendimento mais atual das dinâmicas territorial e espacial sobre o espaço geográfico e a paisagem urbana. Michel Agier (2011) comenta e discute as situações elementares da vida urbana insistindo, segundo ele, que há algo mais profundo que a matéria das interações quando se estuda as cidades. É a dupla relação presente nas interações e nas representações cidadinas, que diz respeito aos sujeitos entre si e a relação deles com

a cidade como contexto social e espacial. Pois, a renovação dos sentidos e dos quadros sociais acompanha os ritmos e as ocupações nos espaços da cidade.

Verdade seja que, simultaneamente, a questão urbana e da cidade dispõe de teorias construídas em contato estreito e direto designadamente nos campos da Sociologia e da Antropologia. Teorias que, nestes campos, tem vindo a ocupar-se do próprio contexto de vida local a partir das memórias que são transmitidas e dos elementos que marcam a história e as identidades dos grupos inscritos na trama da vida social de um determinado território.

O progresso urbano acompanhado pelas transformações desabrochadas pela industrialização nas primeiras décadas em países como Inglaterra e França corroborou para um olhar e uma recolha diferente das informações sobre as cidades e a sociedade de maneira geral. Ferdinand Tönnies (1947), importante sociólogo alemão, contribuiu fortemente para uma distinção crucial de duas formas de vida social, por ele observada, na última metade do século XIX e início do século XX. Por um lado, a comunidade (*Gemeinschaft*) que resguardava fundamentalmente a afetividade, o espírito do grupo e traços de harmonização entre seus membros. Por outro lado, a sociedade (*Gesellschaft*), em que repousava sobre a vontade livre, o interesse individual e o cálculo. Essa ideia de que o comportamento humano é inerentemente afetado pelas mudanças sociais, em que as instituições tradicionais (como a família), os costumes e as tradições culturais vão cedendo espaço e se perdendo em meio aos símbolos da cidade, da atividade industrial, das relações impessoais, do anonimato entre os indivíduos, da competitividade... traduz-se, para Tönnies, como a passagem da comunidade para a sociedade. A 'vontade orgânica', expressa na espontaneidade, desaparece frente a 'vontade reflexiva'.

Em Durkheim a cidade é identificada pela ideia de anomia⁸, para assim designar o enfraquecimento dos mecanismos de regulação social em um contexto de

⁸ A interpretação de Durkheim, sobre a realidade social no seu contexto, leva em conta a importância de dois conceitos chaves: a anomia e a solidariedade (mecânica e orgânica). A explicação sociológica a respeito das sociedades modernas, em que prevalecia a divisão social do trabalho e, inevitavelmente, a especialização de funções, a quebra de laços sociais e a intensificação dos conflitos sociais fez emergir a individualização. O conceito de anomia é para pensar a desregulação das relações sociais em função do efeito contrário desempenhado pelas funções especializadas, isto é, tanto o conceito de anomia, quanto de sociedades anômicas, designam a ausência de normas e mecanismos de controles que caracterizam as sociedades modernas. Logo depois, Merton (1970), baseando-se no conceito de Durkheim, redefine o conceito de anomia, para que assim seja compreendido enquanto propriedade de um sistema social e não como 'estado de espírito' ou mera qualidade de um indivíduo dentro desse sistema. Ou seja, anomia refere-se a uma ruptura nos padrões sociais e nas condutas aceitas numa dada área social.

rápida mudança social. Tal concepção supõe, em Max Weber (1921), traços particulares econômicos e políticos que destoam das relações sociais fundadas precedentemente, por exemplo, das comunidades: o quadro de atividade profissional não mais se restringia a agricultura, cede progressivamente espaço para uma aglomeração mercantil. Que encorajava a criação e o desenvolvimento da indústria e do comércio, fundada no interesse privado e no cálculo e que, inevitavelmente, prefigura outras transformações sociais.

Georg Simmel (1902) sublinha, por sua vez, a ambivalência da cidade por meio da expressão intensificação dos estímulos nervosos, em seu conhecido texto “a metrópole e a vida mental”, convencido dos desafios e das consequências atribuídas à intensificação do quadro urbano moderno. Perante a inevitabilidade dessa intensificação, várias regiões vão romper com dinâmicas tradicionais de funcionamento da vida, transformando, com isto, seus aspectos mentais e estilos de vida, gerando um profundo processo de diferenciação entre os indivíduos e os grupos sociais.

Quanto às características da cidade, tomando uma expressão abreviada de uma realidade complexa, Louis Wirth (1938) refere-se aos elementos do urbanismo que marcam um modo de vida distinto de outros agrupamentos humanos, considerando, dessa forma, as instalações e as atividades industriais e comerciais; todo aparato financeiro e administrativo, a imprensa, os museus, a biblioteca, as instituições religiosas e as instituições escolares, o transporte e a comunicação... típicos exemplos, salvo algumas especificidades regionais, do quadro urbano arbitrariamente estabelecido na trajetória atual das populações. Tal fato introduz-nos a constatação de que a cidade não é somente moradia e local de trabalho do homem moderno, é também o centro controlador da vida econômica, política e cultural dos diversos povos e das diversas atividades num determinado território específico. Essa relação analítica entre cidade e habitação é classicamente justificada, nomeadamente, pelo crescimento das cidades em associação com o crescimento das populações em situações de acentuada diferenciação social (WIRTH, 1938).

Ao longo dos tempos, os olhares sobre a cidade, essencialmente sobre a natureza de sua organização social, deram origem a uma sucessão de imagens e noções, que ora se aproximam ora se distanciam, que contribuem para a sua conceitualização no presente. Entretanto, essas imagens e noções são indissociáveis às pressões relativas à normatividade de uma sociedade. O principal problema,

precisamente enunciado pelas investigações sociológicas, são as relações de poder entre indivíduos e entre grupos sociais que, decorrendo da complexidade da interação social, exigem novos contornos na interpretação da condição humana (ELIAS, 1993), sendo o próprio território interrogado.

É difícil hoje estabelecer um conceito que opere igualmente atendendo a necessidade decorrente do processo de desenvolvimento e da distribuição territorial urbana recente. Pois que, em face ao que se conhece sobre as condições de vida da população urbana em países com recentes processos de 'modernização', nota-se que mesmo as grandes metrópoles parecem não acompanhar o ritmo da evolução populacional e igualmente o número de locais de moradias para atender a população: uma instabilidade (profissional, econômica, matrimonial, residencial), que reforça a precariedade das estruturas urbanas (AGIER, 2011). Essa questão manifesta-se nas mutações generalizadas, nas zonas periféricas, nas dinâmicas locais, na migração populacional, nas formas de sociabilidades estabelecidas a nível local, dentre outros aspectos, que condiciona a interação do espaço com a população.

Podemos lembrar, em Simmel (1902), que essa efervescência coletiva gerada na cidade grande, em termos mais generalizados, minou a importância dada aos processos de interação face-a-face, enfraquecendo os sistemas normativos que orientam as ações dos indivíduos e a eficácia de uma série de elementos de controle social, como, por exemplo, valores, tradições, costumes, hábitos, etc., que são dispositivos de controles simbólicos de certos agrupamentos humanos. Pode acrescentar-se:

O indivíduo se tornou um mero elo em uma enorme organização de coisas e poderes que arrancam de suas mãos todo o progresso, espiritualidade e valores, para transforma-los de forma mais subjetiva na forma de uma vida puramente objetiva. Não é preciso mais do que apontar que a metrópole é o genuíno cenário dessa cultura que extravasa de toda vida social. Aqui, nos edifícios e instituições educacionais, nas maravilhas e confortos da tecnologia da era da conquista do espaço, nas formações da vida comunitária e nas instituições visíveis do Estado, oferece-se uma tão esmagadora inteireza de espírito cristalizado e despersonalizado que a personalidade, por assim dizer, não se pode manter seu impacto. (...) isso resulta em que o indivíduo apele para o extremo no que se refere à exclusividade e particularização, para preservar sua essência mais pessoal (SIMMEL, 1902, p. 23-24).

A preocupação com as representações ordinárias constituiu um momento importante, e particularmente instrutivo, para o desdobramento da pesquisa nas Ciências Sociais. Esse quadro morfológico da vida urbana posteriormente, exerceu

considerável influência sobre os sociólogos da escola de Chicago. Entre outros⁹, Robert Park reutilizou de maneira ainda mais interligada componentes para reinterpretar e complementar as influências de Simmel, a respeito da cidade moderna.

A cidade grande, portanto, é o testemunho da composição social e das disposições econômicas e culturais que a caracterizam. Portanto, de acordo com Park (1916), a concentração das populações em cidades tem simultaneamente alterado as condições materiais de vida e as condições cada vez mais necessárias para o desenvolvimento de práticas relacionais no quadro de interação local. Se por um lado o empreendimento do cálculo racional (WEBER, 1920) que anima a economia do mercado deu existência à cidade moderna (PARK, 1916), por outro lado, contribuiu profundamente para modificar o estado do espírito dos habitantes marcados, precedentemente, pela natureza das relações comunitárias (SIMMEL, 1902; TÖNNIES, 1947). É possível em todas essas abordagens encontrar referências relevantes para a investigação do comportamento coletivo em contexto urbano e os efeitos aí conjugados na estrutura das personalidades, por assim dizer, das cidades modernas.

Em resumo, o viver no contexto urbano intensifica a frequência de encontro entre os indivíduos, em função da diversidade das atividades sociais que repousam nos espaços de lazer, nos flertes e saudações involuntários/impessoais, no trajeto ao emprego, a escola, aos centros comerciais, a toda espécie de sorte do cotidiano individual e coletivo. Tanto mais intenso, tanto mais impessoal, casual, instrumental, superficial... nesse conjunto de situações de proximidade, as relações são forjadas numa aparente praticidade num quadro de relacionamentos impessoais e esmaecimento emocional, características das sociedades contemporâneas.

No essencial, nos discursos correntes, não será de se estranhar que elevados níveis de desconfiança constituam símbolo na própria dimensão administrativa das instituições e dos sistemas de autoridade, prolongando o questionamento acerca do papel do Estado, tal qual nas solidariedades face a face, no conjunto dos processos que operam nas redes de vizinhança e nos grupos familiares.

⁹ Uma seleção dos principais textos sobre o cenário urbano, no Brasil, foi organizada por Otávio Guilherme Velho (1979), sob o título de *O fenômeno urbano*, pela Zahar Editores. Lá é possível registrar, por exemplo, textos da primeira geração (Robert Parck) e da segunda geração (Louis Wirth) da Escola de Chicago.

Um relevante elemento para debate, na trilha das naturezas sociais dos indivíduos e seu deslocamento no espaço social, é a noção de *fragmentação*, na qual Balducci (2001) utiliza para referenciar-se à ruptura entre as partes da cidade e o todo (isto é, por exemplo, a ligação entre territórios urbanos que concentram violência e pobreza e os demais espaços da cidade), assim como para designar a quebra no funcionamento das relações dos cidadãos com seu espaço de vizinhança. O autor vai identificar, observando a tendência para o enfraquecimento das relações sociais locais em função dos novos conjuntos (econômicos, profissionais, educacionais, culturais, etc.) que se vão surgindo nesses espaços, algumas consequências, dentre as quais duas se destacam, a propósito da investigação:

- O aparecimento de novos problemas e desafios para o Estado, muito embora sem um alargamento de recursos, podendo, a título de exemplo, referir-se à necessidade da criação de políticas territorial para a atração de investimentos privados e públicos com vista a assegurar o financiamento e sustentabilidade de grandes projetos urbanos.
- A percepção de isolamento, por parte de indivíduos e famílias, que tem incrementado o sentimento de insegurança urbana e de polarização social, etc.

Barreira (2010) demonstra, nesse sentido, que as novas formas de segregação espacial, que não se restringem a temática das desigualdades econômicas, reaparecem adjacentes aos conflitos simbólicos, repousando entre lugares e memórias. Justamente por isso, os *usos* dos espaços não devem ser pensados desagregado dos processos, dos conflitos e das intervenções políticas. A cidade e seus processos de ocupações, são, nesse sentido, referências credíveis para se pensar na expansão comum das metrópoles, de territórios específicos e dos usos e das apropriações dos espaços. “Em tal perspectiva, as cidades, assim como os bairros, trazem as marcas de seus atores, os fluxos das interações descontínuas e das sociabilidades conflitivas” (IDEM, p. 261). E não é difícil encontrar padrões vivenciais nomeadamente ambivalentes, com maior ou menor propensão a episódios trágicos de conflitos, assim como no ‘sentir-se seguro’ em graus de pertencimento local. A expressão “periferia” é, dessa forma, um traço expressivo das cidades modernas, percebida como decorrente da crescente diferenciação socioespacial e da estigmatização dos espaços da pobreza como espaços da violência.

2.2. Periferia e a dinâmica residencial

O nosso território de observação/investigação é, em função das condições que reúne, zona de periferia urbana. É, portanto, nesta perspectiva, como anteriormente enunciado a propósito das interrogações sobre a cidade, que também aqui procura-se facilitar algumas interpretações relativas à designação 'periferia' enquanto objeto de investigação: suas condições, dinâmicas e aspectos, objetivos ou simbólicos, mas intimamente constitutivo da experiência quotidiana de uma parcela significativa da população brasileira. Em termos globais, os territórios de periferia tendem a concentrar uma série de problemas sociais (pobreza, segregação social e territorial, fracas condições de moradia, precário acesso à água, iluminação, educação, emprego, recorrentes episódios de criminalidade e violência...) que coexistem aos modos e estilos de vida dos grupos sociais.

A periferia, segundo Eunice Durham (2004), revela o modo de vida das classes trabalhadoras e das populações pobres que habitam as grandes cidades. Uma população específica que habita cortiços e casas de cômodos, se apropriam de zonas deterioradas e se subsiste como enclaves nos interstícios dos bairros mais ricos. Atravessa, pelos processos de alteração da própria natureza territorial e das relações que ali decorre, dois fenômenos inter-relacionais: a segregação e a imobilização relativas da população. A periferia está ali estruturada num território ilusório, preenchendo um espaço com prolongados investimentos público que sugerem intermináveis projetos para os ocupantes que se fixam na certeza de que terão a ocasião de investir, também com seus prolongamentos, em seus lares, em seus comércios, nos aspectos mais gerais da vida urbana. Sobre a criação e as consequências desses sistemas de moradia, a autora esclarece:

A maior parte dessas consequências prende-se a dois fenômenos inter-relacionados: a segregação e a imobilização relativas da população. A propriedade, mesmo ilusória, do terreno e o imenso esforço para a construção da casa constituem penosos investimentos a longo prazo – a população se fixa assim de modo relativamente permanente no local, presa a um projeto interminável. Por outro lado, como tende a ser semelhante o nível de rendimentos dos que compram os terrenos, cria-se uma uniformidade relativa da população segregada pela distância e pela dificuldade do transporte para o resto da cidade. *A uniformidade e a segregação relativa parecem favorecer o desenvolvimento de uma sociabilidade local* que distingue essa população das camadas mais abastadas. Para estas, as distâncias são eliminadas pelo automóvel e pelo telefone, e a sociabilidade se exerce entre parentes e amigos dispersos pela cidade. A casa ou o apartamento, isolados e autossuficientes, limitam um espaço social que não é complementado pela

vizinhança. Na periferia, ao contrário, onde se depende de um transporte coletivo difícil e caro, a vizinhança e o bairro constituem locais privilegiados para a formação de redes de sociabilidade (DURHAM, 2004, p. 383). [grifos do autor].

Tanto isto é verdade, que ao caminhar pelos bairros de periferia é notório observar, especialmente aqueles de maior dimensão espacial e populacional, independente da via que possibilita o acesso, facilmente se encontra profissionais liberais em pequenos ‘mercadinhos’, farmácias, postos de saúde, barracas com suas conveniências, bares, feiras, associações, cooperativas, igrejas, etc. Ou seja, uma rede interdependente e desvinculada da dinâmica corrente do restante da cidade. É a população quem se organiza e cria recursos para que possa se auto sustentar. É a sociabilidade dessa população que se entrecruza em várias redes de relacionamento social e acumula processos sociais de violência.

É neste contexto de ‘insatisfação’ crescente na cidade, como acontece com todas as categorias em expansão, que vão se adensando na malha urbana profundas rupturas que atuam sobre o conjunto de sociabilidades e acompanham as histórias de vida de jovens e adultos. Uma das consequências maiores do crescimento populacional urbano é, portanto, o ‘insucesso’ das relações sociais que parecem favorecer o sentimento de insegurança entre os núcleos habitados.

O interesse manifestado, especialmente, pela sociologia e pela antropologia, nomeadamente pela interpretação das trajetórias sociais dos bairros e das populações de origem periférica¹⁰, como objeto social, não é, de todo modo, considerado surpreendente. Isto porque, trata-se do *lugar* a partir do qual seja mais coerente interrogar a questão social no espaço urbano. Exatamente por ser o lugar de expressão máxima, se é que podemos colocar nesses termos, da crise urbana, da precarização social, das desigualdades, das vulnerabilidades, das tensões e conflitos inerentes aos usos distintos atribuídos às cidades (IVO, 2010).

Nos espaços das cidades nota-se claramente a distinção entre aqueles que ocupam edificados ambientes urbanos, esquematicamente aprimorados para consumidores específicos, e aqueles que habitam, de maneira dispersas, as margens, espaços não-qualificados, visivelmente amontados (favelas) ou ‘invisivelmente’

¹⁰ Importante e esclarecedor Dossiê foi organizado por Anete B. L. Ivo (2010), a respeito da atual conjuntura dos dilemas e das polêmicas que cercam as diferentes concepções sobre a periferia, intitulado *Dossiê: a periferia em debate*, no Caderno CRH.

submersos ('grotas'), alheios à própria sorte. No primeiro caso, em termos de atividades policiais e representatividade governamental põe-se na centralidade o desenvolvimento econômico, o progresso do consumo turístico e os diversos interesses regionais que, numa escala global, vai pouco a pouco configurando os rumos das políticas de investimentos nesses setores sofisticados. No segundo, as reformas não englobam um planejamento suficientemente importante para atender demandas locais. O empreendimento canalizado para essas áreas dispersas consubstancia-se às forças das circunstâncias e tardiamente. Quando determinadas questões parecem ser insustentáveis a 'saída', isto é, o planejamento público considera mais eficaz a remoção ou o realojamento populacional para uma área que não experimentou as adversidades históricas e sociais enraizadas no local atual. Como é prática comum no planejamento contemporâneo brasileiro, vão-se construindo conjuntos habitacionais na tentativa de dispersar a população (e assim solucionar) os problemas que se concentram em territórios específicos.

Pensando na formação da periferia no Rio de Janeiro, Queiroz (2013) compreende que é característico desses espaços a escassez de solo urbano e de crédito imobiliário. Suas interpretações facilmente podem ser utilizadas para designar a periferia alagoana, para quem a expansão das periferias urbanas e metropolitana é formada pelas práticas de loteamentos, em sua maioria clandestinas e irregulares, associada ao regime de autoconstrução de moradias. É um *sub-mercado* de transações de compra e venda e aluguel. Sendo o segmento mais pobre prejudicado pelos altos preços relativos ao acesso à moradia. E qual resultado disto?

Para aqueles que se encontram excluídos do mercado imobiliário, busca-se formas singulares de autoprodução de suas moradias, o que somente é possível, de acordo com Queiroz, mediante a perda da qualidade habitacional e em áreas onde os preços da terra são muito baixos ou próximo de nulo (caso das invasões). Acresce ainda, como é o caso da população pobre alagoana, a invasão de áreas verdes (seu conseqüente desmatamento e má uso do solo), invasão aos campos de peladas e praças públicas. Lonas¹¹ que são erguidas e famílias que passam a residir em áreas verdes ou urbanas, sob alegação das péssimas condições fornecida pelo estado.

¹¹ O caso mais expressivo desse aspecto, são as 105 famílias da Orla Lagunar que invadiram as residências construídas pelo Governo do Estado, sob alegação de péssimas condições vivenciadas na escola que já haviam sido realojadas. Invadiram as casas do Residencial Santa Maria, conhecido como Cidade de Lona, no bairro Eustáquio Gomes (parte alta da cidade), devido ao grande número de

Tudo isto pretende significar os dilemas contemporâneos da utopia do “viver juntos” (IVO, 2010, p. 17), que não se reduz apenas à percepção de um espaço local, mas a tomar consciência da existência do viver, do trabalhar, do se reproduzir nas sociedades modernas. Para além dos evidentes contrastes, a indefinição do viver nestes espaços de moradia, levantam-se algumas questões que nos parece incontornáveis: como se estruturam as relações a nível local? Como se estabelecem os laços de interconhecimento nessas localidades? São esses territórios que se tornaram mais complexos ou estará a sociedade a desenvolver um olhar mais complexo sobre esses territórios?

Do enfoque neste território específico, veio a destacar-se a importância de outras interrogações, que são pontos de partidas, mas se justificam na medida em que as incursões naquele território (o bairro do Benedito Bentes) dão indícios à natureza de um profundo sentimento de insegurança, especialmente com transeuntes desconhecidos para o relacionamento social do bairro: como se manifesta e se caracteriza a conflitualidade interna e que fatores as explicam? Que consequências têm essas conflitualidades predominantemente negativas nas práticas quotidianas locais? Que memórias estão associadas aos momentos históricos de violência? Como a violência passou a alimentar uma imagem negativa dos moradores e do próprio bairro?

A imagem mais emblemática nesses espaços, de acordo com Anete Ivo (2010), é que:

Multiplicam-se noticiais e debates em torno da violência urbana, da falta de expectativas dos jovens, do desemprego, do aumento da pobreza e da precariedade, ao mesmo tempo em que se estimulam e compartilham, inversamente, espaços de consumo de massa modernos. Essa vivência controvertida entre pobreza e falta de expectativas de inserção no trabalho, para os jovens das grandes cidades brasileiras, e o apelo ao consumo moderno de massa, aprofundam as rupturas urbanas, pela impossibilidade de convivência e participação em condições de igualdade nos espaços públicos compartilhados. Gradativamente, o “social”, recolocado como questão resultante da mudança no âmbito do trabalho e pelas formas do Estado social (dos sistemas de proteção social), vai centralizar o debate sobre as cidades, indagando-se como encaminhar essa nova questão “social” com base na experiência do “lugar”, nas cidades, daqueles (indivíduos e bairros) que exigem prioridade da ação pública (IVO, 2010, p. 29).

A temática da violência, especificamente, é central em torno dessas questões por diversas razões, entre as quais se destaca o fato de que há, essencialmente, uma estreita relação entre tais debilidades e as dimensões da criminalidade urbana. Essas problematizações vão desdobrando-se num feixe de outras questões que, naturalmente, vão surgindo quando no aparecimento de temas que direta ou indiretamente estão associados aos problemas da investigação. Dificilmente terá sido difundido de forma tão alargada e intensa as informações referentes à produção do crime violento, como tem sido nas últimas quatro décadas visando o ‘entretenimento’ e a consequente massificação de novos meios de comunicação sobre as relações quotidianas que tais meios modelam na realidade da população (TEIXEIRA, 2009).

Nunca antes os desequilíbrios, as ocasiões de conflito e as formas de exclusão social ganharam tamanha ‘visibilidade’ como recentemente se adquiriu no contexto local e global. Grosso modo, essas situações reportam as cidades, os bairros, as comunidades que interagem em presença de padrões de risco e enfraquecem os laços interpessoais, intergeracionais e interpares (ZALUAR, 2010) nos mais distintos domínios da vida e das práticas socialmente construídas nas sociedades.

Entre as urgências locais (para criar conselhos comunitários, fortalecer relações com bases policiais, criar projetos culturais para juventude, etc.), e as ameaças geradas numa dinâmica global (crises urbanas, crises econômicas, crises políticas, etc.), aprofundam-se incertezas de que os dispositivos de segurança promovidos na perspectiva dos governos seriam insuficientemente precisos no controle e na redução da criminalidade, especialmente, nos contextos de periferia urbana.

Assim, tanto a produção da violência, como a reação por parte de alguns sujeitos, forçosamente contribui para que os indivíduos, especialmente os residentes em áreas com elevados índices de vulnerabilidade econômica e social, tenham que conviver com o medo e a insegurança diariamente e sob a tensão de serem vítimas em potencial (FEIGUIN e LIMA, 1995; CALDEIRA, 2000).

Para retomar a celebre oposição de Anthony Giddens (1991), em condições de modernidade, os grupos humanos parecem estar menos integrados e vivendo certamente limitados a margem das relações de confiança. Isso caracteriza, nomeadamente, o sentimento de insegurança e medo indissociável ao modo com que os indivíduos ordenam suas experiências, suas rotinas familiares, suas relações de trabalho, seus deslocamentos nas cidades. Também Émile Durkheim (1999) havia

sinalizado que tanto mais vasta e mais condensada a sociedade, tanto mais personalidades particulares vão se constituindo, não para o enfraquecimento da vida psíquica em sociedade, mas para transformá-la. Essa importância atribuída a 'densidade', como parâmetro para os modos de organização da sociedade, remete as situações de 'copresença', em função do volume populacional, da disputa nos espaços – unidades habitacionais que se amontoam e estreitam as vias de mobilidade social – da concentração evidente de altas taxas criminais.

Tudo isto quer dizer, em suma, que a cidade trouxe uma série de fenômenos desconhecidos e desafiantes para os investigadores sociais. Em outras palavras, a respeito de toda esta problemática, é decisivo entender que as cidades são receptoras de uma população diversificada, oriunda das mais distintas zonas de um país, e cuja aglomeração compreende indicadores que representam uma ameaça as relações instauradas em contextos e períodos específicos.

A forma como tem sido dada as ocupações, nos últimos anos, tornam os bairros espaços ainda mais representativos dessas problemáticas. Tanto pela diversidade populacional, que se constitui de maneira abrupta pela remoção, realojamento ou transferência de grupos humanos, bem como pela rapidez com que determinadas áreas são completamente adulteradas para chegada desses grupos. Essa rapidez, frequentemente, deixa vestígios expressos nos terrenos baldios e em obras não concluídas, por exemplo, que são ocupados posteriormente para usos dos mais diversos.

2.3. Mobilidade e desorganização social: uma preocupação social renovada¹²

O desenvolvimento de um estudo preciso deve, a propósito das questões pertinentes à investigação, interrogar o conjunto de instrumentos teóricos e metodológicos, dos quais se serve o pesquisador, para conduzir suas análises. Parece-nos, então, apropriado destacar alguns dos principais conceitos geralmente referido na interpretação dos problemas relativos às cidades em crescimento. É

¹² As contribuições da Escola de Chicago se estendem a um conjunto diversificado de autores, teorias, hipóteses e métodos acerca do comportamento humano em meio urbano. Não sendo propósito desta dissertação um procedimento minucioso desta importante Escola, vale a visita aos trabalhos de COULON, Alain (1995), *A Escola de Chicago*, pela editora Papirus; assim como revisar FREITAS, Wagner (2002), *Espaço urbano e criminalidade: lições da Escola de Chicago*, editora IBCCRIM

igualmente apropriado para colocar em evidência a proximidade com o território observado, para apreender fatos sociais e selecionar aquelas questões necessariamente inerente àquela unidade social. Refletir sobre estas questões, como vem sendo feito, é relevante na medida em que se entende que a escolha do objeto de estudo é necessariamente seletiva.

Se o ponto de vista aqui é, em última instância, apreender sobre o conjunto de transformações que um bairro (Benedito Bentes) de periferia conhece ao longo de seu trajeto histórico, sendo receptáculo das mudanças sociais que advém de investimentos públicos e igualmente dos investimentos de residentes e de seus transeuntes, os questionamentos suscitados vão se desenvolvendo em várias direções. Neste sentido, a natureza das interpretações da organização social da cidade, especialmente pelos estudos da Escola de Chicago, há muito fornece um considerável número de pesquisas sobre as tensões emergentes na cidade moderna, especialmente, apontando para alguns problemas sociais, tais como, delinquência, pobreza, exclusão, violência, crime, etc.

Uma das principais vertentes da Escola de Chicago, no que concerne a interpretação das mudanças econômicas (mercado de trabalho e estrutura produtiva), das mudanças socioespaciais (segregação, desigualdades e sociabilidade) e as mudanças institucionais (os padrões de controle e governança social), está expressa na teoria da desorganização social. É nesta teoria que se encontram as primeiras abordagens sobre as relações entre fatores urbanos estruturais e as taxas de delinquência e criminalidade identificados nos centros urbanos.

Contudo, é importante esclarecer que o conceito não deve ser utilizado unicamente em associação a áreas em que a concentração de desvantagens sociais aparentemente seja mais forte, visto que, de maneira geral, há divergências substanciais na variação de intensidade dos processos decorrentes da violência e do crime entre vários territórios (KINGSTON et al., 2009). Também as próprias mudanças nas relações sociais parece ser fruto do conjunto de problemas que alguns territórios tendem, em graus variados, incorporar no quadro de intensas transformações.

Uma particular atenção é concedida por William I. Thomas e Florian Znaniecki, em sua consagrada obra *O Camponês polonês* (1918, *apud* COULON, 1995), acerca do fenômeno da desorganização social. Essa noção é desenvolvida para caracterizar o declínio da influência das regras de comportamentos entre membros de determinados grupos. Designa um período de transição que marca um

desprendimento progressivo de um grupo residente original (primário), sem que seja imediatamente sentido essa mudança. Por outro lado, o grau acentuado de urbanização e as profundas modificações no quadro geral urbano, nomeadamente, faz crescer sensivelmente esse fenómeno. Se a organização social diz respeito ao conjunto de convenções, atitudes e valores que se impõem sobre os interesses individuais de um grupo:

Ao contrário, a desorganização social, que corresponde a um declínio da influência dos grupos sociais sobre os indivíduos, manifesta-se por um enfraquecimento dos valores coletivos e por um crescimento e uma valorização das práticas individuais. A desorganização existe quando atitudes individuais não encontram satisfação nas instituições, vistas como ultrapassadas, do grupo primário. (...) Mudanças tecnológicas importantes podem igualmente provocar uma tal desorganização, assim como catástrofes naturais, crises económicas, políticas ou pessoais (COULON, 1995 p. 34-35).

É considerável o número de pesquisas que apontam para a ligação da delinquência e da criminalidade à desorganização social dos contextos sociais de residência. Constituindo, desse modo, como um dos conceitos mais importantes no estudo das relações entre os fatores estruturais de territórios e zonas residências e as taxas de violência e criminalidade aí identificadas. Quando começou a ser elaborado, na década de 1930, pelos autores da *Escola de Chicago*, não havia uma clareza quanto ao que poderia ser considerado desorganização social. Em termos gerais, poderíamos definir desorganização social como se referindo à incapacidade das instituições e organizações sociais de determinado território promover a coesão e a eficácia às normas vigentes.

Dentre outras propostas, destaca-se o modelo de Sampson e Groves (1989) sugerindo que os fatores estruturais das zonas residências, a exemplo do baixo estatuto socioeconómico, mobilidade residencial, heterogeneidade étnica e rupturas familiares, são pontos que merecem destaque da desorganização social que se origina pelo enfraquecimento e ruptura das instituições e redes sociais locais (redes de amizade, solidariedade e interação). Nessa perspectiva, a organização social e a desorganização passam a ser vistas como polos que integram redes sociais e controle social.

Onde, especificamente, esses polos ficam mais evidentes se não na comunidade, em que as mudanças nas relações sociais da cidade são mais presentes? De acordo com Sampson (2004), apesar de se ter vulgarizado nas sociedades contemporâneas, o termo *comunidade* tanto serve numa vertente das

discussões políticas e privadas, numa tentativa de fortalecimento dos valores tradicionais, ditos comunitários, quanto para tratar de questões mais pertinentes como a pobreza, o crime, as desigualdades sociais. Por serem espaços de fraco controle social e aparentemente mais frágil, os territórios de periferia, nesse sentido, potencializam o estabelecimento de um quadro de desorganização e baixa eficácia coletiva que se associa à existência de taxas mais elevadas de delinquência, crime e violência (SAMPSON; GROVES, 1989).

Nesta linha, entende-se que as áreas com baixo capital social desenvolvem condições mais desfavoráveis para alcançar valores comuns e manter o controle social sobre o qual se estrutura a segurança pública e potencializa a confiança dos moradores sobre as instituições públicas. Neste campo de estudo, destaca-se dois fatores fundamentais para a análise das dinâmicas espaciais que podem estar associados à produção e difusão da violência e do crime em certos territórios: concentração e estigmatização. Nos bairros, essa combinação se traduz nas tensões entre os residentes e as lógicas da estrutura local. Por exemplo, como ocorre no bairro do Benedito Bentes, o bairro surge como uma formação socioespacial específica e diferenciada resultante de processos que se assentam simultaneamente na segregação e na agregação física e social contínua.

Mesmo sendo o controle social uma das características mais incisivas para redução de problemas pertinentes nessas áreas, o contínuo processo de migração não permite a sustentação de sistemas de valores e conformidade com a lógica vigente nesses territórios. Lembrando que, nestes casos, a abordagem acerca das migrações orienta-se quase que exclusivamente para o deslocamento de massas, mais visíveis e controversos social e politicamente. Configura, acima de tudo, uma pressão permanente sobre os moradores, exigindo rápidos processos de readaptação as manutenções atribuídas ao local de residência por meio de ações municipais e estatais. De certo modo, esse movimento lança-se sobre os problemas de desenvolvimento da região: aspectos relativos a infraestrutura urbana, como sejam o saneamento, distribuição de energia elétrica e, especialmente, o transporte público e coletivo.

Mantendo-nos a par destas questões mais recentes da geografia social local, possibilita enfatizar mais acerca das narrativas das pessoas, das condições habitacionais e dos desafios que são próprios do viver urbano. Pensar o espaço

residencial em articulação com o campo da violência têm necessariamente interrogações multidisciplinares do modo de vida desses habitantes.

Precisamente por isso este trabalho procura se aproximar de uma identificação social do espaço urbano, para assegurar uma contextualização informativa que reforça, em termos de problemáticas gerais, dados sobre a violência e os aspectos a ela associados. Esses aspectos são, dentre outros, por uma questão de enquadramento e captação de dados, inerentes a visibilidade local, a infraestrutura urbana, tráfico de drogas, aumento do número de homicídios.

Consideramos aqui, portanto, retratar os processos do bairro e os projetos (conjuntos residenciais, condomínios fechados) não para insistir em falhas ou insucessos arquitetônicos, paisagistas ou de segurança, mas também através dos próprios conflitos que daí resulta o choque entre diferentes grupos que passam a dar sentido as atividades desenvolvidas no bairro. A explicação da criminalidade e da violência faz-se através da análise de processos sociais pelos quais qualquer território apresente certa regularidade de fenômenos que interrompa a normalidade das práticas sociais cotidianas.

Algumas zonas residenciais se beneficiam mais que outras a depender de sua proximidade com áreas revitalizadas, o que tendem a elevar os níveis de eficácia coletiva se comparado a outras que se encontram mais dispersas (SAMPSON, 2004). O que nos sugere pensar que as desvantagens de uma área ultrapassam as fronteiras internas, pois reflete fatores de ordem externa, se assim considerarmos projetos direcionados para tais regiões que não encontram efetividade na lógica local.

A relação entre mobilidade urbana e violência¹³ é, nessa ótica, fulcral para o entendimento de como a violência impõe, como mencionamos, restrições e regularidades para fazer uso dos espaços públicos. Destacamos, com análise das entrevistas, como determinados locais e determinadas horas no bairro passam a ser evitados em função da insegurança, da infraestrutura ou mesmo pela identificação de grupos que desempenham atividades delituosas.

¹³ Interessante reportagem, acerca deste assunto, encontra-se no Nexo Jornal (ver www.nexojornal.com.br), em que os pesquisadores Sérgio Veloso e Vinícius Santiago, da PUC-Rio, promovem para compreender a relação entre mobilidade urbana e violência na cidade de São Paulo.

2.3.1. Panorama da violência no contexto urbano brasileiro

Estendendo-se desde a década de 1970, a área de estudo sobre a violência na sociedade brasileira conheceu variadas hipóteses indefinidas até atingir sentido de globalidade do fenômeno no que hoje se compreende, e se faz sentir, sendo-lhes dada um cunho urbano e um estatuto de centralidade, a condição de “violência urbana”. Assim, nesse ponto, objetiva-se indicar como o estudo da violência no contexto urbano brasileiro se desenvolveu nas últimas décadas e como constituem aspectos fundamentais para explicar as mudanças em curso no território nacional.¹⁴

Não são poucas as conexões entre violência brasileira com a crise econômica, política e habitacional generalizada que se impôs ao país a partir da década de 1970 – fruto da crise geral do modelo fordista.¹⁵ Segundo Adorno (1993), a produção sociológica, sobre violência e criminalidade urbana, nesse período e nos períodos seguintes, foi marcada pelas conexões entre o crescimento da violência criminal, o modelo político e econômico vigente, o exercício do poder estatal e das políticas de segurança herdadas com o regime ditatorial brasileiro. Também Caldeira (2000, p. 113-5) irá demonstrar um aumento expressivo de todas as formas de criminalidade urbana em São Paulo, entre as décadas de 1970 e 1990. Dados como os crimes contra a propriedade em que a taxa era de 1.187/100.000 habitantes em 1976, alcança drasticamente 2.400/100.000 em 1994. Bem como, os crimes contra a pessoa físicas apresentam um aumento significativo, um aumento médio de 2,18% ao ano, enquanto os crimes contra a propriedade tiveram um crescimento médio de 6,09%.

Portanto, a visibilidade da violência no início dos anos 1980 marca não apenas a evolução dos crimes, mas, especialmente, uma mudança qualitativa em termos, com a violência passando a figurar como recurso mais comum na prática criminal (CALDEIRA, 2000; MACHADO DA SILVA, 2008). Os homicídios por armas de fogo perfaziam 14,8% do total de homicídios em São Paulo em 1980, saltando para 29,2% em 1992, o que retrata a avalanche de tais objetos nos mercados clandestinos

¹⁴ Sem qualquer pretensão de exaustividade, o conjunto de textos referidos contribuem de modo decisivo para constituir relevância à investigação. Para um panorama sintetizado de referências sobre a violência no Brasil, ver, por exemplo, o artigo de ZALUAR, Alba (1999), *Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização, São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17.*

¹⁵ Sobre o Fordismo, ver Clarke (1991); Filho, Marx e Zilbovicius (1991).

brasileiros durante a década de 1980 e seu marcante impacto sobre as taxas de mortalidade.

Somado a outros fenômenos típicos da vida metropolitana (distribuição desigual de equipamentos de infraestrutura urbana, espaços públicos de socialização e lazer insuficientes, forma de ocupação do solo, adensamento populacional, precarização das condições de trabalho, desemprego, economia da cidade, entre outros) o crime vai alterando paisagens e comportamentos. A construção que, comumente, se faz do crime e de um conjunto de privações experimentadas pelos moradores, provocada pela diferenciação social dos territórios urbanos, fortalece a formação de 'estereótipos sobre o crime e o criminoso' (CALDEIRA, 2000), além da estigmatização territorial e dos agrupamentos humanos.

Do ponto de vista de sua 'dramatização' naquele período, e também atualmente, não é surpreendente supor que outras áreas tenham acordado em pensar e formular tentativas de soluções para o problema da violência. Em um texto sobre crime e pobreza¹⁶, Michel Misse (1995) examina as contradições e os paradoxos que colocaram em cheque essa relação como espécie de valor *causal*, quando, na verdade, o problema não passava de alguns sinais de inquietação manifestada por outras áreas de conhecimento (como Direito e Serviço Social).

A contribuição da Sociologia e da Antropologia, no Brasil, abre espaço para reflexões permanentes sobre o problema em nome de um projeto muito diferente do que vinha sendo edificado. As primeiras investidas alertavam que àquela correlação (crime e pobreza) servia às classes dominantes e que interrogar os dispositivos de violência do Estado seria mais fecundo e inovador. Para uma correta interpretação desse fenômeno, a condução de uma pesquisa empírica, teoricamente orientada e metodologicamente refletida, é também necessária para uma precisão dos dados colhidos e analisados.

A Sociologia e a Antropologia, especialmente, ao destacarem principalmente a diversidade das formas de violência, 'desnaturalizam' os discursos geralmente cristalizados sobre as *causas* deste fenômeno e sua ligação direta com outros objetos. Estes discursos, produzidos em nossa sociedade, tal qual em outros países, servem

¹⁶ O texto de Misse integra o livro *O Brasil na virada do século. O debate dos cientistas sociais* (1995), organizado por Gláucia Villas Bôas e Marco Antônio Gonçalves, pela editora Relume Dumará. O livro reúne textos importantes, para pensar como o trabalho e os meios de produção cultural convivem com a violência e pobreza das grandes cidades.

igualmente para explicar e interpretar, reconhecendo o produto da história e das circunstâncias, o caráter plural da violência. Servem também, numa estratégia de exclusão social, econômica e territorial para rotular, sujeitar, vitimizar, punir e matar.

Será preciso, efetivamente, esperar a década de 1980, para que a temática seja plenamente reconhecida como um problema de interesse geral, mobilizando uma série de estudos e pesquisas, que se encarregariam de situar, por conseguinte, um dos elementos essenciais do processo de desenvolvimento da violência no sistema global brasileiro. Trata-se de reconhecer que a violência, sua regularidade no espaço e no tempo, está estritamente ligada a formação política do país (ADORNO, 1995; ZALUAR, 1999; PERALVA, 2000) que, muito longe de ser universal no conjunto dos domínios territoriais, carrega inevitavelmente expressões precisas do local onde se concentram.

Talvez por isso, Misse (1999), em sua tese, preferiu falar em 'acúmulo social da violência', não para evidenciar o aumento desta no Rio de Janeiro, mas para incluir a percepção social do que seria esse aumento nos padrões diferenciados de sociabilidade. Essa observação certamente traduz as especificidades e o interesse por um estudo de caso, na qual se tem em particular a importância de se verificar uma unidade territorial específica, para não correr o risco de generalizar um fenômeno que, a depender de sua origem e de suas associações, pode ser característico do contexto em que se pesquisa.

Muito embora, de acordo com Tavares dos Santos (2014), estamos imersos na *era da mundialização das conflitualidades*. Do ponto de vista do aumento das taxas criminais, o contexto *local* contribui para lhe conferir as características dinâmicas de um fenômeno que dilacera, em uma abrangência mundial, as instituições socializadoras (família, escola, religiões...) e o sistema de justiça penal (policiais, tribunais, prisões...) pois, como tendem a um confronto bastante amplo, passam por um processo de ineficácia do controle social e por um período de desinstitucionalização.

Na vida cotidiana, realiza-se uma inter-relação entre mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança. Por um lado, estamos vivendo em um horizonte de representações sociais da violência cuja disseminação em muito contribuem os meios de comunicação em massa, produzindo a dramatização da violência e difundido sua espetacularização, enquanto um efeito violência exercida pelo "campo jornalístico". No caso da televisão, procura-se "o sensacional, o espetacular", mediante dramatização de fatos de maneira a produzir um extraordinário do mundo ordinário. Podemos,

agora, desenvolver uma definição da violência difusa, configurada pela microfísica da violência, capaz de dar conta das diversas manifestações fenomênicas. A noção de coerção, ou de força, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou etnia. Envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas, agindo de modo específico na coerção com dano que se efetiva” (TAVARES-DOS-SANTOS, 2014, p. 22)

Embora os problemas da violência não estejam restritos às áreas urbanas, sua visibilidade e a maneira como aí se concentram e se configuram, reforçam os contrastes e as distâncias simbólicas e de qualidade de vida na cidade. As diferenças de condições de vida, entre um grupo e outro, em função da economia, das áreas de residência e do compromisso político com determinada população, tendem a diminuir a decorrência da violência. Contudo, dado sua *elasticidade*, desenvolve-se mecanismos de renovação e desemboca, na maior parte dos casos, em uma aproximação com territórios que possuem alto grau de vulnerabilidade social.

Se se é preciso, para outros temas, que um conjunto de elementos suficientemente importantes apareçam para que questões teóricas e epistemológicas, tal qual os cuidadosos instrumentos de análise, sejam revisitados, a problemática da violência surge, de imediato, como um objeto familiar aos pesquisadores sociais e de interesse geral à sociedade. Certas experiências marcantes no processo histórico de sociedades contemporâneas, proliferam os sinais de que a violência é fundadora de uma sociedade hierárquica, desigual e dividida; responsável por atingir os mais diferentes grupos sociais; e, por se inserir numa variedade de dominações (gênero, classe, etnia), resultando num conjunto interligado de fatores que sistematicamente bloqueiam o acesso de grupos e de comunidades a uma vida digna em sociedade (TAVARES-DOS-SANTOS, 2014).

Nesse sentido, enquanto fenômeno flexível, a violência passa a ser explicado, no Brasil, tomando como referência as diferentes regiões (estados, cidades, bairros, comunidades, periferia) e, comumente, considerando causas e consequências. Apesar de se desdobrar numa série de problemas mais delimitados, um número significativo de análises procede as investigações centrando no aparecimento da violência e implicitamente das condições sociais que tornaram possível, tendo escapado ao moderno controle social, a permanência e a consolidação da violência no tecido social urbano. Apesar de todo material e de toda a informação disponível, quer no âmbito das ciências sociais, ou em outros círculos de produção intelectual,

quer em boa parte dos discursos correntes do cotidiano, sobre este tema os números de homicídios praticados não deixam de causar espanto e preocupação a nível geral.

Distinto entre diferentes contextos territoriais e ao longo do tempo, o fenômeno da violência, e os problemas daí decorrentes, não podem ser subestimados. As eventuais tensões que podem se produzir, ao longo da formação e das diversidades locais, tendem a inscrever-se, objetiva e subjetivamente, nos sistemas normativos (os valores interiorizados ao longo do processo de socialização) e na própria trajetória dos territórios. Trata-se de um problema cuja discussão se torna pertinente tanto a nível científico quanto social. Por isso, importa identificar suas formas de produção a partir do contexto em que se manifesta, diante dos protagonistas diretamente envolvidos e a par dos instrumentos de prevenção que àquele contexto dispõe num quadro de formação e de transformações sociais.

Por exemplo, Oliven (1982) diz que o termo 'violência urbana' alcançou patamar de 'questão nacional' quando o modelo econômico e político do país entrou em crise. Quando, cada vez mais recorrente, a inflação, o desemprego, a perda do *status*, a crescente proletarização e a queda do poder aquisitivo faziam parte do cotidiano das pessoas. Ou seja, esse fenômeno é resultado, se é que se pode colocar nesses termos, prático e visível das transformações econômicas e sociais que o país sofreu, e vem sofrendo, e relaciona-se, em boa medida, com a vida recente dos habitantes na cidade. Outro importante esclarecimento do autor é quanto ao termo "urbana" casado com "violência". Ele procura demonstrar que a especificidade do rótulo é importante pois sugere a existência de uma violência inerente a cidade, pois reveste-se de outras características pertinentes das zonas de crescimento urbano:

A cidade, obviamente, não é causa *per se* da violência, e por isso talvez devêssemos falar em violência *na cidade* em vez de violência urbana, já que esse último termo implica aceitar que existe uma violência específica da cidade, quando na verdade essa é apenas o contexto no qual a violência se manifesta. No Brasil, especificamente, as grandes cidades, por se constituírem nos centros mais dinâmicos de sua economia, representam espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência convivendo com a mais flagrante miséria. Esse contraste entre ostentação e indigência poderia ser encarado como elemento que fornece a base necessária ao surgimento da delinquência de classe baixa (OLIVEN, 1982, p. 26).

Por ser uma representação coletiva, facilmente disseminada pela população, o termo *violência urbana* funciona como uma categoria de entendimento daquilo que

confere sentido à experiência vivida nas cidades e pela simples razão de ela, a violência, ser uma representação que não deve ser ignorada (MACHADO DA SILVA, 2008). Dessa maneira, é no contexto das cidades que vemos crescer índices de episódios recorrentes de violência, desencadeando no tecido social um clima de temor e pânico crescente, tanto pelo crescimento do crime quanto por uma série de processos construídos pela fala do crime (CALDEIRA, 2000). Não se trata de um problema episódico e extraordinário, a violência tornou-se elemento central do cotidiano com a qual as pessoas precisam conviver (KOWARICK; ANT, 1982).

Assim, Machado da Silva (2004) explica essa convivência pela existência de uma nova forma de sociabilidade, marcadamente violenta, que não entra em conflito com as outras formas de sociabilidade, mas mantém-se numa relação permanente de contiguidade e coexistência, por ele entendida como *sociabilidade violenta*.

Os modelos de conduta a que se refere esta representação procuram lidar com o medo e a percepção de risco pessoal e expressam, implicitamente, uma participação subordinada no complexo de práticas que constitui a violência urbana. Em outras palavras: as populações que produzem esta representação e por ela organizam (parte de) suas condutas não são as “portadoras” (os agentes produtores) do sentido desta ordem social. Construir a representação da violência urbana apenas lhes permite uma adesão orgânica que, em última instância, valida esta ordem social e ao mesmo tempo, reorganiza a vivência e permite a compreensão de uma rotina cotidiana fragmentada (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 62).

A atual dramatização desta temática tende a fazer crer que sua intensidade perante um território social é de caráter exclusivo ou o tratando, pela força com que irrompe a normalidade das atividades sociais, é tida como fenômeno novo. Contudo, são traços que se ligam as atuais dinâmicas dos contextos em que se produz. Viver em tais circunstâncias deriva em uma experiência de confinamento territorial, produzido por eventos fora de controle, em graus e intensidades muito maiores do que aquela que atinge o conjunto da população da cidade, igualmente assoberbada por episódios violentos que se repetem sem cessar (MACHADO, 2004; 2008).

Como assinalou Caldeira (2000), essa problemática da violência e do crime inscreve-se nos discursos sobre a crise ou crises sociais que atravessam as diferentes épocas e deixam profundas marcas: “às mudanças no bairro e no espaço da cidade é atribuída a mesma estrutura de significado da experiência do crime, pois ambas têm um antes e um depois cujo ponto de ruptura está relacionado ao crime” (CALDEIRA, 2000, p. 34). Nessa linha, a pobreza, a dimensão da família, as fracas e escassas

condições habitacionais, a delinquência, as redes de tráfico, as injustiças policiais estão associadas às trajetórias e marcam os processos de socialização dos que vivem no interior desses modelos de urbanização, mas também dos que não vivem, mas de algum modo fazem uso do território.

Certas abordagens vinham sendo explicadas por causas eminentemente estruturais, situados a nível macro do funcionamento dos sistemas econômico, cultural e político, tratando, nomeadamente, das desigualdades econômicas, dos processos de pobreza, da violência, entre outros fenômenos sociais. Recorrer, contudo, a análise dos fatores que se situam ao nível micro, isto é, dos indivíduos e de seus processos de interações sociais, tal qual as análises a um nível meso (de grupos específicos e de bairros), confere um sentido mais aprofundado de elementos que atuam, direta e indiretamente, nos contextos de transformações das estruturas sociais que corroboram para a intensificação das desvantagens sociais (MISSE, 1993; CALDEIRA, 1997).

O trabalho de Zilli (2004), que se propôs a identificar e analisar os fatores que tornaram a favela Pedreira Prado Lopes o centro com as maiores taxas de criminalidade violenta na região de Belo Horizonte, é exemplar das questões aqui. Ele retoma a formação do bairro para procurar indícios de como, no decorrer de 100 anos, a favela tornou-se uma das regiões mais violentas de Belo Horizonte. Assim como ocorre no bairro investigado, também a favela por Zilli analisada é alvo da imprensa que, como geralmente ocorre em ambientes de periferia, passa a ser palco dos mais diversos episódios de violência e do tráfico de drogas, que servem de entretenimento para as mídias locais. A descoberta do autor, quando se aprofunda no estudo da história da favela, é que certos aspectos de manifestação desses fatores já se encontravam na gênese do aglomerado e propiciaram o surgimento e a consolidação da violência e da criminalidade.

Um dos pontos mais tradicionais da discussão nesta abordagem, como podemos observar até aqui, é a composição da região por pessoas advindas de várias outras regiões. Esse é o primeiro aspecto destacado por Zilli, explicando o atrativo para uma nova área na cidade como que uma mudança respondesse uma demanda por melhorias econômicas e sociais. Quando afirmamos ser a composição um dos aspectos mais relevantes na formação de determinadas localidades, queremos indicar um sentido profundamente entranhado nos modos como a vivência cotidiana continua a alimentar as tensões e os medos. Uma população bastante heterogênea,

que possui características de identificação próprias dos espaços de moradias anteriores, é lançada a criar mecanismos que possibilite sua aceitação no novo tecido social.

Nas suas primeiras décadas de existência, o espaço ocupado pela Pedreira Prado de Lopes era bem maior do que o que se observa hoje. Miseráveis barracos de madeira se espalhavam por uma área extensa, formando uma vila que, guardadas as devidas proporções, lembrava uma cidade do interior. No entanto, o crescimento da capital mineira fez com que várias mudanças fossem processadas na configuração ambiental da PPL. (...) E isso só fez aumentar o cenário de miséria e decadência da vila. Por conta das alterações processadas naquela parte da cidade, várias famílias foram indenizadas pela Prefeitura e tiveram que se mudar da favela, o que contrastava com a chegada de novos moradores (ZILLI, 2004, p. 56-57).

À medida que avançava na história de sua formação, o autor foi revelando os elementos fulcrais no quadro de transformação social e das ocupações que se iam desenvolvendo naquele território: o cenário de completa miséria e deterioração do ambiente e do nível mínimo de organização popular (IDEM, p. 59). Além dessas questões que tematizam de maneira explícita a condição da favela e de seus moradores, acresce ainda que um dos principais problemas enfrentados naquela região é a violência do tráfico de drogas e os constantes conflitos entre gangues¹⁷.

O texto de Zilli (2004) é marcado por uma preocupação sustentada por um conjunto de evidências que vai esclarecendo os fatores que foram se conjugando para colocar aquela favela no patamar que foi registrada. Na finalização de seu trabalho dirá, então, que a Pedreira Prado Lopes concentra alto índice de desorganização social e baixa eficácia coletiva, resultado, historicamente, da forte entrada do tráfico de drogas e da consolidação de gangues ligadas à sua exploração. Essa exploração inerente a própria história da formação da favela. Que teve, em seu surgimento, uma centena de acampamento operários vindos das mais diversas regiões do estado, para trabalhar em uma pedreira localizada às margens de onde hoje é a favela; famílias que foram se estabelecendo em residências no local, de forma improvisada; o fato de que somente depois de algumas décadas de sua existência é que a favela passou a receber moradores com a real intenção de constituir uma comunidade. Esta

¹⁷ O esforço em compreender o fenômeno da violência na história da Pedreira Prado Lopes, levou Zilli a empreender um projeto de análise que retratasse os anos 1970, 1980 e 1990, para então explicar a realidade dos anos 2000.

circularidade é que caracterizou um dos principais fatores apontados para uma desorganização social e aumento da violência.

De acordo com Norbert Elias (2000), ao estudar as condições de vida de um pequeno vilarejo operário inglês, denominado Winston Parva, as relações permeadas entre os diferentes bairros passam a obedecer claramente um esquema de configurações. Mesmo que esse esquema da estrutura social seja simbólico, como é o caso do bairro Benedito Bentes, o conhecimento de seu funcionamento só é possível ser percebido e examinado à medida que se procura aprofundar na história da formação do bairro, nas redes de relações sociais e nas próprias tensões que, frequentemente, constituem ponto de partida. Em Winston Parva, o esquema, de acordo com Elias (2000), compreende três zonas:

- a zona I sendo definida como um “bairro burguês”, reunindo principalmente “os colarinhos brancos” (intelectuais, profissionais liberais, etc.);
- a zona II reunindo operários qualificados e semiquilificados que estão instalados na região, e mais especificamente na cidade, desde muito tempo porque passam a identificar plenamente o território;
- a zona III passando a ser ocupada por operários com características próximas as da zona II, mas com recursos mais recentes e cuja residência não se encontra no centro do vilarejo e sim nos loteamentos e adjacentes.

Nesse sentido, sua análise das relações entre os habitantes procurou esclarecer as lógicas que estão subtendidas nas três zonas e no complexo jogo de tensões instaurados entre elas. É aqui que reside a crítica nas abordagens de nível macro. Veja-se, por exemplo, sua observação a esse respeito:

Por maior que fosse o número de correlações estatísticas que se quisesse estabelecer, elas não poderiam, por si mesmas, levar a um entendimento claro da maneira como aquelas configurações funcionavam e afetavam a população residente. Era impossível inferir de uma mera análise quantitativa, por exemplo, que para as pessoas de uma área de classe média, para seu estilo de vida, para as imagens que elas tinham de sua zona e das demais, a existência de uma minoria operária em seu próprio bairro não a menor importância, ao passo que, tanto para as condições de vida quanto para as imagens da nova área operária, sua minoria era de extrema significação. Em alguns casos, as diferenças e relações quantitativas eram extremamente úteis como indicadores sociais (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 58).

Ou seja, para tratar especificamente das diferentes zonas (e principalmente naquilo que se refere às zonas 2 e 3) é necessária uma análise micro para explicar suas especificidades, tendo em vista o caráter de proximidade nomeadamente acerca da origem étnica, do nível educacional e econômico.

Por outro lado, quando examina a imagem relativa a ‘boa’ ou ‘má’ reputação dos habitantes encontra correlação no tempo de residência dos moradores: os da zona 2, por exemplo, se encontram integrados ao “vilarejo” e às “velhas famílias”, por isso possuem uma maior reputação quanto aos privilégios. Tais privilégios são entendidos, dessa forma, como uma rede de solidariedade entre a zona 1 e a zona 2, corroborando para um significativo afastamento da zona 3.

Sublinha-se que por trás dos privilégios e da reputação, acentua-se o lugar que cada uma dessas zonas (desses grupos) passam a ocupar na hierarquia social. Naturalmente, não se pretende aqui proceder a um exame exaustivo do conceito de comunidade, mas não se pode deixar de incluir na investigação o entendimento dos vários tipos de configurações e processos sociais que se articulam a produção, por exemplo, da identidade (ou do estigma) de determinados ambientes de vivência. Por fim,

O que se observa na “aldeia” era apenas um exemplo moderado, em pequena escala, de um padrão que se pode observar, amiúde sob forma muito mais tensa e virulenta, na relação de muitos grupos estabelecidos desde longa data – nações, classes, maiorias étnicas ou seja qual for sua forma – com seus grupos outsiders, quer estes sejam efetivamente mantidos em seu lugar, quer estejam em ascensão. Por toda parte, o carisma grupal atribuído ao próprio grupo e a desonra grupal atribuída às pessoas de fora são fenômenos complementares. E em toda parte, assim como na “aldeia”, esses fenômenos gêmeos encontram expressão em formas estereotipadas de auto-enaltecimento e noutras, igualmente estereotipadas, de censura, invectivas e calúnias dirigidas contra os outsiders” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 132-133).

Portanto, o mais importante será talvez o de analisar a informação recolhida entendendo que as relações entre os grupos (ou membros dos grupos) podem se impor sobre as reais características que de fato possuem, uma vez que, num jogo de tensões, desvalorizam a imagem que se tem do outro. É o caso do desenvolvimento de aglomerados urbanos que passam por *fases, etapas e períodos* de suas construções.

Quando certos agrupamentos passam a ingressar primeiramente em uma localidade, vão criando redes de interações com aqueles que com eles passam a

transformar um local vazio num espaço de convivência. Tempos depois, findada a construção das novas casas, das praças, dos terminais rodoviários, das escolas, das conveniências, enfim, com a chegada de novos habitantes uma maior ou menor incorporação é sentida na estrutura urbana. Assim foi com o bairro, objeto de nossa investigação.

A violência introduz, com efeito, mudanças substanciais na matriz cultural e na sociabilidade da população, ao mesmo tempo em que tende a acentuar-se em regiões de periferia, submetendo aos moradores o contato súbito e difuso, nem sempre direto, mas incontornável ao viver nos meios populares. A vulnerabilidade socioeconômica e a insegurança nas comunidades locais das regiões de periferia urbana, em função da violência e da fragilidade do controle social, concentram altos índices de crimes contra a vida e, simultaneamente, tem sua imagem construída associada a marginalidade, ao isolamento, ao tráfico e consumo de drogas... são essas dimensões que procuramos tratar para compreender as mudanças nos padrões de sociabilidade, em virtude do medo e da insegurança, e da configuração social do bairro do Benedito Bentes.

3. ESPAÇOS, TRAJETÓRIAS E VIOLÊNCIAS

No capítulo anterior fez-se uma revisão das definições e das problemáticas teóricas desenvolvidas em torno das noções de periferia e violência, sublinhando-se alguns exemplos de estudos que passam a evidenciar uma relação entre esse fenômeno e a forma como os espaços de convivência urbana vão sendo formados. No âmbito destes apontamentos alertou-se para a necessidade de melhor compreender as dimensões que criam vulnerabilidades a grupos e comunidades, argumentando-se que para isso é importante identificar não só os altos índices de violência, mas ter presente a natureza subjetiva das imagens e representações sociais que se associam aos territórios e condicionam uma fragilidade quanto a captação de oportunidades.

O reconhecimento destes conteúdos, levam-nos agora a sublinhar, ao longo deste capítulo, as implicações destes conteúdos numa lógica externa e interna. Explorando a realidade da capital alagoana e a trajetória de formação recente do bairro do Benedito Bentes.

3.1 Alagoas e o quadro de mortes violentas

Em Alagoas, a crise de violência continua a aumentar vertiginosamente, mesmo que entre um período ou outro seja observado uma leve redução das taxas de homicídios. Que muitos desses homicídios estejam atribuídos a vulnerabilidade social e tenham como alvos uma parcela significativa da juventude é certamente motivo de alarme e preocupação. Alguns autores fornecem uma ilustração da evolução recente no número de crimes no estado, revelando que só em 2008 foram 1.878 assassinatos, isto é, aproximadamente 12% dos homicídios em toda região do Nordeste. Observam ainda que no ano de 2012, registrou-se 61,8 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, o que representa aproximadamente 5 crimes violentos letais intencionais por dia no estado. Aliás, como indicam algumas pesquisas, Alagoas concentra alta situação de vulnerabilidade juvenil à violência, identificando maior risco de mortalidade entre os jovens negros do que entre os brancos. Paralelamente, as equivalências são somadas dado ao aumento da violência, da pobreza e ao declínio de oportunidades de trabalho, que vitimiza esse segmento e dificulta os recursos

necessários à conquista da cidadania (NOBREGA JR, 2011; NASCIMENTO, GAUDÊNCIO, 2013; BRASIL, 2015).

O Mapa da Violência 2013 - Mortes Matadas por Armas de Fogo, registrou que 36.792 pessoas foram assassinadas a tiros em 2010. O número é superior aos 36.624 assassinatos anotados em 2009 e mantém o país com uma taxa de 20,4 homicídios por 100 mil habitantes, a oitava pior marca entre 100 nações com estatísticas consideradas relativamente confiáveis sobre a temática. Entre os estados que apresentaram as mais altas taxas de homicídios estão Alagoas com 55,3, Espírito Santo com 39,4, Pará com 34,6, Bahia com 34,4 e Paraíba com 32,8. Pará, Alagoas, Bahia e a Paraíba estão entre os cinco estados também que mais sofreram com o aumento da violência na década. No Pará, o número de assassinatos aumentou 307,2%, Alagoas 215%, Bahia 195% e Paraíba 184,2%. Neste grupo está ainda o Maranhão com a disparada da matança em 282,2% entre o ano 2000 e 2010.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em 2013, o estado de Alagoas registrou 74,5 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. O estado apresenta uma média de diferença clara se comparado as demais regiões brasileiras. Nos três primeiros meses de 2015, a Secretaria de Segurança Pública de Alagoas, registrou 304 homicídios. Para o ano de 2016, nos três primeiros meses, foram registrados 416 homicídios.

Entre janeiro e março de 2017, foram registrados 600 assassinatos, de acordo com a Secretária de Segurança Pública (SSP). Os números referem-se aos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que incluem homicídio doloso, roubo seguido de morte (latrocínio), lesão corporal com resultante em morte, resistência resultante em morte e outros crimes violentos que resultam em morte. Os dados apurados revelam ainda que os homens são as maiores vítimas, com percentual de 93,3%, sendo que a maioria dos casos vitimaram jovens entre 18 e 29 anos, um total de quase 50%.

Os números, de fato, assustam. Em boa medida, representam um dos maiores problemas do estado e como os projetos de segurança estão aquém do que deveria ser realizado para tentativa de controle e redução dos crimes violentos. É intrigante também os números reduzidos de trabalhos que contemplem a temática da violência,

independentemente da esfera estudada, no estado. Na contramão disso, as mídias sociais e a mídia televisiva alagoana, abordam a temática em excesso.¹⁸

Apesar da carência dos estudos e das análises interpretativas do crime e da violência em Alagoas, alguns constituem marcos de trabalhos de longo fôlego neste domínio, a exemplo, de Ruth Vasconcelos (2014), para quem a violência no estado, nos períodos de 1998 e 1999, eram mais de ordem cultural e política, do que necessariamente de fatores econômicos. Por outras palavras, sendo já hoje comum, ela passa a entender que a violência urbana somada a violência com bases políticas e culturais, funciona como estratégia de manutenção de poder: que existe uma violência institucionalizada no estado e que existe uma cultura de violência (que perpassa os vários segmentos sociais e se expressa em percepções comuns a determinados comportamentos de violência local).

Deste ângulo, o ponto mais importante para se pensar é que em Alagoas não se encontra ou não se pode falar em ‘o determinante da violência é’... quando o que se verifica é a coexistência de situações na estrutura social, de âmbitos mais alargados. A autora reconhece que a violência no estado está para além do uso da força, pois esta passa a ser expressiva no desempenho e nas ações policiais que são coniventes com o crime e com as práticas excessivas de repressão e tortura. Portanto, ela afirma:

A história de Alagoas está pontilhada de acontecimentos envolvendo a violência policial, com o uso ilegítimo da força física, de forma desnecessária e excessiva, com o argumento de estar agindo pela preservação da Segurança Pública. Além disso, há o envolvimento de policiais com o crime organizado, que produz o efeito de a polícia em Alagoas estar sempre agindo “à margem do controle mínimo do Estado” (VASCONCELOS, 2014, p. 174).

Há muito de pertinente no que diz a autora. Os casos de violência institucional e o uso gratuito da força, nas cidades alagoanas¹⁹, são efeitos que não se pode

¹⁸ A questão da visibilidade enquanto fato social e construção social das imagens que preenchem um certo território (COSTA, 2008, p. 19), é aspecto decisivo para compreensão de um conjunto de traços implícitos da vida quotidiana e dos processos sociais que se revelam operantes na constituição da identidade histórica e cultural, em menor grau, de uma comunidade, em maior grau, de um país.

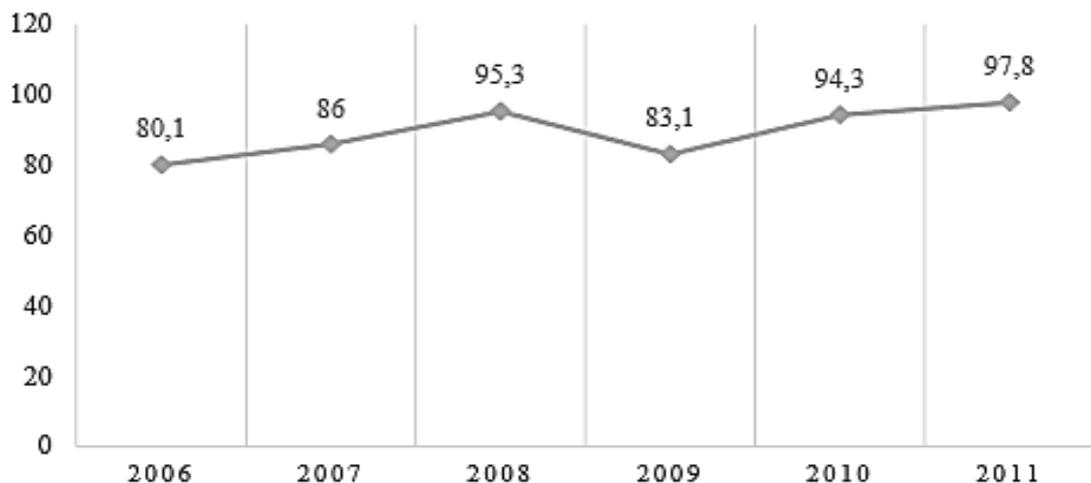
¹⁹ Por exemplo, no município de Pilar, Região Metropolitana de Maceió, uma reportagem destacava que a Polícia Federal prendeu um militar acusado de integrar um grupo de extermínio que atuava na região. A reportagem pode ser acessada no portal eletrônico <http://www.tnh1.com.br> ou aqui <http://www.alagoas24horas.com.br>.

ignorar, dado os processos de interação e os quadros contextuais diretamente relevantes na relação entre agentes de segurança e população.

Nascimento e Gaudêncio (2013), dois autores que se empenharam em desenvolver um diagnóstico da violência no estado de Alagoas, vão salientar o aumento considerável da violência desde o final dos anos 1990: por exemplo, apenas na capital, para o ano de 1999 foram registrados, para cada 100 mil habitantes, 30,9 homicídios. Em 2006 esse número chega a 98 homicídios para cada 100 mil habitantes. Os resultados obtidos revelam, segundo os autores, uma relação entre a organização do espaço urbano e da criminalidade violenta. Sendo, portanto, fundamental ter presente outras taxas para mensurar a violência urbana, tais como: o grau de urbanização; a migração rural-urbana; a densidade populacional; a economia local; a segregação; a pobreza e a desigualdade; o crime organizado e o tráfico de drogas.

Dessa maneira, numa perspectiva de se condensar tantas informações, que os autores passam a construir uma série de mapas, tabelas e gráficos, seja para pensar os acidentes de trânsito, os homicídios e os suicídios no Nordeste, em Alagoas, na Região Metropolitana de Maceió e em Maceió. Faremos alguns destaques, a título de informação, sobre as taxas de homicídios relativos ao estado (ver gráficos abaixo).

GRÁFICO 1 – TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA PARA HOMICÍDIOS NA RM DE MACEIÓ – (2006-2011)



Fonte: NASCIMENTO; GAUDÊNCIO, 2013.

De acordo com os autores, a violência letal na Região Metropolitana de Maceió²⁰ destoa da média nacional naquilo que diz respeito aos crimes que envolvem homicídios. A elevada taxa ao longo do período supracitado, demonstra bem como as cidades que integram a Região Metropolitana figuram em rankings de violência. O município de Pilar, por exemplo, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, para o ano de 2013, revelava a cidade como a mais violenta do estado. Além de outras cidades²¹, segundo os autores, estarem entre os 100 municípios mais violentos do Brasil.

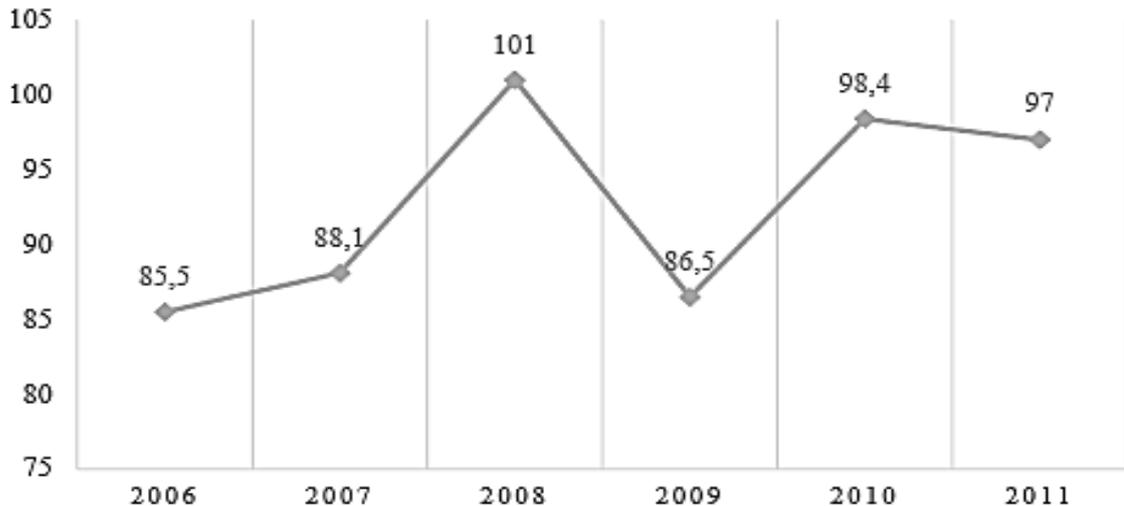
No caso dos homicídios para Maceió os dados são gradativos. Se, como vimos, os estudos sobre a violência no Brasil, com destaque para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, começam a se fortalecer no decurso da década de 1980, quando o crime começa a ter maior visibilidade social; em Alagoas, nesse período, taxa era 25 homicídios por 100 mil habitantes, crescendo de forma drástica no fim dos anos de 1990, segundo os autores.

É, no entanto, em 1999 que se passa a ter destaque a evolução dos crimes em Maceió, quando naquele período passa a ocupar o posto de 14^a capital mais violenta do Brasil. Em 2006, torna-se a capital mais violenta do país. E, em 2010, registra-se uma taxa de 110,1 homicídios para cada 100 mil habitantes em Maceió. Como poderá ser observado logo abaixo.

²⁰ De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 18 de 19 de novembro de 1998, A Região Metropolitana (RM) de Maceió compreende 11 municípios situados no estado de Alagoas, possui área de 2.341 km² e 177 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs). Em 2010, a RM de Maceió possuía um grau de urbanização de 97,8% e cerca de 37% da população estadual residia na RM. A população do município-núcleo da RM, Maceió, correspondia, em 2010, a 80,6% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM de Maceió, entre 2000 e 2010, foi de 1,57% ao ano (Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileira, IPEA, 2014).

²¹ Destaque para Maceió, Arapiraca, Rio Largo, Marechal Deodoro, São Sebastião, União dos Palmares, São Miguel dos Campos e Messias.

GRÁFICO 2 – TAXA DE MORTALIDADE ESPECÍFICA DE HOMICÍDIOS EM MACEIÓ – (2006-2011)



Fonte: NASCIMENTO; GAUDÊNCIO, 2003.

O contexto de elevadas taxas que aqui persiste, interpretada e condensada pelos autores, reflete a dimensão que a violência ocupa no estado. Reforça, também, a ideia de que, nas cidades, os investimentos em segurança, mesmo que financeiramente elevado, exerce efeito menor do que deveria exercer. Isso nos faz refletir sobre as ações e os planejamentos, seja de segurança, seja urbano, seja de lazer, que vem sendo desempenhado, particularmente, nos bairros, a propósito da investigação. Pois, embora a criação de novos quadros urbanos possa reduzir o déficit habitacional, o fluxo contínuo de migração para estas áreas, em muitas situações, conduzido pelo próprio estado, não explicaria os fatores responsáveis pela violência nessas regiões?

Essa não é uma questão puramente reflexiva. É uma interrogação nomeadamente empírica, diretamente relacionada com o estudo de caso que se apresenta, subjacente a percepção dos moradores e dos representantes comunitários no trato relacional com o estado. Não seria a desocupação uma problemática que diz respeito a violência? O realojamento, sem consentimento populacional, a mercê das arbitrariedades do estado, não configura violência?

A partir da explicação dos critérios subjacentes à seleção do estudo de caso e do enquadramento do bairro Benedito Bentes a malha urbana de Maceió, estas questões ganharam melhor significado quando reconstituirmos o contexto específico

de desenvolvimento do bairro e os fatores explicativos para trajetória e condições de vida dos residentes, particularmente os migrantes.

Traçar esse quadro histórico do bairro é, como se disse anteriormente, objetivando um conhecimento mais profundo sobre as redes de sociabilidade e o enfraquecimento dos laços de vizinhança. Com essa análise procura-se refletir, com base na realização de entrevistas e levantamento de dados pertinentes a temática, a problemática quanto a imagem emblemática que a população e o bairro adquiriram, em que se pesa diversos tipos de desvantagens e sentimentos no plano da vida cotidiana. Todos estes elementos aparecem, em síntese, para expressar àquele conjunto de população que reside em 'áreas populares', os chamados "bairros pobres", que são o destino de uma população massiva e heterogênea vinda dos campos ou de áreas urbanas com padrões (culturais e econômicos) distintos. De acordo com Baptista (2003), a perturbação da realidade física é viés para refletir acerca das transformações sociais ocorridas nas cidades. Ele acrescenta,

Quando falamos de cidade falamos ainda das imagens que se vão edificando em torno desses lugares que identificamos como cidade e que se formam a partir de discursos e práticas distintos, quando não conflituais. Extensíveis aos diversos meios sociais tais visualizações tornam-se tão mais poderosas quanto se conseguem afirmar como verdadeiras. (...) E por tudo o que fica atrás exposto podemos também afirmar que quando falamos de cidade falamos sempre dos poderes que a configuram fisicamente, dos poderes que a dão a ver da forma que lhes é mais vantajosa (através das imagens que melhor a retratam desse ponto de vista). Estamos a falar dos poderes que a percorrem, a sectorizam, a tornam lugar de referência, de conflito e de partilha. Falamos das dinâmicas sociais: das relações familiares, das relações profissionais, das relações de consumo, de partilha do espaço público, de controlo das relações interpessoais, de afirmação identitária, de imposição da autoridade, que estando numa fase de remodelação abrupta, abrem novas possibilidades de relação social e de libertação individual e cívica. Claro está que este processo não chega de mansinho, antes irrompe confundindo tanto os poderes que se lhe opõem como aqueles que o promovem (BAPTISTA, 2003, p. 37-40).

Como ilustrar, então, aspectos que se encontram inerentes a uma imagem negativa desses territórios? Como compreender o paradoxo da forte intervenção do Estado nestas áreas? A observação de Wacquant (2005, p. 172), para estes territórios, é a de que se trata de ambientes bem-identificados, bem-demarcados e cada vez mais isolados, vistos por pessoas de dentro e de fora como purgatórios sociais, infernos urbanos onde apenas o refugio da sociedade aceita habitar. São, ainda de acordo com o autor, territórios de pobreza e de origem migrante.

Daí a importância em analisar a pertinência de certos fenômenos que se dispersam, ao mesmo tempo em que se encontram inscritos, no tecido social local e na trajetória de vida de seus habitantes. É preocupação recorrente e generalizada, encontrada no cotidiano e nas representações daqueles que alimentam a visibilidade exterior, seja pela mídia ou por aqueles que, em algum momento precisam se deslocar para estes territórios, os problemas relativos ao tráfico de drogas, os roubos e assaltos, a marginalidade, espaços abandonados, precária iluminação nas praças, etc. Além de constantes episódios de desconfianças direcionados aqueles transeuntes ou mesmo aqueles que passam a habitar quando o bairro estendeu sua formação.

Desde há muito que a literatura científica sinaliza que a violência atinge o cerne da ordem social. Teresa Caldeira (2000), referindo-se ao crescimento do crime violento em São Paulo, demonstra claramente que a violência e o medo impulsionaram processos de mudança social nas cidades contemporâneas: um conjunto de novas estratégias de proteção e reação em que a construção de muros tornou-se a mais emblemática; condomínios privados brotando nas cidades; sucessão de placas 'você está sendo filmado', 'cuidado cão bravo', etc. Toda sorte de aparato de vigilância que passa a ser responsável por uma segregação no interior do próprio espaço de convivência.

Nem todos os modelos de organização social exigem o mesmo grau de vigilância, dependendo dos valores e normas que se interpenetram e influenciam-se mutuamente a fixação da partilha de valores comuns num determinado território, as atividades sociais são incomparáveis. Conforme Eunice Durham (1984), a diversidade regional implica na existência de modos de vida e padrões culturais diferentes para cada população. Cumpre reconhecer, portanto, as linhas de orientação para o estabelecimento de padrões de comportamentos advindos das migrações e das transformações que se vão apresentando em contextos sociais específicos. Sendo assim, estudar as condições do aparecimento da violência implica em se interrogar sobre as condições sociais e históricas que, em certo momento, favoreceram a emergência de novos mecanismos de interpretação para atual realidade difusa.

Quanto aos elementos que provocaram as reflexões que se seguem e deram origem a esta pesquisa, é extremamente relevante explicitar que se trata, em geral, do progressivo aumento dos homicídios no estado de Alagoas e, particularmente, das relações de sociabilidade no interior da periferia.

Se é certo que a periferia, espaço em que se está identificada a existência de um leque de problemas sociais, também está provado que tais problemas não se encontram ou se produzem unicamente no seu interior. Por isso, pensar sobre o aumento da violência no bairro implica levar em consideração os contornos do funcionamento dos sistemas sociais no estado, no que diz respeito à segurança, à moradia, à saúde, etc. De fato, à definição de políticas sociais na execução de estratégias e modelos de intervenção, que passam a se desenvolver neste campo, devem corresponder um mais profundo conhecimento sobre este problema social que, apesar do significativo aumento, permanece ainda, em larga medida, na obscuridade dos seus reais contornos.

A questão urbana e das cidades é da maior pertinência na atualidade. As cidades e as suas múltiplas manifestações socioculturais, políticas e ambientais são temas que mais decisivamente condicionam a qualidade de vida futura da maioria da população mundial. Assim, o estudo do crime e da violência remete para os fundamentos da organização social e para os processos de construção das representações do viver e das reações sociais pelos grupos sociais. O bairro, nesse sentido, nos permite discutir não só os aspectos múltiplos da violência, mas a confrontar, de maneira lúcida e amparada no material empírico, os estreitos laços de vizinhança e a organização das residências em um local comumente marginalizado.

No âmbito destas teorias e do exercício reflexivo efetuado, o contexto local passa a ser interpretado como resultado das atividades e das interações sociais que partem da coletividade dos atores sociais. Pelas redes de sociabilidade produzidas no decurso do surgimento e desenvolvimento do território habitado; pelos processos sociais e estruturais mais vasto, isto é, o econômico, o político, os dispositivos de segurança, etc., que afetam, direta ou indiretamente, por sua vez, as possibilidades de desenvolvimento e da integração no interior da comunidade ou na intersecção entre as comunidades. Tudo isto revela, sem dúvidas, a importância do conhecimento sobre as formas de produção da violência, por um lado, e da apropriação física e simbólica dos espaços urbanos.

É neste sentido que, a seguir, passamos a discutir o cenário em que se dão as ocupações na capital alagoana, notando-se que tais ocupações influenciam as trajetórias de seus atores sociais, no sentido de maior ou menor exclusão local, comunitária ou mesmo territorial. No âmbito deste debate, tendo em vista a importância de sublinhar os traços fundamentais acerca do bairro, passamos a

conhecer sua trajetória e como foi ficando assim estruturado em dois núcleos habitacionais: Benedito Bentes I e Benedito Bentes II. Assumindo importância no imaginário coletivo relativo a culpabilizar os *outros* pelos problemas que se encontram na base do território habitado. Ao mesmo tempo em que teremos oportunidade para observar, numa série estatística²², o movimento dos homicídios no bairro, dentre outras questões e interpretações pertinentes a essas taxas.

O Brasil tem registrado, nos últimos 30 anos, um intenso processo de urbanização dos grandes centros metropolitanos. Um fluxo cada vez mais intenso de moradores, das mais diversas localidades, migrando para as regiões metropolitanas e, conseqüentemente, estabelecendo como local de moradia as zonas de periferias. Mirando na possibilidade de aluguéis melhores e benefícios provenientes dos programas sociais. O Censo demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, registrou que o Brasil possuía 6.329 aglomerados subnormais, isto é, assentamentos irregulares conhecidos como: favelas, invasões, grotas, baixadas, vilas, mocambos, comunidades, dentre outros termos. Ambientes que concentram, segundo a pesquisa, 6,0% da população brasileira (11.425.644 pessoas), distribuídos em 3.224.529 domicílios particulares ocupados (5,6% do total). Esses aglomerados frequentemente ocupam áreas menos propícias à urbanização, como encostas íngremes no Rio de Janeiro, áreas de praia em Fortaleza, vales profundos em Maceió (localmente conhecidos como grotas).

O fator mais preocupante dessas regiões, além dos serviços de abastecimento de água, do esgotamento sanitário, os locais de destinação do lixo e a disponibilidade de energia elétrica, é a concentração de índices cada vez maiores de pobreza e violência. São, por excelência, territórios vulneráveis à violência e à criminalidade. Em primeiro lugar porque esses modelos de urbanização com vias que ligam diretamente um conjunto a outro, por meios de becos e vielas, com fraca iluminação, sempre territorialmente distantes da região central da cidade, exibindo uma deficiência de infraestrutura de transporte, tornam a vivência e a interação nesses territórios marcadas pelo estranhamento e a desconfiança.

²² Antecipamos, desde logo, que a série de que aqui tratamos tem início em 2012, quando o Núcleo de Estatística e Análise Criminal (NEAC) da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do estado de Alagoas passou a registrar, dentre outros, os Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIS).

Lopes e Junqueira (2005), a serviço do Instituto Brasileiro de Administração Municipal de Habitação Popular e Saneamento da Prefeitura (IBAM/DUMA), elaboraram um importante diagnóstico da situação habitacional em Maceió. O texto é para tratar do quadro de carência e vulnerabilidade das condições de moradia da população pobre maceioense. Dito desta maneira em nada acrescenta, tendo em vista que também outros grandes centros urbanos brasileiros carregam em suas formações tais traços. A particularidade alagoana, e isso ganha maior notoriedade em Maceió, é que seu crescimento populacional é resultado da força de produção açucareira.

Esse crescimento populacional, por exemplo, pode esclarece a existência, no ano de 2001, de 135 assentamentos subnormais registrados em Maceió, abrigando uma população de 364.470 habitantes, ou seja, um total de 46% de toda sua população (LOPES e JUQUEIRA, 2005). A subnormalidade e a precariedade habitacional, ao contrário do que ocorre no Rio de Janeiro, a título de exemplo, para quem a maioria das favelas ocupam os morros e encostas e ganham tamanha visibilidade – especialmente para denunciar questões explícitas do cotidiano – em Maceió, as ocupações nas grotas estão imersas nos tabuleiros da cidade, dificultando a percepção das problemáticas que acabam por se concentrar nestas regiões.

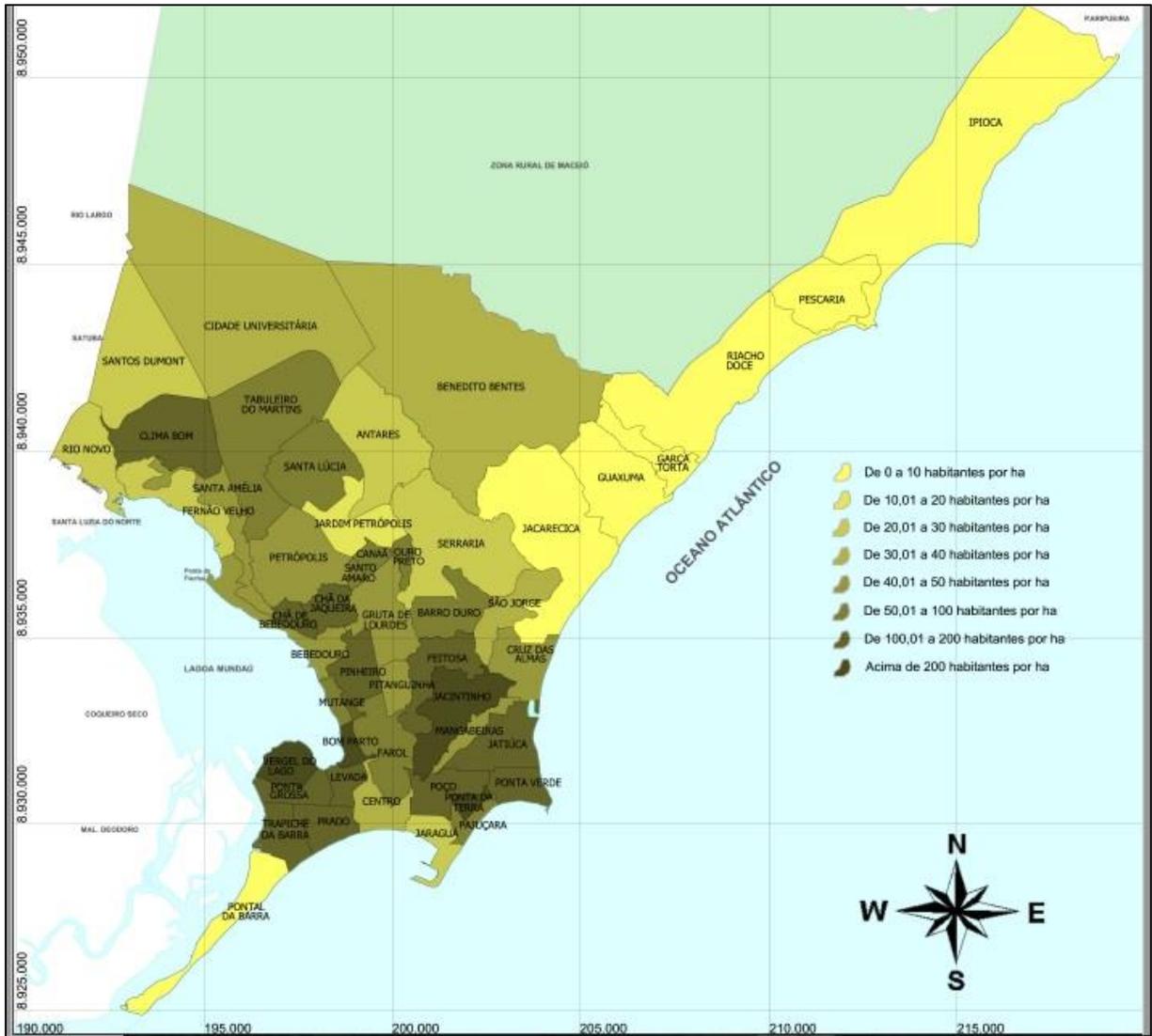


Figura 1 – Densidades demográficas por bairros de Maceió

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento de Maceió (SMPDM), 2009. Disponível em: <http://www.sempla.maceio.al.gov.br> Acesso em: 14 ago. 2017.

Some a isto fatores tais como o desemprego, o subemprego e o fraco desempenho da economia; o alto nível de exclusão social (geral em no Estado); a ineficiência e deficiência dos programas governamentais de habitação popular; a inexistência de um mercado imobiliário, de ofertas de moradias (destinadas as classes de mais baixa renda); e a fragilidade dos órgãos de fiscalização do uso e ocupação do solo (LOPES e JUQUEIRA, 2005).

Em 1940, a população era de 90.523 habitantes concentrados nos bairros de Poço, Levada, Bebedouro e Farol. A partir dessa época começa a expansão definitiva da cidade até a sua zona alta. Na década de 1950, a falta de planejamento e a topografia da cidade, somadas ao acelerado processo migratório, deram início à ocupação desordenada do vale do Reginaldo. (...) A partir de 1960 são identificados os reflexos das modificações estruturais

ocorridas no país, que vão interferir de forma determinante na configuração espacial da cidade e no fenômeno habitacional urbano em Maceió. (...) Em 1970 a população do Município chega a 263.670 habitantes. Esse quadro reflete fatos de décadas anteriores, principalmente dos anos de 1950, que influenciaram no processo, caracterizados por um grande movimento migratório com forte impacto na cidade. (...) O crescimento urbano acelerado e desordenado, as deficiências e carências de infraestrutura e a segregação físico-espacial da cidade, revelam os contrastes socioeconômicos existentes no Estado (LOPES e JUNQUEIRA, 2005, p. 20-23).

Por tudo que fica acima exposto e para não generalizar uma informação tão relevante, Baptista (2003) vai acentuar que quando falamos de cidade, estamos a falar sobre *poderes* que a configuram fisicamente e lhes dão forma, através das imagens que as retratam. Esse percurso entre as décadas, traçado por Lopes e Junqueira (2005), também são retratos dos poderes e das imagens que tornam a cidade de Maceió “lugar de referência, de conflitos e de partilha” (BAPTISTA, 2003, p. 39). O cenário que cresce e se transforma, sociologicamente, são as dinâmicas sociais: das relações familiares, das relações profissionais, das relações de consumo, de partilha do espaço, de confrontos das relações interpessoais. Esse recuo histórico contribui para constatar as modificações do território urbano nos períodos de excepcionalidade demográfica. Atente-se, nesse sentido, para as tabelas abaixo:

TABELA 1 – Percentual de População alagoana vivendo na Capital

Período	População residente		
	Alagoas	Maceió	Percentual da população de Alagoas vivendo em Maceió
1960	1.258.107	168.055	13,12
1970	1.558.109	263.670	16,60
1980	1.982.591	399.254	20,14
1991	2.512.991	629.041	25,03
2000	2.822.621	797.759	28,26
2010	3.120.922	932.608	29,88

Fonte: MACEIÓ, IBAM, 2005; IBGE, 2010.

TABELA 2 – População de Maceió, 1970 a 2010

População	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Urbana	251.713	95,5	392.265	98,2	583.343	92,7	795.804	99,8	932.129	99,9
Rural	11.957	4,5	7.035	1,8	45.698	7,3	1.955	0,2	619	0,1
Total	263.670	100	399.300	100	629.041	100	797.759	100	932.748	100

Fonte: IBGE, 2010

No capítulo de que trata sobre a política habitacional, o Plano Diretor (2005) da cidade de Maceió, assegura diretrizes e estratégias que objetivam reduzir o déficit e as necessidades habitacionais para “*conter a produção de moradia irregular*”. Definindo ‘habitação’ os componentes que integram a *moradia*, a *infraestrutura* e os *serviços urbanos*, além dos *equipamentos urbanos e comunitários*, para assim viabilizar condições necessárias ao funcionamento da vida em população. Compreendendo, dentre outros aspectos, em seu artigo 92/2006:

- I. Prioridade no atendimento à habitação de interesse social nas áreas indicadas como Zonas Especiais de Interesse Social;
- II. Reassentamento da população apenas em situação de risco à vida ou ambientais, garantindo relocação das famílias para áreas próximas ao local de remoção ou dotada de programa de geração de trabalho e renda;
- III. Articulação da política habitacional municipal às políticas e programas federais e estaduais, de agências internacionais e de outros agentes intervenientes da Cidade, para otimizar os recursos e melhor enfrentar as carências habitacionais;

Entre os objetivos subjacentes ao Artigo 94/2006, que trata a *habitação de interesse social*, para os segmentos da população em situação de maior vulnerabilidade social, consta-se:

I. Famílias em situação de miséria absoluta, residentes em assentamentos precários, em unidades sujeitas à desocupação ou sem condições de habitabilidade, incapazes de arcar com quaisquer ônus financeiros com a moradia;

II. Famílias cujas capacidades aquisitivas possibilitam arcar com um dispêndio irregular e insuficiente com a moradia, que sem subsídios permite residência apenas em assentamentos precários;

III. Famílias residentes ou não em assentamentos precários cujas capacidades aquisitivas possibilitam arcar com um dispêndio regular com a moradia, por meio de financiamentos especiais, menos onerosos que os praticados no setor privado.

A importância de uma região possuir um Plano Diretor é a de mapear a realidade dos territórios para, sob certo efeito, influenciar a maneira como são *desenhados* os projetos e as políticas para combater as problemáticas relativas à habitação social. Que em boa medida é espelho dos projetos nacionais, ainda que nem todos estados possuam planos diretores. A Secretaria Municipal de Habitação de Maceió, em 2006, tendo como base o levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, anunciou que mais de 150 mil famílias habitavam áreas de risco (encostas e grotas) que são tratadas, pelo Plano Diretor de Maceió, como Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS²³, dada a maciça concentração populacional nesses territórios e o perfil dos que residem.

Ocorre, como inevitável, uma formação urbana indevida, resultado de um alargamento que vai da periferia para o centro, para a qual contribuiu a construção dos conjuntos habitacionais que começaram a surgir na década de 1970, pela Companhia Habitacional de Alagoas – COHAB-AL. A partir daí começa a busca por terrenos mais baratos para compensar o preço da venda das unidades habitacionais (COSTA; RAMOS, 2004), expressando, assim, a realidade recente dos processos

²³ O ZEIS representa os territórios demarcados para assentamentos habitacionais de populações de baixa renda. O conceito surgiu em Recife, Pernambuco, na década de 1980, foi adotado em São Paulo, na década de 1990 e passou a incorporar, em 2001, o Estatuto da Cidade, tornando-se, assim, um importante instrumento urbanístico para as cidades brasileiras.

desgastantes de inúmeros conjuntos populacionais e que se vai ganhando visibilidade na estrutura urbana da cidade de Maceió.

De certo modo, isto vem reforçar a ideia já exposta para a qual um ritmo de transformações antes inexistentes, de peso residencial, induz um crescimento urbano e cuja formação e desenvolvimento processam, em função dos aspectos migratórios, a existência de outras sociabilidades, fixas e não-fixas (também por conta das evasões), da área envolvente. De maneira mais específica, a inserção e o contínuo contato com o bairro e aqueles grupos que participaram da produção do material empírico desta investigação, encontrou significativa familiaridade com as atividades desempenhadas pelos núcleos habitacionais e com as grotas habitadas.

No âmbito desta problemática, certamente a junção espacial de diversas *desvantagens* tendem a, efetivamente, contribuir para gerar efeitos negativos e, assim, passar a fortificar processos de diferenciação territorial e social. Além disso, é relevante pensar que a distribuição dos conjuntos habitacionais, por exemplo, nos extremos das cidades igualmente reforça uma distância simbólica entre o que se pode chamar de *espaços valorizados* e *espaços desvalorizados* da cidade (GONÇALVES, 1988). Desta perspectiva, uma outra se mostra relevante. Também nos espaços desvalorizados, aqueles em que se agrega situações de miscigenação social, dada a heterogeneidade das áreas de residência, vão se supervalorizando àquelas partes dos territórios de maior proximidade com as áreas de comercialização²⁴.

Gentrificação²⁵ é o termo utilizado, muito genericamente, para dar significado a ocupação de espaços e territórios por grupos sociais com maior poder aquisitivo do que os demais grupos tradicionalmente ocupantes, com tendencial remoção ou divisão territorial e social. De acordo com Anete Ivo (2012), quando analisa os empreendimentos imobiliários em Salvador e demonstra a negação da cidade como espaço público de convívio, num quadro de *déficit* habitacional e aumento da violência, eis os vetores acionados pelas cidades como manifestação da estruturação do espaço urbano: favelas ou ocupações espontâneas e condomínios fechados. Isto é, empreendimentos que explicam as tensões sociais responsáveis por ocupação

²⁴ Inaugurado em 2009, em uma das principais vias de acesso ao bairro do Benedito Bentes, o Shopping Pátio Maceió, popularmente chamado de 'shopping do Biu', constitui uma espécie de *lugar geográfico* privilegiado pelas infraestruturas de habitação e mobilidade que passou a oferecer. Ver <http://gazetaweb.globo.com/portal/noticia-old.php?c=188985&e=>

²⁵ Ver, sobre esta questão, por exemplo, os trabalhos de Wacquant (2010), Ivo (2012) e Queirós (2013).

desigual das áreas da cidade e as ambivalências entre a dimensão do público e do privado. Por fim, o processo de gentrificação que compreende a revitalização das áreas degradadas, substituídas por novos investimentos, o que pode vir a se constituir em mais um processo de segmentação da cidade.

Por isso mesmo, somos levados a nos questionar mais acerca do comportamento dos conjuntos populacionais e da vida que experimentam no espaço urbano, respeitante à estrutura demográfica da aglomeração em Maceió, que o ponto de vista a propósito da estrutura física e dos efeitos que daí decorrem. Também porque, até aqui, já foi possível localizar o que tende a ancorar o sentido de particularidade das ocupações nos espaços alagoanos, isto é, os elementos transversais que fazem parte do processo de construção física (o projeto urbano em si) e na construção social da visibilidade (como se poderá verificar mais adiante, as imagens que preenchem a visibilidade do bairro).

As privações e as desvantagens sociais em Alagoas resultam das disparidades regionais e locais, da falta de desenvolvimento industrial e do elevado nível de desemprego. Como observou Cavalcanti (2001), o declínio da agricultura em pequena escala levou a uma enorme onda de migração para Maceió, em que os pobres rurais se tornaram os pobres urbanos. Ao mesmo tempo, o problema constante da inflação, os cortes de estado nas despesas sociais e a tendência para a privatização resultaram num abandono das políticas *pró-pobres*.

Além disso, torna-se cada vez mais difícil, especialmente para os mais pobres, a relação dos sujeitos com a cidade. Maceió, por exemplo, tem experimentado uma evolução urbana não planejada, em que 50 % de suas terras ocupadas são frutos de ocupações ilegais (CAVALCANTI, 2009). E quando passa a agir, no tocante a promover ações de rearranjo urbano, o padrão é remover uma parcela populacional da cidade para as áreas periféricas da cidade. A ação mais recente da Prefeitura de Maceió foi a desocupação da Vila dos Pescadores, no bairro de Jaraguá, em 2015²⁶.

A desocupação dos pescadores motivou o surgimento de um movimento denominado *Abrace a Vila*, que reivindicava melhor tratamento aos familiares que foram realocados para abrigos e apartamentos: denunciava-se as condições que esses familiares estavam submetidos, pelas questões de insalubridade e falta de

²⁶ Uma reportagem sobre essa ação e que trata do movimento *Abrace a Vila*, pode ser verificada no seguinte endereço eletrônico: <http://alagoasboreal.com.br>

estrutura. Mas também, porque naquele momento, se via a preocupação de um projeto de cidade que passava a *higienizar os espaços públicos*, excluindo os mais pobres e destruindo a história de uma comunidade tradicional de pescadores, numa lógica distorcida de desenvolvimento.

Essa política de desocupação e deslocamento em nada contribui para os grupos sociais, tendo em vista que toda sua formação é ali enraizada e porque, geralmente, esse deslocamento tende sempre a ser para um local distante de seu local de trabalho, ressaltando, de acordo com os moradores, uma desocupação das crianças e dos jovens, pela ausência de espaços de convívio e lazer, uma desocupação dos mais velhos, pela ausência de oportunidades de emprego, seja informal ou formal.

São ações que divergem do interesse da maioria dos residentes por se manifestar como incentivo a segregação espacial. Estes processos e estas dinâmicas sociais cuja discussão se revela pertinente, dispõe num quadro alargado que toma na realidade social de Maceió profundos exemplos de alterações demográficas, culturais, políticas, econômicas e que refletem diretamente na condição de vida da população.

A atual ocupação das cidades modernas, assim, pode ser interpretada por uma longa história de tensões e conflitualidades das gentes que não se apresentam homogênea em territórios cada vez mais desiguais. Territórios que passam a exercer sempre uma influência difusa muito profunda nos modos de vida, isto é, nos mecanismos de regularização tradicional e nos sistemas de vulnerabilidade no qual esses lugares exigem adaptações daqueles que os ocupam.

Para Kowarick (2002), que procurou analisar a vulnerabilidade socioeconômica do Brasil urbano, a dificuldade de expandir os direitos de cidadania, num período de consolidação do sistema político democrático brasileiro, não caminhou para um enraizamento do conjunto de direito básicos. Não houve, sob seu ponto de vista, instituições políticas ou comunitárias com força suficiente para garantir a efetivação ou para proteger os direitos sociais básicos no mundo do trabalho ou da moradia. Ele então explica,

Contudo, um componente vital na determinação do padrão de vida urbana, a moradia, deve ser ressaltado em face da precariedade de boa parcela das habitações e da inexistência de políticas habitacionais no país, não obstante haver recursos que possibilitariam enfrentar o problema em prazos não muito longínquos. Refiro-me particularmente às favelas — entendidas como ocupação de terra alheia, pública ou privada —, que congregam 25% da

população de Belo Horizonte, 28% no Rio de Janeiro e em Fortaleza, 40% em Recife, a terça parte dos habitantes de Salvador e a metade dos que moram em Belém, sem falar das palafitas de Manaus e dos barracos de madeira ou casas de alvenaria presentes em boa parte das cidades médias e grandes, muitos situados em áreas insalubres ou de risco. No caso do município de São Paulo é notório um processo de "favelização" (KOWARICK, 2002, p. 19).

A expansão urbana tem sido assim marcada, em todas as partes, por um movimento crescente da população que tende a se concentrar em grandes metrópoles. Esse movimento desemboca em resultados contrastantes. Se a mobilidade e as profundas renovações de empreendimentos de moradias urbanas se mostram decisivas para compreensão das realidades sociais, o mesmo acontece entre nós, ocupantes profundamente marcados por uma série de transformações que estão associadas a vida na cidade: valores e normas interpenetram-se e influenciam-se mutuamente para manutenção e continuidade da ordem social em um determinado território, em um determinado tempo histórico.

Quer isto dizer que não apenas as formas físicas das áreas sujeitas a processos de urbanização são indicadoras da permeabilidade que os lugares passam a experimentar. Também suas correlações com outros fenômenos englobantes da vida social, a exemplo da economia, da educação, da segurança, assumem aspectos relevantes do viver em meio urbano. Habitar em favelas, em grotas e encostas, como observou Kowarick (2002) representa viver em ambientes sujeitos a altos índices de degradação e contaminação, haja vista o grande número unidades habitacionais à margem de córregos ou em área de acentuada declividade. Áreas sujeitas a inundações e erosões. Não fosse isso por si um grande desafio, acresce que um dos aspectos mais pertinentes nestes ambientes diz respeito à relevância do fenômeno da violência e a maneira como se articula com o desenvolvimento das formas de socialização.

A vivência em territórios densamente povoados, sobretudo urbanos, a desagregação dos laços sociais e dos valores inerentes e as alterações profundas na natureza e estrutura das redes de sociabilidade, parecem fazer destacar um sentimento cada vez maior de manutenção da ordem e das normas que outrora estabeleciam o funcionamento das comunidades. Se há uma presença inegavelmente necessária e que caminha em paralelo com o surgimento e desenvolvimento de novos

territórios, essa é a manifestação da segurança como um dos valores fundamentais das interações sociais.

Embora se possa considerar que os fatores atribuídos a violência encontrem semelhanças nas periferias, por exemplo das suas características de densidade, de intensidade e diversidade das estruturas, o ingresso nas redes sociais, as conversas com os moradores, com líderes comunitários, conselheiros tutelares, representações políticas e de segurança que atuam diretamente no interior desses locais, impõem ressalvas que são próprias do cenário em que se está investigando.

Se estamos a identificar e problematizar os contornos dos espaços e os contextos de socialização prevalente em um território específico, o Benedito Bentes, é porque foi possível cultivar uma familiaridade com o bairro. Essa natureza exploratória poderia ter sido conduzida para outras áreas da cidade, como o território vizinho, o bairro Cidade Universitária, o bairro Clima Bom, o bairro Jacintinho, assim como poderia ter sido realizado na Vila Brejal, na Vila Emater, ou em tantos outros conjuntos habitacionais que passaram a incrementar a paisagem urbana maceioense.

Além disso, é característica desses modelos de urbanização a vantagem imediata de moradia, com baixos preços a populações carenciadas anteriormente residentes à beira da lagoa ou em barracos, contribuindo para um controle dos custos de produção e distribuição das habitações (MOURA, 2003, p. 22). Mas, como se tem visto, denuncia cada vez mais consequência a média/longo prazo que colocam profundos desafios aos poderes públicos. Desafios estes que estão permeados para além da gestão habitacional.

Como destacou Moura (2003), não é recente o fato de que a 'crise das cidades' acompanha discursos cada vez mais vinculados aos problemas gerados a partir dos bairros sociais, justamente por serem cenários de uma fragmentação social e econômica de difícil controle. Sendo, neste aspecto, lugares simbólicos da crise, os bairros agregam a sua imagem e nos discursos que sobre eles, a ideia de exclusão, marginalidade, violência e guetização. Por estarem desintegrados da malha urbana, fisicamente ou ao nível da imagem pública (que supervaloriza os bairros nobres, as praias, etc.) protagonizam, no imaginário coletivo, um território de incertezas e de caos social, econômico e cultural.

O que nos intriga, no bairro Benedito Bentes, é a concentração de determinados problemas e desvantagens sociais em um território que foi planejado e pensado para solucionar exatamente tais privações. Um território que recebeu em sua

inauguração todo aparato administrativo para organizar a população beneficiada com as chaves das casas e aos poucos foi sendo palco de invasões, novas implantações e sendo legitimadas pelo crivo do estado. Dessa forma, não se trata só de compreender o problema da violência, mas antes, em função desse fenômeno, procurar conhecer a condição recente de sua infraestrutura, dos problemas de vizinhança, da insegurança, dos problemas de mobilidade e acessibilidade, isto é, as profundas dinâmicas no interior do bairro.

Assim sendo, e a par destas questões, passemos a conhecer o bairro do Benedito Bentes, sua história e imagens que dele se foram simbolicamente construindo. Não se trata da descoberta de um simples projeto urbano, ou de um receptáculo de desvantagens sociais, como muito se faz crer. Mas de um 'outro' universo complexo, relativamente recente, que tem vindo a suscitar diferentes tipos de respostas do estado, consoante as características urbanas (de qualidade habitacional e da mobilidade social) e, assim como, naquilo que diz respeito ao desenvolvimento de estratégias de segurança (para redução de crimes e prevenção, especialmente, dos jovens no não envolvimento com tráfico de drogas e prostituição).

Na sequência da inserção exploratória, decidiu-se traçar, num primeiro momento, um levantamento da construção do bairro, para título de informações e localização da estrutura do bairro na cidade de Maceió e, num segundo momento, deslocou-se o interesse da investigação para os moradores residente, especialmente aqueles que na base da entrega do bairro passaram a construir suas histórias, formas suas famílias e a manter uma relação direta com a trajetória daquele que é hoje o maior aglomerado urbano de Maceió, o Benedito Bentes.

3.1.1. A trajetória do bairro do Benedito Bentes

A área urbana selecionada tem em comum com outros aglomerados urbanos brasileiro sua elevada concentração de problemas sociais, econômicos e ambientais, que fazem daquela região uma área urbana violenta (ou o que se constrói acerca dela). O bairro do Benedito Bentes tem vindo a ser objeto de diversos discursos ao longo do tempo, seja por meio de notícias circuladas nas mídias televisivas e digitais, seja por intervenções municipais ou governamentais. Além, claramente, de algumas

pesquisas que dão conta a pensar acerca da juventude²⁷, do policiamento comunitário²⁸, da saúde²⁹, da urbanização, enfim, de um conjunto de fatores de importância decisiva na história do bairro.

A maioria dos conjuntos habitacionais de baixa renda, em Maceió, são construídos no final dos anos de 1980, muito aquém de se atender à demanda necessária e em locais muito aquém do que se poderia denominar integração dos grupos populacionais urbanos. Das muitas habitações implantadas, aproximadamente 88% das unidades habitacionais concentraram-se na parte alta da cidade, principalmente no atual bairro Benedito Bentes.

O bairro foi promovido pela antiga Companhia de Habitação Popular de Alagoas (COHAB)³⁰, com financiamento do antigo Banco Nacional da Habitação (BNH), na década de 1986, objetivando reduzir o déficit habitacional para grupos de baixa renda. O esquema foi projetado para atender às necessidades dos 27.640 habitantes em 5.528 unidades habitacionais. Em 2000, porém, foram registrados 67.964 habitantes (IBGE 2000). O projeto causou uma série de problemas para a estrutura urbana de Maceió, muito em função de outros assentamentos irregulares nas proximidades incorporadas a ele.

Cavalcanti (2009, p. 107), em sua tese de doutoramento, conseguiu entrevistar um dos antigos arquitetos responsáveis pela obra. Reproduzimos abaixo seu depoimento acerca do bairro:

"Construímos um grande número de casas nos arredores de Maceió, embora pensemos que o Conjunto Benedito Bentes não deveria ter sido realizado.

²⁷ Veja-se, por exemplo, o trabalho de Giovanna Silva (2011) que trata sobre as representações negativas que associam os jovens, moradores de áreas populares, à criminalidade e à violência. Para tanto, seus esforços passam a se concentrar nos jovens moradores do Conjunto Habitacional Selma Bandeira, do bairro Benedito Bentes, em Maceió. Em suas análises, ela chega à conclusão que, as situações de discriminação e violência simbólica experimentada pelos jovens traduzem-se diretamente no pensamento de não valorização dos espaços onde vivem. Enfraquecendo assim os laços de organização social e reproduzindo as condições de desvantagens sociais.

²⁸ Gaudêncio e Nascimento (2014) realizaram uma importante avaliação acerca do processo de implantação do policiamento comunitário em Alagoas, em que o projeto-piloto, iniciado em 2009, contemplou o Conjunto Selma Bandeira, no bairro Benedito Bentes. Em suas considerações, sinalizam para relevante ação naquilo que trata da proximidade entre a relação da sociedade com os demais setores da segurança pública, para tratarem assim da redução da violência e criminalidade no bairro.

²⁹ Jordânnya Silva (2011), realiza um interessante diagnóstico acerca da saúde na capital alagoana. Em sua dissertação, ela trata de três grandes bairros: Vergel, Jacintinho e Benedito Bentes, em que analisa a relação da deficiência dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e sua influência na qualidade de vida da população. Demonstrando, com isto, que a deficiência desses serviços são fatores de risco para os moradores.

³⁰ Sendo que, atualmente, quem administra tais recursos é a Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais (Carhp).

Era um assentamento muito grande e a cidade não estava preparada para absorver um número tão grande de pessoas. Nós não teríamos feito isso hoje. Há legislação para prevenir isso porque não há mais terras urbanas disponíveis. A cidade cresceu consideravelmente nos últimos 20 anos e a propriedade adquiriu um valor tão alto que não é mais viável construir casas para pessoas pobres. Os políticos estão ansiosos para adquirir a terra mais valiosa e usar recursos públicos dessa maneira. Quantas parcelas gratuitas estavam disponíveis entre Benedito Bentes e Maceió? Quanto dessa terra aumentou em valor durante esse período? Isso me deixou consciente de que havia interesses políticos envolvidos. O poder dos políticos derrubou o poder dos funcionários envolvidos no planejamento urbano. Nós já lutamos muito contra tudo isso” (Ex arquiteto da COHAB, em tradução livre).

Alertando para algumas limitações intrínsecas ao próprio território e mesmo para o acolhimento populacional não imaginado, o arquiteto questiona-se acerca da razão para construção do que antes era denominado Conjunto Benedito Bentes. E aqui passa a ser necessário entrar num outro domínio de reflexão: se naquele período o *assentamento* era visivelmente desproporcional ao que a cidade deveria suportar, nesse caso, passados trinta anos, tal evidência acompanha a predominância de uma preocupação de ordem social (inclusive, em detrimento da ordem urbana).

Tomando este aspecto em atenção vale, contudo, a pena voltar à descrição daquilo que, com seu surgimento, iniciou-se como Conjunto de unidades habitacionais, para hoje torna-se um complexo aglomerado urbano, que se subdivide simbolicamente em dois grandes núcleos: Benedito Bentes I e Benedito Bentes II. Essa divisão que não é física, permite o reforço do discurso que pode ser algumas vezes considerada como sinônimo de anonimato e isolamento. Revelando outras potencialidades ao longo do tempo, como processo análogo ao estigma e a culpabilidade do *outro*, aquele que venho depois e que trouxe consigo diversos problemas para o bairro. É particularmente interessante esse discurso e igualmente generalizante no tecido social do bairro. Conduziremos melhor esta questão no decurso da pesquisa.

No que neste momento está mais em causa, a olhar-se para dimensão territorial do projeto inicial do bairro, em nada se assemelha com a evolução de logradouros, conjuntos habitacionais, apartamentos, grandes empresas, shopping³¹, Institutos Federais, Faculdades e o incontável número de escolas e creches particulares que

³¹ O Shopping Pátio Maceió, criado em 2009, pertencente ao bairro Cidade Universitária, está localizado na principal via de acesso ao bairro Benedito Bentes. Muitos moradores, inclusive, reconhecem o shopping como pertencente ao bairro Benedito Bentes, sendo por isso também, um dos principais centros de *lazer* e *segurança* na qual desfrutam os moradores.

hoje compõem o bairro. As primeiras casas construídas seguiam três modelos diferentes: tipo A, tipo B e tipo C.

- As casas construídas nos modelos tipo A tinham piso de cimento batido, teto telhado e toda a estrutura era um vão só: quarto, sala, cozinha, banheiro, funcionavam tudo em um mesmo ambiente;
- As casas tipo B eram maiores, tinham divisões de cômodos e ficavam ‘sozinhas’ nos terrenos;
- No caso das casas de tipo C, sua estrutura se assemelha a B, sendo que maiores e colada com a parede do vizinho.

As ruas também chamam atenção, as calçadas têm seus formatos em alguns pontos mais alargados, enquanto que em outros ficam estreitados. O motivo, segundo os moradores, é que esse formato ‘obrigava’ as pessoas a reduzir a velocidade e reduzir o número de acidentes. Ao que parece essa era uma das preocupações desde a formação do território. Essas particularidades do bairro se mantiveram ao longo dos anos, mas as ruas se multiplicaram totalizando hoje um pouco mais de 80 logradouros. A preocupação, segundo o morador entrevistado é a seguinte:

Diante desse crescimento populacional e o surgimento de várias comunidades ao redor do Benedito Bentes I e do Benedito Bentes II, você vai percebendo que muitos problemas vão aparecendo como a superlotação, a falta de infraestrutura, os problemas de saúde, o transporte pode até ter aumentado o número de ônibus, mas no dia a dia enfrentamos muitos problemas. A segurança sem dúvida é um dos problemas mais sérios que nós temos aqui. A falta de escola e de postos de saúde para atender toda a população. É somente andar pelo bairro e eu vou lembrando de como tudo era antes e assusta como tudo está agora. Cresceu em tudo e cresceu muito rápido. Isso assusta, não é? Estou aqui a 29 anos, era algo comum ficar conversando nas portas, ver as crianças correndo só de bermuda para ir jogar bola, ver os homens mais velhos sentados jogando dominó. Me sinto velho só de lembrar (Senhor U., 55 anos, comerciante, 10/04/2017).

Tivemos uma particular preocupação em conseguir algumas imagens do bairro, tendo em vista que se trata de uma malha urbana recente. Mas não foi tão fácil ter acesso as imagens. Muitos dos moradores não possuíam E aqueles que o possuíam, afirmavam que o tempo foi responsável pela desintegração das fotografias, seja por questões climáticas, seja por eventuais mudanças de uma localidade a outra. De todo modo, realizamos um levantamento documental no Arquivo Público Municipal (APM)

e no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA), encontramos algumas imagens que casam bem com as memórias, especialmente das moradoras, daqueles que acompanham a trajetória do bairro.



Figura 2 – Parque Residencial Benedito Bentes, início de sua construção, 1984.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

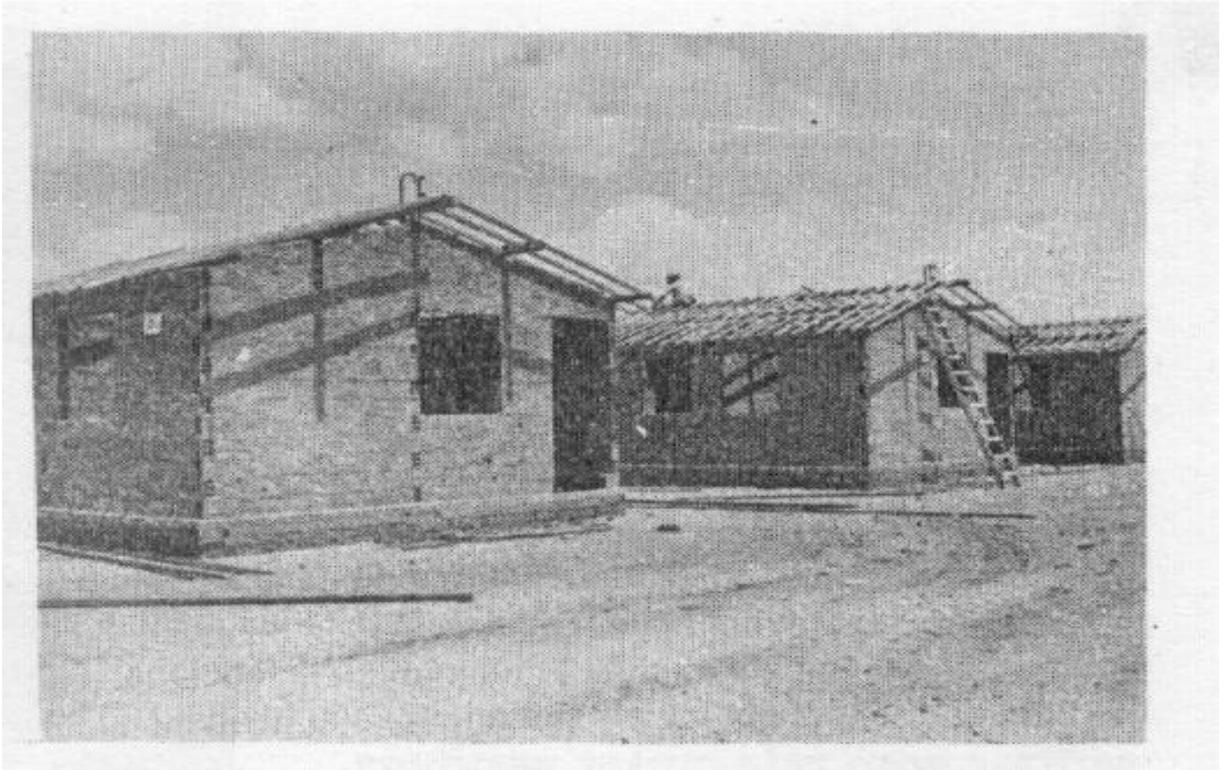


Figura 3 – Até a entrega da obra, todas as casas não dispunham de muros, 1984.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

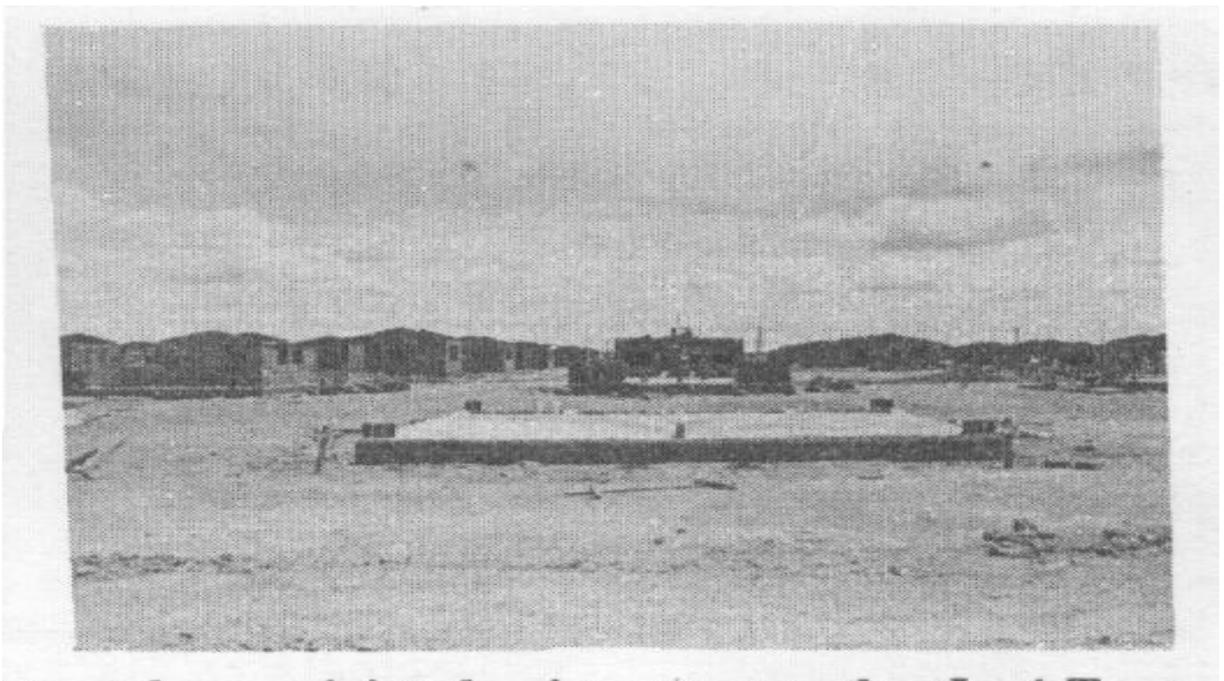


Figura 4 – Pedra Fundamental (colocação do primeiro bloco de pedra na construção), 1984.
Fonte: Arquivo Público



Figura 5 – Visita do então governado Divaldo Suruagy as obras em construção no bairro Bentes, 1984.

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

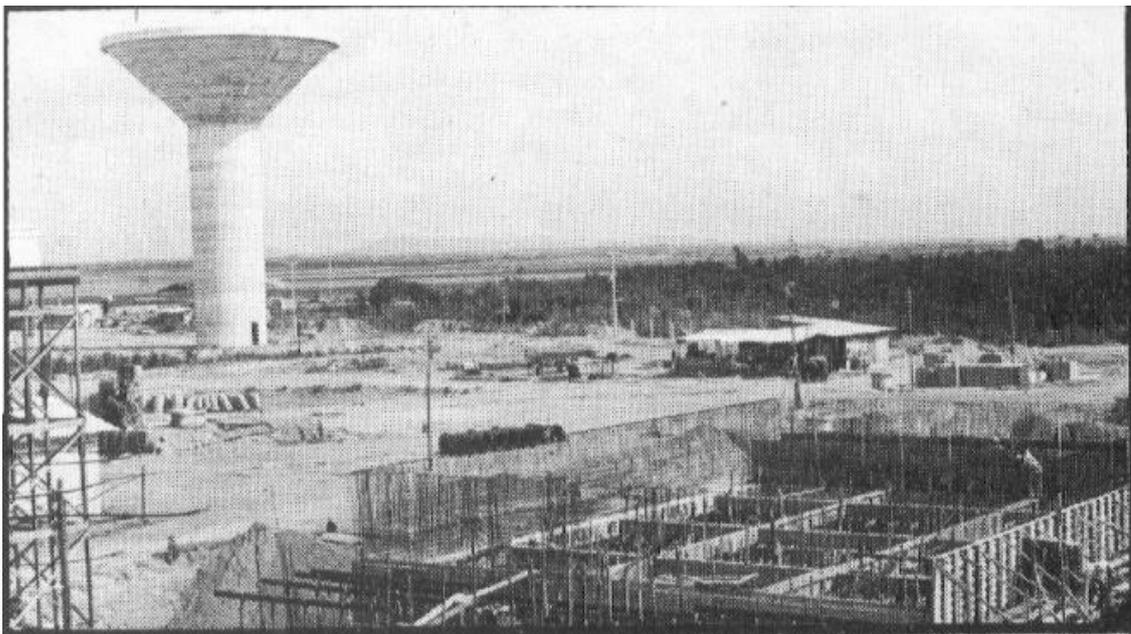


Figura 6 – Primeiros reservatórios de água no bairro, 1986.

Fonte: Arquivo Público

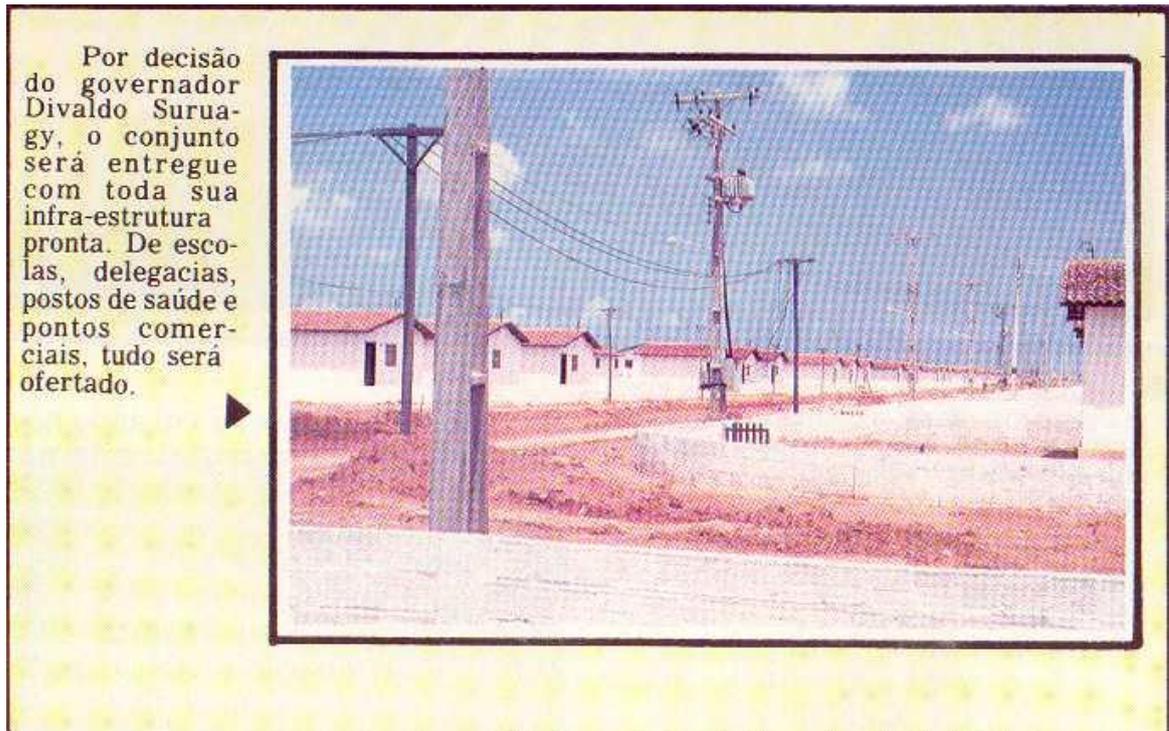


Figura 7 – Etapa da construção no bairro Benedito Bentes, 1986. Detalhe para chamada no lado esquerdo. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas



Figura8 – Etapa da construção no bairro Benedito Bentes, 1986. Detalhe para o tamanho do muro. Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

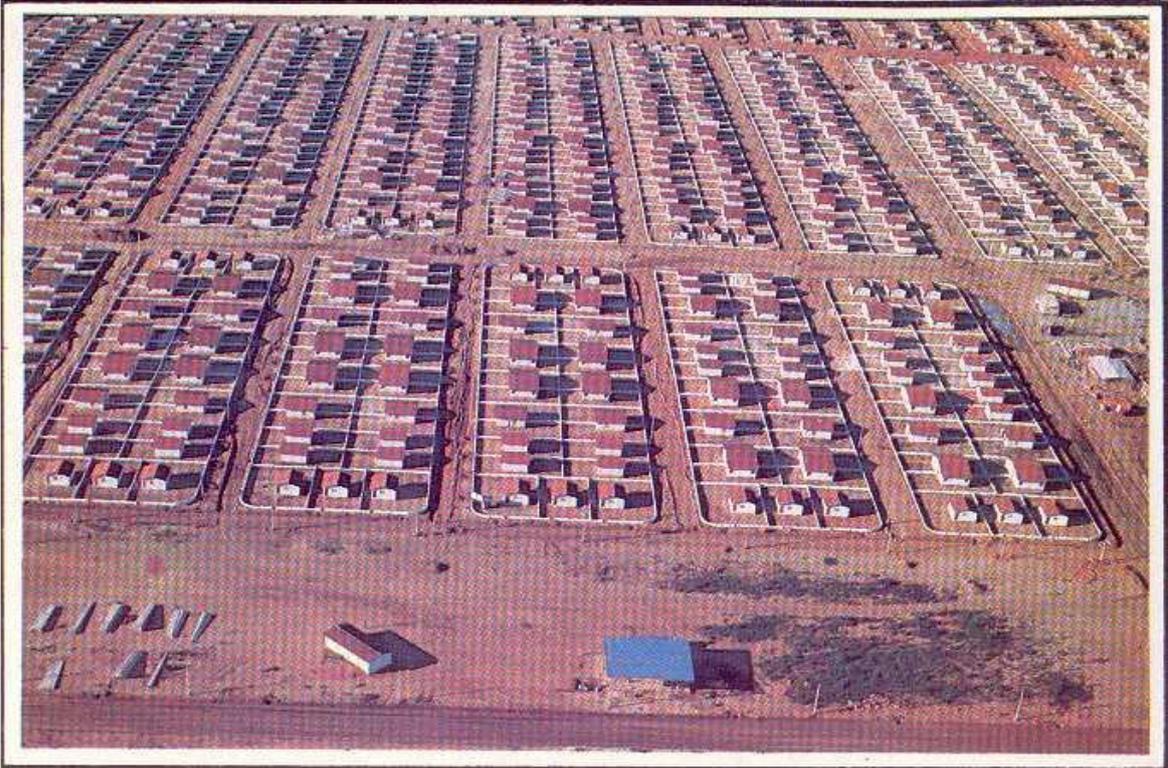


Figura 9 – Vista aérea do conjunto e das casas residenciais, 1986.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.



Figura 10 – Vista aérea do bairro construído e entregue aos moradores, 1986.
Fonte: Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Uma ampla estrutura, é verdade. Com casas próximas umas das outras, facilitando o contato direto entre os vizinhos. Sem muros, que passa aquela sensação de que há uma vigilância, um cuidado com aquele que está ao lado ou defronte. Um sistema próprio de água e rede de esgoto. De acordo com os primeiros moradores, o conjunto foi entregue com tudo: praças, escolas, um terminal rodoviário, uma delegacia policial. Ou seja, o bairro estava em pleno funcionamento.

Será apenas no ano 2000, que o Conjunto Parque Residencial Benedito Bentes viria a ser considerado, pela lei municipal 4.952/2000, um bairro. Naquele ano a população total do 'conjunto' contava com 67.964 pessoas, sendo, inclusive, maior que muitas outras cidades do interior do estado. A esse novo patamar, veio a implementação, no mesmo ano, de vários outros conjuntos habitacionais, tais como: Selma Bandeira, Moacir Andrade, João Sampaio II, Frei Damião, Benício Mendes de Barros, Geraldo Bulhões, Denilma Bulhões. No ano seguinte, em 2001, foram implantados os conjuntos Carminha e Frei Neto, para abrigar algumas famílias provenientes de outros assentamentos, a exemplo da Vila dos Pescadores, do bairro Jaraguá. A essa nova conjuntura, outras pessoas passaram a invadir as áreas verdes e ocupar as encostas e as grotas – tendo em vista que, muitas grotas já haviam firmado espaço e lugar antes mesmo do segundo projeto de 1998, o Benedito Bentes II.

Estas imagens representam o primeiro núcleo relativo as unidades habitacionais, comumente conhecido como Benedito Bentes I. Que até seus primeiros cinco anos de existência, de acordo com os moradores, a principal queixa era que, no que fiz respeito a mobilidade, o terminal rodoviário contava apenas com um único ônibus que o ligava diretamente ao bairro do Jacintinho³². Na análise das entrevistas, fica claro o seguinte: essa ligação entre um bairro e outra não é sem propósito. Até o 2009, por exemplo, o bairro do Jacintinho possuía o maior número populacional da cidade, com 91.370 habitantes, quando naquele período o bairro do Benedito Bentes

³² Um trabalho interessante sobre o bairro do Jacintinho, que procura compreender o perfil da região periférica, através do fenômeno da economia urbana e sua articulação com os setores populares, ver ANDRADE, Jarpa Aramis Ventura. **Economia urbana e articulação dos setores populares: o caso do centro comercial e de serviços popular do bairro Jacintinho Maceió-AL.** (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, UFAL, 2012.

possuía 79.768 habitantes. Apesar de geograficamente distantes, ambos estão situados em áreas de grotas e encostas.

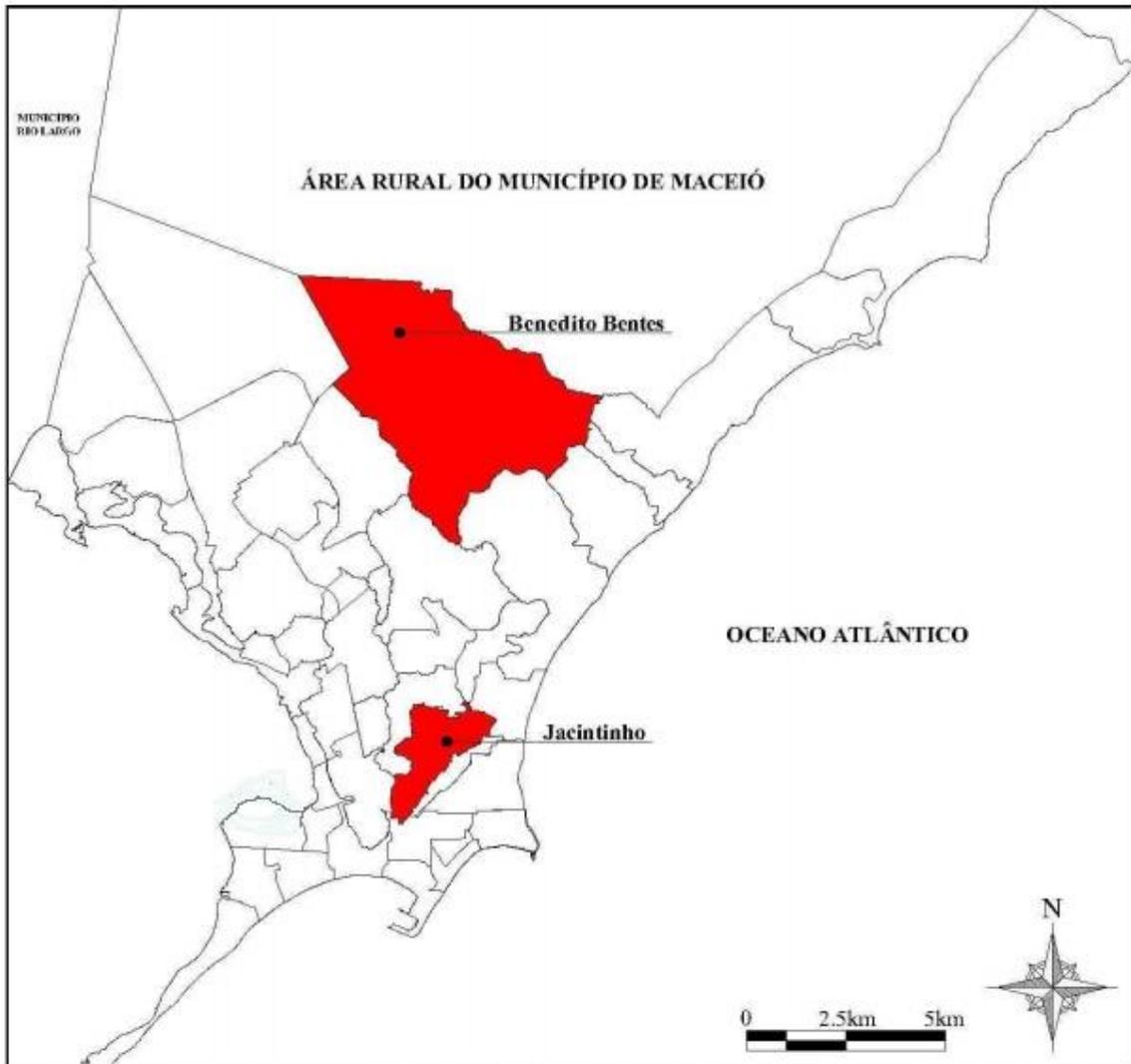


Figura 11 – Localização dos bairros Benedito Bentes e Jacintinho

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento de Maceió, SEMPLA, 2009. Adaptado pelo autor

Os dois bairros mais populosos da capital alagoana que, de acordo com o Censo de 2010, de um lado, o bairro Benedito Bentes com uma extensão territorial de 24.62 Km², possuindo 88.084 habitantes, enquanto que, o bairro do Jacintinho com uma extensão territorial de 3.67 Km², possui 86.514 habitantes. E com uma dinâmica urbana muito semelhante. Diga-se de passagem, que ambos são, juntamente com o

centro da cidade, 'o coração' da economia popular local: supermercados, mercadinhos, lojas de tecidos, confecções, açougues, farmácias, feira livres de rua.

Os bairros criaram uma dinâmica de comércio local. Ainda que muito próximo do centro, o bairro do Jacintinho cedo estruturou em sua via principal uma das feiras mais conhecidas da cidade.³³ Também, muito em virtude da distância para o centro da cidade, entre 22 a 25km de distância, a depender de quem saí do Benedito Bentes I ou do Benedito Bentes II, os moradores do bairro logo viram a necessidade de se criar um comércio para atender as demandas que iam surgindo no bairro. Tanto em um, quanto no outro, hoje existem, em suas proximidades, dois Shopping Centers, que incrementam a economia local e funcionam como espaços de lazer 'seguro'.

Com tantas características semelhantes não é surpresa alguma encontrar um significativo número de ex-moradores do bairro Jacintinho que hoje integram a composição populacional do bairro Benedito Bentes. Duas coisas ainda chamam atenção, no mapa acima, mesmo possuindo uma população alta, o bairro do Jacintinho, em termos de infraestrutura, só cresce 'para baixo', para as grotas e encostas. No caso do Benedito Bentes, além da população escoar para as áreas de grotas e encostas e os grandes Conjuntos Habitacionais que já existem, há ainda a possibilidade de se estender para a extensa área rural, logo acima identificada. Um projeto de construção da Eco Via Norte, orçado em 24 milhões de reais, que pretende construir uma via de acesso de 6 km, para ligar o Complexo do Benedito Bentes para outros bairros como Guaxuma, Garça Torta e Riacho Doce, que são bairros próximos as praias do litoral norte da cidade. Um projeto que deveria ter sido concluído em 2012 e ainda se encontra parado.

3.1.1.1. “Uma cidade não pode cuidar de outra cidade”: a propósito da criação do “Município” Benedito Bentes

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar 98/2002, que regulamenta o procedimento para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, passou a tramitar nas comissões da Assembleia Legislativa do Estado

³³ Andrade (2012), observa a existência de três maiores feiras livres de rua, que podem ser encontradas nos bairros: Benedito Bentes, Jacintinho e Clima Bom. A maior concentração de comércio livre e aberto, contudo, ainda continua sendo no centro da cidade.

(ALE) projetos de lei que versam sobre a criação de dois novos municípios em Alagoas: o povoado Luziápolis (Campo Alegre) e Benedito Bentes (Maceió). Os projetos são de autoria do ex-deputado Antônio Hollanda e foram resgatados e estão subscritos pelo seu irmão, o deputado estadual Dudu Hollanda (PSD).

Apesar de defender a criação dos dois municípios, seu discurso é mais veemente no que diz respeito ao Benedito Bentes, por acreditar que existem diversos problemas no qual a Prefeitura de Maceió não consegue resolver. Os dois Projetos Lei apresentados não obtiveram sucesso, mas há uma inclinação dos representantes do bairro para uma efetivação quanto a municipalização do Benedito Bentes. Sobre este ponto, separei dois trechos de entrevista que referencia e descreve algumas das questões em causa naquilo que diz respeito a importância que o bairro venho a ganhar nos últimos anos. Também vai sinalizando para um *discurso* no qual o bairro é tutelado pelos seus próprios pares.

O Benedito Bentes vai crescer ainda, disso eu não tenho dúvidas. E em um futuro próximo ele vai se tornar cidade, vai ser o bairro mais novo a se tornar cidade. Já houve duas propostas de projeto. Comunitariamente, os líderes daqui, alguns logicamente, sonhavam com a independência do Benedito Bentes paralelo a outras cidades. Você vê, aqui no estado nós temos Maceió, Arapiraca e depois o Benedito Bentes. Era o Jacintinho, o Benedito deu um salto. Como é que você tem uma população gigante no lugar desse... aí você tem Satuba, como cidade que... um conjunto ou dois quarteirões do Benedito Bentes já supera aí. E é cidade. Santa Luzia, cidade. Coqueiro Seco, cidade. Pilar, cidade. Campo Alegre, cidade. Quer dizer, então você olha no contexto.... e um lugar sem autonomia. O grande reclame das lideranças aqui... eles vinham com a 'cuia' e uma 'pastinha', pedindo ao ofício ao prefeito para tapar um buraco, pra tapar.... e isso não avança. Se não fosse a invasão de uns microempreendedores para dentro do Benedito Bentes, essa 'montuosidade' de pessoas, ele não avançaria, não estaria como está hoje. Ficaria lá pra trás aniquilado. Mas, como as pessoas começaram a investir, aleatoriamente a Prefeitura de Maceió... inclusive muito não pagavam impostos ainda por entender que a Prefeitura não dá a devida atenção a esse lugar aqui, o lugar ficou aqui. Então, é o que 'tá'. É o que 'tá'. Por isso que eles avançaram essa questão de ser independente. E a outra vertente é a vertente política mesmo. Porque você... e é uma opinião minha, **uma cidade não pode cuidar de outra cidade** (CM, 59 anos, Conselheiro Tutelar, 15/01/2018) [grifos do autor].

Isso aqui tudinho, começando aqui nesse posto até um pouquinho depois desse Shopping era tudo Benedito Bentes. Algum político por trás, mudou o nome da rua e colocou como sendo da Cidade Universitária. Entendeu? Por que aqui nos ia criar um verdadeiro Município, desmembrar o Benedito Bentes, essa área todinha nós ia fazer isso. Essa nossa proposta já estava correndo a muito tempo. Quando deputados e vereadores pensaram nisso a gente já vinha se organizando pra tornar aqui um Município. Hoje são dois vereadores aqui, o Silvânio Barbosa e o Siderlane Mendonça, entendeu? E uma disputa pesada, mas é uma disputa boa pro bairro. Trás benefícios. O Benedito Bentes tinha estrutura... a gente tem a Cachoeira do Mirim, né... tem

a Coca-Cola... Tem um Shopping... já está tudo estruturado no Benedito Bentes. Virando Municípios já estava bem mais estruturado que muita cidade aqui no estado. Que dava pra eleger um prefeito, um deputado, vereadores, entendeu? Aqui dá pra eleger uns quatro ou cinco vereador. Falta maior comprometimento daqueles que fazem política aqui dentro do bairro e de uma movimentação forte, segura dos moradores. **Lá na frente você vai ver, porque no fundo, no fundo, todo mundo sabe que aqui já é uma cidade** (J.R., 53 anos, Líder das Grotas, 19/09/2017) [grifos do autor].

Nas entrevistas, facilmente se observa a convicção com que as representações e lideranças comunitárias lidam com a ideia de que aquela localidade há muito deixou de ser bairro. Seja pelo aspecto do crescimento populacional, seja porque os próprios moradores fortaleceram uma dinâmica de comércio autossustentável. Além das grandes e microempresas: conta com um mercado popular; um comércio de rua livre; duas lotéricas (uma por bairro); vinte escolas públicas (entre creches, escolas municipais, escolas estaduais, instituto federal); aproximadamente vinte escolas privadas; e, aproximadamente, seis instituições de nível superior.

O próprio caminhar no interior do bairro passa a ser cenário de disputa por espaço. Dos lugares que precisei ir, até certo ponto conseguia pegar um transporte público, mas muitos trajetos tive que me deslocar andando. E esse andar, movimentar-se lá dentro, é penoso, em muitos aspectos: trânsito caótico, em que os transeuntes disputam espaços com os carros, motos, ônibus; degradação do solo, muita lama e muitas encostas nas grotas; terrenos abandonados que passam a ser reduto de lixos; prédios relativamente próximos, estreitando as ruas; becos e vielas incontáveis.

As transformações sociais que remodelam o habitat urbano passam a conduzir, nas mentalidades coletivas, uma diversificação dos usos sociais dos lugares de residência. Os vestígios daquele 'conjunto' adquiriram novos significados na estrutura política e econômica da cidade; igualmente adquiriu, nas mentalidades coletivas, reivindicações sobre o cotidiano e a qualidade de vida dos habitantes.

Ao que parece, estas questões conduzem a uma instância de legitimação dos atores sociais frente as questões relativas ao bairro. Conscientes de que o estado não exerce com força o papel de gerenciar e planejar um conjunto de demandas e de denúncias. Eles passam a se organizar, criando Associações Comunitárias (para atender as demandas das grotas e dos conjuntos habitacionais), denunciando problemas relativos ao abastecimento de água e distribuição da eletricidade;

denunciando uma evidente segregação espacial e o descaso quanto as invasões das grotas.

Como era de se esperar, o bairro mudou. Ganhou aspecto arquitetônico de uma cidade, de fato. Os vestígios de sua anterior arquitetura só são acessados hoje com muita dificuldade pelas lembranças ou por alguns raros registros guardados pelos moradores. Mas aparece categoricamente explícito por um significativo número de moradores que relembram, e relembrando acreditam, que o futuro do bairro, enquanto bairro, é incerto. Somente em 2009/10³⁴, de acordo com as lideranças políticas, foram implantados no bairro os seguintes dois novos Conjuntos: Cidade Sorriso (abrigoando 1480 famílias) e Paulo Bandeira (780 unidades habitacionais). Esses novos conjuntos foram criados para benefício de famílias provenientes das Favelas Sururu Capote (do bairro do Vergel do Lago), Torre (do bairro Dique Estrada), Cidade Lona (do bairro Cidade Universitária) e da Grota do Canaã (do bairro Canaã).

Abaixo segue uma imagem mais recente do bairro. Além da óbvia observação, referente a extensão territorial e dos prédios que passaram a incorporar sua estrutura, o que não se observa, isto é, aquilo que permanece invisível são exatamente aquelas famílias que residem próximo aos rios e as encostas. Que com muita dificuldade acessam seu próprio local de moradia e saem de seu local de moradia. As vias de acesso para as grotas são íngremes, as vezes com curvas estreitas, e em sua maioria de barro. Em dias de chuva, como as que ocorreram em março de 2017, basicamente eles se isolam nas casas e alertam aos vizinhos com casa de barro nas encostas para que saiam.

³⁴ Veja-se, a propósito das implementações no ano de 2009, a reportagem PENHA, Ricardo. Prefeito entrega 1.480 casas populares no Benedito Bentes. **Portal da Cidade de Maceió**. Maceió, 20 de maio de 2009. Notícias. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br>>. Acesso em: junho de 2016.



Figura 12 – Imagem aérea do bairro Benedito Bentes, 2014.
Fonte: Tribuna Independente.

Essa atual estrutura e a tendência futura para uma municipalização do bairro, ilustra bem as contradições da aglomeração urbana: uma infinidade de propriedades, ora isoladas, ora em articulação com outras propriedades. Acerca do que até aqui falamos sobre cidade e crescimento urbano, principalmente para as classes populares, o que está em causa é justamente o desafio de se fazer ouvir os atores sociais que pensam, agem e negociam seu espaço de convivência.

Michel de Certeau (1998) demonstra que o fazer-cidade, que determina a evolução da própria cidade, acarreta num discurso estratégico, privilegiando o progresso e rejeitando tudo aquilo que não é tratável. Nesse sentido, aceitando as predições locais daqueles que até então são lideranças no bairro, em um momento particularmente importante da história do bairro, explica Certeau:

Hoje, sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais a remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder “se urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos

contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossível de gerir (CERTEAU, 1998, p. 174).

Em suma, de maneira geral, essa questão tem a ver, por um lado, com o bem-estar social resultante da interação e do contributo estabelecido entre as esferas do mercado, do papel do estado e, incluir, nesse jogo, especificamente as inclinações e as disposições das pessoas. É complexa a tarefa de identificação de um consenso por parte dos moradores quanto a isso. A maior demanda, nesse aspecto, talvez seja orientada para a resolução de fatores que geram ou reforçam os processos de desvantagens socioeconômicos, de infraestrutura e das potenciais relações de causalidade que se estabelece com a violência.

Para quem está nas grotas, por exemplo, para além das questões representativas da produção de um ambiente violento, a sociabilidade local é quase nula. Essa troca de interação contínua que o cenário urbano oportuniza, por exemplo, com olhares, acenos e saudações involuntárias, que nos é comum no dia-a-dia. Não se efetiva no eixo bairro-conjuntos-grota.

A sensação de quem reside nas grotas, que tem suas casas em encostas, próximas de rios, dentro de áreas verdes, é de que são invisíveis para os demais habitantes do bairro. Estão submersos ao cotidiano local. A dificuldade para entrar e sair da grota, exige um esforço que só é acionado para recorrer a outras áreas do bairro em situações de saúde (como casos de leptospirose) e para uso comércio. Os jovens, por sua vez, saem com mais frequência, em função da escola; mas também pelos campos de pelada e as praças. Mas não poderíamos falar de uma efetiva relação de vizinhança, tampouco que há uma efetiva integração destes moradores com aqueles demais de outros setores do bairro.

O próprio espaço passa a ser responsável por uma série de privações corriqueiras e emergenciais. Como poderia, sob este aspecto, pensar em uma cidade quando o local de moradia por si é um desafio para as práticas de bem-estar social? Quando uma série de soluções passam a figurar no imaginário dessa população via discursos das lideranças comunitárias e das lideranças políticas, mas não se efetivam? Talvez o que há de urgente em ser implementado seja tão simples que o

formato da discussão trazida por essas lideranças opere a um nível bem distante daquilo que de fato se requiere.

No Ceará³⁵, por exemplo, em sua cartilha para prevenção dos homicídios na adolescência, o comitê prevê, em seu terceiro item, qualificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios. Sabendo que, em Fortaleza, 44% das mortes de adolescentes ocorreram em apenas 17 dos 119 bairros da cidade. São bairros que apresentam infraestrutura e serviços precários, o que evidencia as desigualdades e a exclusão urbana às quais a população está submetida. Ou seja, a identificação dos assentamentos precários e a realização de políticas de intervenção específica para essas áreas, priorizando uma distribuição do orçamento público para estas áreas vulneráveis garantem uma urbanização integrada. Intervenções urbanas e participação comunitárias, nesse sentido, são indispensáveis para prevenção dos homicídios.

Essa iniciativa também vem sendo realizada em Alagoas. Como anteriormente dito, a Secretária de Estado de Prevenção à Violência (SEPREV), em 2016, procurou dialogar com aquelas comunidades mais vulneráveis aos homicídios. O esforço em mapear e gerar um diagnóstico efetivo para ações que contribuam para a redução da criminalidade nesses territórios precisa ser constante. É um importante diálogo para entender demandas que só os moradores e as representatividades comunitárias conhecem e convivem. Durante esse encontro, os moradores apresentaram um panorama das condições mais recentes de suas comunidades. Sinalizando, dentre outras coisas, uma particular preocupação quanto as condições de moradia nas grotas e o tráfico de drogas nessas regiões.

³⁵ O Comitê cearense pela prevenção de homicídios na adolescência, elaborou, no ano de 2016, uma cartilha, *Cada Vida Importa: evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência*, com 12 recomendações para prevenir homicídios na adolescência. Buscando identificar e procurando interromper os ciclos de violência que tem como principais vítimas adolescentes e jovens. Acreditamos que essa seja uma excelente alternativa para complementar as ações de segurança pública e que deveriam ser implementadas nos demais estados brasileiros.



Figura 13 – Imagem das casas na Grota da Alegria. FONTE: Acervo do autor.



Figura 14 – Imagem de casas na encosta do Conjunto Carimbão. Fonte: Acervo do autor.

Essas condições também tem um papel importante quanto a sociabilidade e a interação das grotas com as demais regiões do bairro. Pensemos, a esse respeito, nas situações tão diversas como o desemprego, o emprego inseguro, a falta de habitação ou a habitação degradada, as elevadas situações de endividamento, os baixos níveis de instrução, a real dificuldade de acesso aos serviços essenciais de saúde ou de respeito aos direitos sociais. Viver nas grotas é conviver com o grave isolamento social e o real afastamento das estruturas formais e institucionais de economia e dos demais setores da sociedade.

Talvez por isso, devemos pensar numa ruptura das ligações dos indivíduos com as redes sociais do bairro. Não os parece urgente a municipalização da área. Como observou Certeau (1998), privilegiar o progresso onde o bairro passa a funcionar como catalizador político é rejeitar tudo aquilo que não é tratável e que não fazia parte do projeto inicial daquela construção. É um argumento por si só autoexplicativo, mas ganha complementariedade quando debruçamos sobre a vida dos moradores.

Vejam os dados, contudo, como se encontra nas instâncias oficiais as taxas de homicídios na região e algumas percepções dos moradores acerca destas taxas.

3.2. A fala de si e do bairro: a memória da construção do bairro

Os relatos e as histórias de vida, que se seguem logo abaixo, serve-nos para mapear a trajetória de vida de alguns moradores do bairro. Serve, ainda, para conhecer as situações que os levaram a ingressarem nesse que seria o local de partilha de experiência e de atividades sociais. Não é apenas para sinalizar aquilo que temos insistido quanto aos aspectos relativos a migração, orienta-se pela perspectiva de conhecer os significados em que as relações passam a se concretizar pelas práticas de vizinhança e da vida associativa (COSTA, 2008). Haja vista a ruptura das redes de parentesco e a sobreposição entre os círculos inerentes a vida residencial e profissional anterior à sociabilidade que agora se faz presente.

Lembremos, de antemão, que de acordo com o IBGE (2018), favelas, grotões, invasões, alagados, vilas e até bairros, a depender de onde se situa e de quem se fala, o termo para designação desses locais de habitação é *aglomerado subnormais*. Isto é, uma extensão territorial que se caracteriza por moradias construídas fora do *padrão legal* (sem permissão em terreno público ou privado), de difícil acesso aos serviços sociais básicos e aos padrões urbanísticos (infraestrutura desordenada com ruas irregulares, lotes, ausência de calçadas) que são próprios das cidades. Justamente por não se enquadrar nas normas estabelecidas pelos planos urbanísticos municipais ganham essa nomenclatura. Além de evidenciar, a ausência ou precariedade quanto ao abastecimento de água, fornecimento de energia elétrica, coleta regular de lixo e esgotamento sanitário.

Isto minimamente ilustra os caminhos percorridos, principalmente, nas grotas e encostas para realização de algumas entrevistas³⁶. Os trechos das entrevistas abaixo foram realizados com moradores do bairro e de algumas grotas que tivemos acesso. Parte dessas conversações, como mencionado inicialmente, foi mediada pela

³⁶ No caso das grotas, parte das entrevistas foram realizadas com a presença de alguma liderança das grotas. O que possibilitou conhecer um número maior de grotas do que o pretendido inicialmente.

indicação de algum morador ou de alguma liderança no bairro. Seguimos, portanto, com as narrativas.

Em fevereiro de 86, logo assim que recebemos a casa, nós viemos logo morar. Até porque você corria o risco, de como hoje ainda acontece, né, de deixar a casa fechada alguém vir e invadir. Então, por motivo da invasão a gente veio logo morar aqui. E aí quando nós chegamos aqui no Benedito Bentes, tudo diferente do que é hoje, né, muito diferente. E as ruas ainda não eram habitadas. Era poucas pessoas que morava. Aqui mesmo na rua que eu moro só tinha quatro a cinco famílias, nada mais que isso. Agora todo dia chegava gente pra morar. Era mudança todo dia, todo dia. Nós fomos nos acostumando, mas era muito difícil... um conjunto recém formado, não tem tudo o que você espera, a distância é muito grande, apenas um ônibus, só havia um mercadinho, uma panificação, açougue... uma distância que eu nem tô mais lembrada onde era o açougue. As pessoas nos perguntavam: “menina, como é que vocês vão morar num lugar daquele tão longe, que não tem nem transporte? Outros perguntavam: Dona A. tá morando aonde? Deus me livre, menina, ali é uma viagem, né? Eu só percebi o quanto o Benedito Bentes era longe quando meu filho sofreu um acidente dentro de casa. Virou a máquina por cima dele, tivemos que ir pra o pronto socorro. Aí eu vi o quanto era distante [risos]. Eu morava no Jacintinho, fui morar na Levada com meu marido, na casa de minha sogra. Minha mãe é de Viçosa e passou a morar no Jacintinho quando foram entregues umas casas da COAHB lá, em 70. Igual a aqui, fundação de conjunto. (...) Então, no Jacintinho era igual aqui, começo de conjunto, aos poucos que ia aparecendo padaria, supermercado, era o mesmo problema com ônibus, pouco transporte para muita gente, não tinha aquelas favelas que tem hoje, era tudo mato. É engraçado, você me fez lembrar como é tudo igual... limpando e se apossando... limpando e se apossando... e colocando gente. Você vê que tem gente até embaixo quando a gente passa, né. (...) Quando a gente chegou houve uma invasão, o povo que não tinha casas dessas daqui, mas queria se aproveitar, pegaram casas e depois era expulsos. Esse povo assim do Vergel, da beira da lagoa, dos interiores, que são aproveitadores. (...) Logo quando a gente chegou era mais seguro. Mas só foi seguro até os dez anos, porque depois foi aparecendo as favelas. Aquele povo que era expulso ia fazendo casinhas aos arredores. Você dormia e quando acordava já tinha gente morando que você nunca viu na vida. Essa rua aqui do nada encheu, o povo invadia e morava nas casas por um tempo. Aí eles descobriam e expulsava. Daí esses expulsos inconformados, ia fazendo suas casinhas nas áreas verdes. E isso se repetia. Se duvidar, se repete até hoje (Dona A, 59 anos, professora aposentada e moradora do bairro, 11/07/2017).

O Benedito Bentes, na verdade, é a minha vida. Cheguei aqui com oito anos de idade, uma família pobre: eu, minha mãe, meu pai e mais quatro irmãos. Vivemos sempre nesse conjunto que era chamada de Asa Branca, justamente por ter os muros baixinhos, uma pequena cidade de interior rural, onde na verdade tudo era muito branquinho, muito novo. Estima-se, hoje, que a população atual é do Benedito Bentes é de duzentos e vinte mil habitantes. O complexo habitacional Benedito Bentes iniciou-se com o Benedito Bentes I e aí foi crescendo o Benedito Bentes II e adjacências, hoje são trinta conjuntos e quinze grotas, com os novos condomínios que estão chegando então a população do Benedito Bentes só tem a crescer. E com isso também, os grandes empreendimentos educacionais, comerciais que estão vindo pra nossa região. A questão da educação ainda está muito defasada, muito dos alunos que hoje moram no Benedito Bentes tem que se deslocar com um transporte de péssima qualidade pra outras comunidades, pra o CEP, pras

uamascomunidades próximas como o Graciliano Ramos, porque o Benedito Bentes não comporta a quantidade de alunos que nós temos. O bom daqui sempre foram os rios, o Benedito Bentes é coberto de rios, né?, E a gente sempre teve os vizinhos, a presença, que terminavam se tornando família também. Então a gente tem grandes lembranças desse bairro que nos traz alegria de morar aqui, um bairro que tem um calor humano muito grande. Então, o Benedito Bentes é o nosso lar é o nosso cantinho. Irei completar 30 anos de Benedito Bentes (S. M, ex-líder comunitário e vereador do bairro, 14/08/2017).

Eu vim morar aqui um ano após a inauguração do bairro, em 1987, eu tinha 19 anos. Desde cedo, quando erámos jovens, começamos a nos preocupar com os problemas que ia aparecendo aos poucos. Era água que faltava, era a energia que faltava, buracos que alagavam nas ruas. Era um povo que ninguém sabia de onde vinha que ia morar praticamente no seu quintal. Isso fez algumas pessoas começarem a se organizar e criar representações nas comunidades. Até que em 1986, criamos uma prefeitura comunitária para levarmos os problemas prefeitura da cidade. Se a prefeitura não vinha até a gente, a gente criou uma forma deles saberem que a gente existe. E no começo isso parecia que funcionava porque alguns pedidos eram atendidos (...). Os pedidos eram esses para maior policiamento, distribuição da água e da energia. E eternamente consertarem a estrada da Cachoeira do Meirim, que só tiveram essa preocupação com a chegada do Shopping. Hoje eu acredito que a prefeitura comunitária não funciona mais porque aqueles que era líderes se tornaram vereadores e enquanto vereadores influenciam a votação e colocam lá quem eles bem querem. Cria um grupo de pessoas na prefeitura e os sócios votam em quem eles querem. Entendeu? Na minha época era disputa forte, era confusão mesmo, tinha briga. Os moradores dos conjuntos viam votar, respeitavam isso. Tinham essa preocupação de cuidar do bairro. Então a preocupação de quem entra na prefeitura é ganhar visibilidade para se tornar vereador da cidade. (...). Minha visão hoje sobre o bairro é que ele cresceu desorganizadamente. A pista de acesso só dava um carro do início até o final, depois limpavam um caminho que era um perigo. Ninguém queria vir morar no Benedito Bentes. Era pior do que a situação que se encontra o Conjunto Aprígio Vilela, que hoje tem um posto de saúde e uma creche que é só o esqueleto da estrutura e serve apenas para o tráfico. A construção nunca acabou (A.B., 40 anos, 21/02/2017).

A gente sempre soube que era direito da gente, ninguém veio querendo invadir, nem ocupar, nem tirar a casa de outras pessoas que estavam morando. Eles tinham prometido tirar a gente da lagoa e colocar a gente no II, mas quando o II foi construindo, sabe o que aconteceu? Nada. A gente já vinha com tudo e ia volta era? Se era pra não ter nada lá, ficamos por aqui. Fizemos nossas casinhas como muita gente fez aqui na grota. Mesmo o tempo passando, eles dizendo que ia tirar a gente daqui pra colocar nas casas do II, estamos aqui a vida toda. Ta vendo, ta vendo aqui só desce. Hoje tá até melhor porque eles calçaram, mas logo no começo era só barro e lama. Num tinha um que não vivesse caindo. O grande diferencial hoje é que a policia pode chegar até o fim da grota, porque hoje tem escadaria e o acesso é melhor até pros carros. Agora você vai ver que tem muros de contenção que evita o desabamento das casas, ajeitaram a passagem do rio, da pra viver. (...) Não tem lazer, nem escolas, isso você ainda não encontra, mas quem sabe um dia eles olham melhor pra gente. (...) todo lugar tem violência, tem drogas, todo lugar o povo se mata e morre. Aqui também tem, lá fora ou aqui dentro (Dona V., 53 anos, moradora da Grota da Iraci, 18/08/2017).

Quando você entrou aqui na comunidade você passou pelas escadarias, né? Viu que tem asfalto, essa escadaria e até uns postes, né? É que daqui a pouco é eleição. Eles começam sempre assim, final de ano e vão até próximo das eleições. Pinta umas casas, tapa uns buracos. No começo tudo isso aqui era mato. Assim que todo mundo veio morar por aqui era mato e barro. Essa escada era de barro, a gente mesmo que fez pra descer. Tinha uns buracos no chão a gente colocava porta ou qualquer madeira pra fechar os buracos. Era poucas pessoas era fácil de morar. Depois fizeram um rasgão no meio da Grotá, abriram uma escada pra descer o esgoto que era do bairro. Foi aparecendo ratos, escorpião, o lixo acumulava. E quando chovia tudo isso ficava nas portas. Aqui ainda falta escola, posto de saúde e você vê que a entrada ainda é difícil. Entra governo e sai governo, e daqui a gente não sai, não vê melhoras. Depois de muitos anos é que a gente conseguiu fazer essa casa, do jeito que ela tá. Com teto, com porta. Depois de muita luta. Hoje tem gente em tudo quanto é canto aqui na Grotá. Tem gente de Viçosa, Atalaia, desses interior, mas tem muita gente do Vergel, da Levada, do Sururu Capote, do Clima Bom... (...) o nosso medo sempre foi esse, muita gente vindo pra cá. Quem chega aqui é porque não tem mais pra onde ir, porque já tentaram morar em outros barrancos e não ficaram (Senhor F., 50 anos, morador da Grotá da Alegria, 25/08/2017).

O acesso é precário, as ruas são estreitas e para entrar nas grotas é preciso descer as ladeiras. Praticamente em todas as grotas as ruas estão asfaltadas, possuem escadarias, postos de iluminação e pequenas pontes que cortam os inúmeros esgotos e rios a céu aberto. Parece haver uma motivação governamental em organizar a infraestrutura das grotas. Ou seja, áreas verdes que foram invadidas, passaram a abrigar um seletivo grupo de pessoas que não tinham para onde ir e se veem atualmente coexistindo em um espaço disputado por córregos e lixões. As grotas, particularmente, são espaços de privações: não há um sistema de transporte e nem acessibilidade; a distribuição de água e de iluminação não atende a todos os moradores; os lixões são recolhidos de forma precária; e, as crianças, sem alternativas, brincam em locais improvisados por elas e pelos pais.

Apesar de contraditório e pífio esse investimento do município e do estado, particularmente, naquela região, não contribuíram em modificar as condições que estão na base do surgimento daquelas grotas. Os moradores não estão satisfeitos e continuam a denunciar muitos problemas presentes em suas vidas cotidianas. As casas, em sua maioria, não são de lona e de barro como eram antigamente. O asfalto melhorou a mobilidade, mas não trouxe para essas regiões um sistema de transporte público, nem tampouco postos de saúde, por exemplo. Os problemas são os mesmos e continuam a se intensificar.

É evidente o receio com a adentrada de novos habitantes. De acordo com os entrevistados, os novos moradores, que permanecem em longo ou curto prazo, fazem

uso de som alto, começam a beber e criar confusões nas portas. Essa preocupação se estende porque, nesse caso, mesmo asfaltada, as polícias *não entram nas grotas*. O policiamento que atua no bairro, só entra nas grotas quando os conflitos que ali surgem resultam em mortes.

Se para algumas pessoas falar do bairro é falar de si, para quem o bairro é parte de sua formação e de sua trajetória pessoal, para outros há um evidente distanciamento quando a aceitar o território, ou alguma localidade do território, como local de moradia. Para quem é morador das grotas, há um interesse em morar na parte 'alta' do bairro. Há quem more nessa parte alta e queira sair. Há também os que, tanto tempo vivido, não veem sentido em mudar. Independentemente, acompanhando a diversidade das condições locais e o próprio entendimento das construções em curso, fica exposto o desejo pelo reconhecimento dessas comunidades e do próprio bairro. A atenção recebida por qualquer órgão de qualquer esfera do governo é sinal de que, segundo eles, ou é período eleitoral ou para verificar terrenos que possam, num futuro próximo, vir a ser um novo Conjunto Habitacional.

Tendo em vista que não seria possível investigar todos os sujeitos e acontecimentos dessa complexa realidade social, consideramos que a seleção de algumas histórias e de alguns relatos obtidos passam a ser mais adequado para o processamento desta pesquisa. É nosso interesse conhecer a história e a trajetória dos moradores do bairro, para compreender motivos de migração, nível de satisfação quanto ao bairro e ao local de moradia e, sobretudo, pela relação ao problema social investigado (que se identifica como um *problema de base*).

Talvez por isso, me guiar com aqueles com quem já vinha conversando e passavam a me indicar outras pessoas que poderiam a vir contribuir com o desenvolvimento da pesquisa, me pareceu mais apropriado. Inclusive pelo próprio interesse dos moradores e das lideranças por um tema tão sensível e delicado de ser *compartilhado* com quem é do bairro, assim como para quem não é do bairro. Como pontuamos, o território que hoje é espaço habitado não existia na malha urbana da capital alagoana até finais da década de 1980. Teve seu início como conjunto habitacional e tornou-se, nos anos 2000, o maior bairro em extensão territorial do estado.

Sua contínua renovação, com a entrada e saída de novos habitantes, reflete uma também contínua preocupação quanto ao crescimento populacional. Quanto maior o número de pessoas numa comunidade específica, quanto mais se tocam ou

se distanciam, mais se enfraquecem e mais se constroem. Corroborando, nesse sentido, para o surgimento de conflitos e demandas que nem o município, tampouco o estado parece ser capaz de deliberar. A incursão nas comunidades, nesse sentido, facilitaria a compreensão de uma realidade negativa pela acumulação de problemas e carências múltiplas nos domínios da habitação, da situação face ao trabalho, o abandono escolar, dentre outros fatores que passam a evidenciar o caráter de desvantagem daquela região.

A acumulação desses problemas e as 'estratégias' dos habitantes que ocupam as áreas verdes e/ou os espaços vazios, incidem significativamente na percepção dos moradores mais antigos quanto aos problemas que, de acordo com eles, estão associados ao tráfico e ao consumo de drogas. Reforça esse acúmulo os problemas da insegurança e da estigmatização pela forma como aqueles que possuem o poder de intervir o fazem. Um dado revelador, dentre estes apontados, da dificuldade de se conviver no bairro diz respeito a forma como o estado tem atuado no território. Longe de corresponder com uma crítica, a análise aqui funciona para sublinhar os sentidos atribuídos ao contexto de rarefação das habitações, dos percursos heterogêneos das ocupações e pelas trajetórias dos residentes nessa complexa unidade habitacional que é o Benedito Bentes.

As entrevistas são exemplares dos desafios reais do funcionamento interno e da interação entre as zonas habitadas. Isto é, perante o estado atual em que a estrutura do bairro se encontra, diante dos problemas relativos a mobilidade (que viola os direitos de ir e vir) e perante os frequentes casos de conflitos e violência (que passa a enfatizar as falhas deste modelo de habitação), vamos evidenciando os elementos que se conjugam e fortalecem para criar uma percepção negativa sobre o bairro Benedito Bentes.

Ninguém imaginava que o bairro crescesse tudo isso. Agora você imagina... você imagina que ia ter esses conjuntos todos espalhados aqui dentro? Amigo, isso é surpresa pra todo mundo, pode sair ai perguntando pras pessoas se quando elas vieram pra cá ia ter tanta gente num local só. Claro que não, né. (...) É como falei, a prefeitura não dá conta de resolver os problemas daqui porque só pra você ter uma ideia... acho que nem dá mais pra conta quanta gente tem vivendo aqui. As escolas já não tem vaga pra quem quer. Aqui mesmo, aqui na nossa frente, ta vendo ali, essa lotérica ai é a única pra o I e pra o II. Pode olhar agora, a fila fica toda na rua. A outra ficava no II, depois de tantos assaltos já era. Infelizmente essa é a realidade. Todo dia é assim e isso não vai mudar tão cedo. Agora quando tem eleição, meu amigo, os políticos caem matando prometendo o céu, limpando as ruas, pintando casas, praças, troca lâmpada, né.... é assim, sempre foi e você acha que vai mudar? (C.M, 59, Conselheiro Tutelar, 15/01/2018).

Eu acho que foi esse shopping pátio que que atraiu esses prédios pra cá. Tem muita gente morando hoje, tem muita construção sendo feita, essa parte da Cachoeira do Meirim toda nova, toda limpinha. Isso foi nesse governo agora, porque nos outros governos era buraco pra todo lado, acidente o tempo todo. Era feio e dava medo. Agora tem shopping, tem faculdade, tem empresas, tem tudo agora. (...) Eu moro aqui e nunca vi problema aqui, nessa parte aqui, nessa rua, nada nada. Lá pra dentro é que você vai encontrar muito problema, eles saem de lá com essas camisas da macha azul e do comando vermelho e vem logo de monte metendo medo nas pessoas. (Seu A., 62, ex-policia, morador do Benedito Bentes I, 22/08/2017).

O contexto hoje daqui é o seguinte, quem mora no I evita ir no II, quem mora no II vai pra o I porque é mais fácil pra encontrar alguma coisa lá do que ir pra o centro. Os moradores da grota eu acho que ficam por aqui só porque ainda não tem ônibus que faça essa ligação direta. E tem o problema de quem mora em uma grota não frequentar outras grotas. Pra quem já é velho, como eu, já conheço todo mundo e todo mundo me conhece, vou aqui, vou ali e não tem problema. Mas tem muita morte desses meninos mais jovem. Do nada você escuta uns tiros... pronto: mataram mais um. É aquele som que vem de longe, a gente já sabe que venho da grota, já sabe que é droga envolvida. Eles vão se matando e sobra bala perdida e encontra um. (...) Não faz nem tanto tempo assim, mataram dois naquele bar que fica na ladeira da Grota da Alegria. Tiro na cabeça, tiro nas costas, um horror. Um tinha 21 anos e um outro tinha 19. A família nunca sabe no que eles são envolvidos, só fica sabendo quando morrem, quem vem só vem pra matar e mata quem tá junto também. Mata mesmo (Dona M. 51, dona de casa, moradora do Benedito Bentes II, 29/07/2017).

A evolução dos problemas na região, como mencionado anteriormente, conduziu a tentativas urgentes de emancipação (sendo a última em 2007) do território e sua elevação ao patamar de cidade. Essencialmente em função de dois motivos. Primeiro, porque um contingente de moradores de outras áreas da capital tem sido realojado para o bairro, evidenciando uma forma de gestão e de solução de problemas urbanos duvidosa. Essa população foi transferida por que se supõe que a região daria conta, tendo em vista sua extensão territorial? A chegada, na entrada do bairro, de um Shopping Centers é uma intenção de valorização da região?

Evidentemente que estes processos se traduzem em um impacto para o ordenamento do território e para o reordenamento das relações locais. Já dissemos que os campos de peladas foram reduzidos; há apenas uma praça (as pequenas praças das comunidades encontram-se deterioradas); o comércio de rua, que tinham barracas espalhados por uma extensa área, foi transferido um Mercado Público³⁷; os

³⁷Sobre essa transferência do comércio, um jornal noticiava: "Transferência dos feirantes faz parte do trabalho de ordenamento e urbanização do bairro Benedito Bentes". Para maiores informações, ver

espaços para interação e lazer nas grotas são improvisados por pneus ou baldes, que servem como assentos; a população mais velha, entre os homens, improvisam mesas nas ruas para jogos (especialmente o dominó); entre as mulheres, improvisam cadeiras nas portas, para conversação. No caso da população jovem, estes dividem o tempo entre a escola, o trabalho e o Shopping Centers.

O segundo motivo diz respeito aos interesses políticos na região. De acordo com as lideranças comunitárias, o bairro concentra um forte núcleo de comércio popular e algumas agroindústrias, sendo que os impostos que são gerados no bairro, que poderiam ser revertidos para melhoria na região, é drenado para outras áreas da capital. Como dito desde cedo, as entrevistas foram sendo realizadas a partir de uma rede que se foi formando pela indicação dos próprios entrevistados. Em uma dessas indicações tive a oportunidade de conversar com um 'ex-prefeito comunitário'. Ele esclarece essa preocupação quanto a emancipação do território, dentre outras coisas.

Eu vim morar aqui um ano após a inauguração do bairro, em 1987, eu tinha 19 anos. Desde cedo, quando erámos jovens, começamos a nos preocupar com os problemas que ia aparecendo aos poucos. Era água que faltava, era a energia que faltava, buracos que alagavam nas ruas. Era um povo que ninguém sabia de onde vinha que ia morar praticamente no seu quintal. Isso fez algumas pessoas começarem a se organizar e criar representações nas comunidades. Até que em 1986, criamos uma prefeitura comunitária para levarmos os problemas prefeitura da cidade. Se a prefeitura não vinha até a gente, a gente criou uma forma deles saberem que a gente existe. E no começo isso parecia que funcionava porque alguns pedidos eram atendidos (...). Os pedidos eram esses para maior policiamento, distribuição da água e da energia. E eternamente consertarem a estrada da Cachoeira do Meirim, que só tiveram essa preocupação com a chegada do Shopping. Hoje eu acredito que a prefeitura comunitária não funciona mais porque aqueles que era líderes se tornaram vereadores e enquanto vereadores influenciam a votação e colocam lá quem eles bem querem. Cria um grupo de pessoas na prefeitura e os sócios votam em quem eles querem. Entendeu? Na minha época era disputa forte, era confusão mesmo, tinha briga. Os moradores dos conjuntos viam votar, respeitavam isso. Tinham essa preocupação de cuidar do bairro. Então a preocupação de quem entra na prefeitura é ganhar visibilidade para se tornar vereador da cidade. (...). Minha visão hoje sobre o bairro é que ele cresceu desorganizadamente. A pista de acesso só dava um carro do início até o final, depois limpavam um caminho que era um perigo. Ninguém queria vir morar no Benedito Bentes. Era pior do que a situação que se encontra o Conjunto Aprígio Vilela, que hoje tem um posto de saúde e uma creche que é só o esqueleto da estrutura e serve apenas para o tráfico. A construção nunca acabou (A.B., 40 anos, 21//02/2017).

O fato de essas relações estarem impregnadas com os momentos de tensões e as situações de conflitos, não anula os valores e o compartilhamento de experiência no interior do bairro. Implica, nesse sentido, reconhecer uma imensa fragmentação social conduzida pela coexistência das práticas quotidianas, do ir e vir, dos usos que se fazem da localidade com a violência. A violência é, dessa forma, uma produção das particularidades locais, que, em maior ou menor grau, é espelho das profundas crises internas longamente maturada da relação entre a sociedade e o Estado (MISSE³⁸).

Os conjuntos é aquilo que eu lhe falei, expansão imobiliária. Precisava construir ou precisava gastar o dinheiro. Como? Não vai jogar pro ar. Então, construo, ganho politicamente e ainda estabeleço uma relação com as empreiteiras, construtoras e tudo mais. Então é nessa linha que surge. Uma troca, né? E até hoje funciona dessa forma. “Vamos tirar o país da crise, aí vamos investir em emprego. E o emprego é como? Tem que gastar pras pessoas se empregarem, pedreiro, servente. O governo proporcionou 3 mil empregos, mas como, ele pagou as empresas, construiu, pegou as pessoas que vão ganhar as suas casas, seus apartamentos e colocaram pra morar”. Os conjuntos são nesses níveis, se você for ver isso é no bairro inteirinho. Tantos conjuntos sendo construídos em um bairro só. Agora, por que isso aconteceu? Isso aconteceu também com a permissão dos olhos cegos de quem compõe as lideranças comunitárias. Ninguém questionou. (...) A população, e eu me incluo, ninguém questionou. E os conjuntos continuam aí sendo construídos. **Pra você ter uma ideia o Benedito Bentes II foram tantos conjuntos que não tem uma área de lazer.** Aqui no Benedito Bentes I ainda tem, mas já estão acabando com os campos pra construir outras coisas. Aqui nós tínhamos a praça da formiga, que hoje é a Praça Padre Cícero, o centro de tudo, e uma Praça de Esporte que são três/quatro campos que tem aqui e os bares que ainda alguns se mantém. Mas frequentar esses espaços? **Hoje a violência inibiu qualquer contato entre as pessoas.** São locais que hoje estão praticamente vazios. As áreas de lazer entre as pessoas é a própria quadra do condomínio. É o shopping. A violência tomou conta de tudo, mas nem todo mundo é culpado (CM, 59 anos, Conselheiro Tutelar, 15/01/2018), [grifos do autor].

A formação das identidades, como nos lembra Costa (2008), é sempre um processo relacional ou cultural. Relacional por ser resultado e componente das relações sociais (em se tratando das identidades coletivas), em que o “nós” só se manifesta por demarcação face a “outros”, de quem se distinguem ou a quem se contrapõem. É cultural porque envolve imagens e categorias do universo social, sentimentos e valorações a respeito dos seus componentes, formas de expressão e códigos comunicacionais, elaboração de memórias e projetos e práticas que estão carregadas nas práticas de interações quotidianas.

³⁸ “Sobre a construção social do crime no Brasil”, Michel Misse (texto não publicado), ver <http://srvweb.uece.br/labvida/>.

É nesta perspectiva que nos interessou pensar a trajetória do bairro e de seus moradores. Para assim interrogar acerca do sentimento (e da intensidade) de pertença ao bairro, das diferentes facetas de experiências sociais que predominantemente se associam ao esse sentimento de pertença. No conjunto, interrogar acerca do comportamento que se observa, no cotidiano corrido, que se desvincula ao que tenderia a uma certa regularidade. Isto é, com o desenvolvimento de novos conjuntos e o surgimento de grotas, como é o caso da pesquisa, como se efetiva o conjunto das relações de sociabilidade e as formas de controle social no bairro?

O que, para além do mais, vai de algum modo reforçar o itinerário de questões relativas as formas de violências que vão, com todo o desdobramento e complexa articulação dos enunciados teóricos e anseios daqueles que participaram da pesquisa, sendo produzidas e experimentada pelos próprios moradores do Benedito Bentes. O bairro, portanto, tende a ser vivido e entendido como espaço específico, diferenciado da cidade envolvente, como lugar profundamente conhecido, como palco de episódios quotidianos, banais e excepcionais, mas indissociavelmente constitutivo da experiência emocional, física e existencial de cada um (COSTA, 2008).

É está complementariedade no plano das entrevistas que vai sendo possível demonstrar, além do que está expresso nas taxas de homicídios, como certos problemas encontram-se inerentes as características do bairro, seja pela estrutura e ausência de serviços públicos, seja pela dimensão populacional e os efeitos que daí decorrem. Os indivíduos que nessa região residem, com efeito, refletem o conjunto de características da área e da população habitada. Influenciam-se mutuamente nas redes de sociabilidade e partilham da mesma insegurança, que é a de serem a próxima vítima, mesmo não sendo o alvo.

Em seguida, a partir das questões até aqui tratadas e de um conjunto de questões que, a propósito da investigação, foram informações adicionais à explicação de certos critérios subjacentes aos tópicos trabalhados, procuraremos melhor enquadrá-los na análise da investigação empírica. Como já mencionado, um conhecimento mais profundo acerca das histórias de vida e da percepção das problemáticas do lugar, vai nos conduzindo para compreender os elementos que, conjugado as características e condições habitacionais, passam a favorecer processos de estigmatização em relação à população e ao território.

É importante antecipar, em se tratando dessa visibilidade negativa, que duas componentes sociais se sobressaem, de acordo com a análise das entrevistas. A primeira refere-se a imagem de um bairro predominantemente violento – essa imagem de maneira veiculada pelas redes televisivas locais – quando, ao que se indica, há um certo consenso sobre os lugares de acontecimentos e de concentração da violência em espaços específicos do bairro. Essa indicação também sugere uma forma de culpabilidade do *outro*, pela localização do *outro*, pela condição em que esse *outro* se encontra posicionado territorial e simbolicamente. A segunda, e essa o consenso é quase unânime, é preciso ainda uma disposição dos órgãos governamentais em conhecer os reais problemas que perduram no bairro, para o qual, o não conhecimento destes problemas acarreta em mais problemas para a vida no bairro. Procuraremos esmiuçar melhor estes dois pontos, no capítulo seguinte. Contudo, acreditamos que seja também viável ter presente, antes dessa discussão, os depoimentos de um conjunto de moradores, que são representantes do bairro, quando participaram do grupo focal realizado pela SEPREV em parceria com o a UFAL.

O uso dos áudios captados nestes grupos focais, para aprofundar e esclarecer nuances da pesquisa, teve plena ciência dos entrevistados quanto as restrições do material para uso exclusivamente científico. Tanto os áudios captados os grupos focais, bem como quaisquer outros materiais presente no trabalho igualmente passaram pelo crivo da ciência dos participantes quanto ao uso exclusivo para fornecer questões que dizem respeito ao cotidiano da vida no bairro: os desafios relativos a ocupações irregulares, ao consumo e tráfico de drogas, a prostituição, os assaltos, qualidade de água e energia, o transporte público, etc. Que, de maneira geral, são questões nem sempre esclarecidas pelos dados oficiais e carecem da percepção da população para um diagnóstico de problemas que os dizem respeito.

4. MEDO, RELATOS E ATRIBUIÇÕES DA VIOLÊNCIA

Na terceira parte desta dissertação passa-se à apresentação de retratos específicos sobre o tema da violência e daquilo que temos vindo a sinalizar no tocante a outras atribuições da problemática recenseadas pelos moradores neste cenário urbano. No fundo, os relatos e as histórias de vida, decorrentes da observação e da participação no bairro e em suas adjacências, nos serve para identificar alguns dos fatores que produzem um tipo específico de violência, sem que com isto estejamos a simplificar certas dimensões em termos nomeadamente dos roubos, do tráfico de drogas, da prostituição e da formação de grupos violentos que atuam no território.

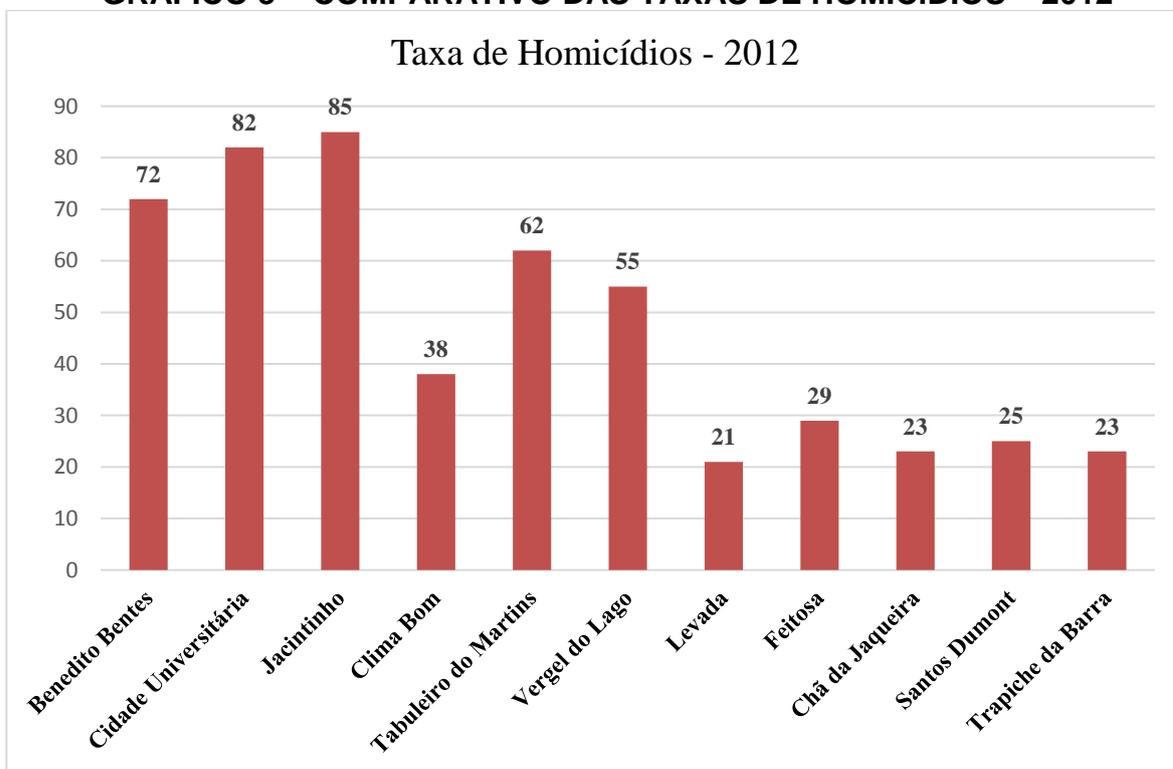
A breve discussão anterior de um conjunto de questões relativas aos problemas que, ao que nos parece, estão na base da formação do aglomerado não deixa dúvidas acerca da necessidade de se reconsiderar os modelos de implantação urbana tão comum nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, acompanhar a trajetória do bairro a partir das redes de interdependências sociais dos atores locais, sustentada pelas lembranças e pelas memórias, permite colocar na análise do problema da violência na periferia de Maceió, precisamente, determinadas características do conjunto de relações de sociabilidade e de certas formas de controle social.

3.3.1. Taxas de Homicídios e outras interpretações da violência no Bairro Benedito Bentes

Para efeito de ilustração dos homicídios na região do Benedito Bentes, vejamos, numa escala comparativa com outros bairros que figuram entre aqueles de maior número de homicídios em Maceió. Os dados são provenientes do Núcleo de Estatística e Análise Criminal (NEAC), da Secretaria de Estado da Defesa Social de Alagoas (SEDS/AL) e trazem uma série para o ano de 2012 até o ano de 2015. O comparativo é para ilustrar, naquilo que se refere aos homicídios, como bairro do Benedito Bentes passa a interagir com outros bairros. Lembrando que a cidade de Maceió possui um total de 50 (cinquenta) bairros, a listagem abaixo faz menção a 11

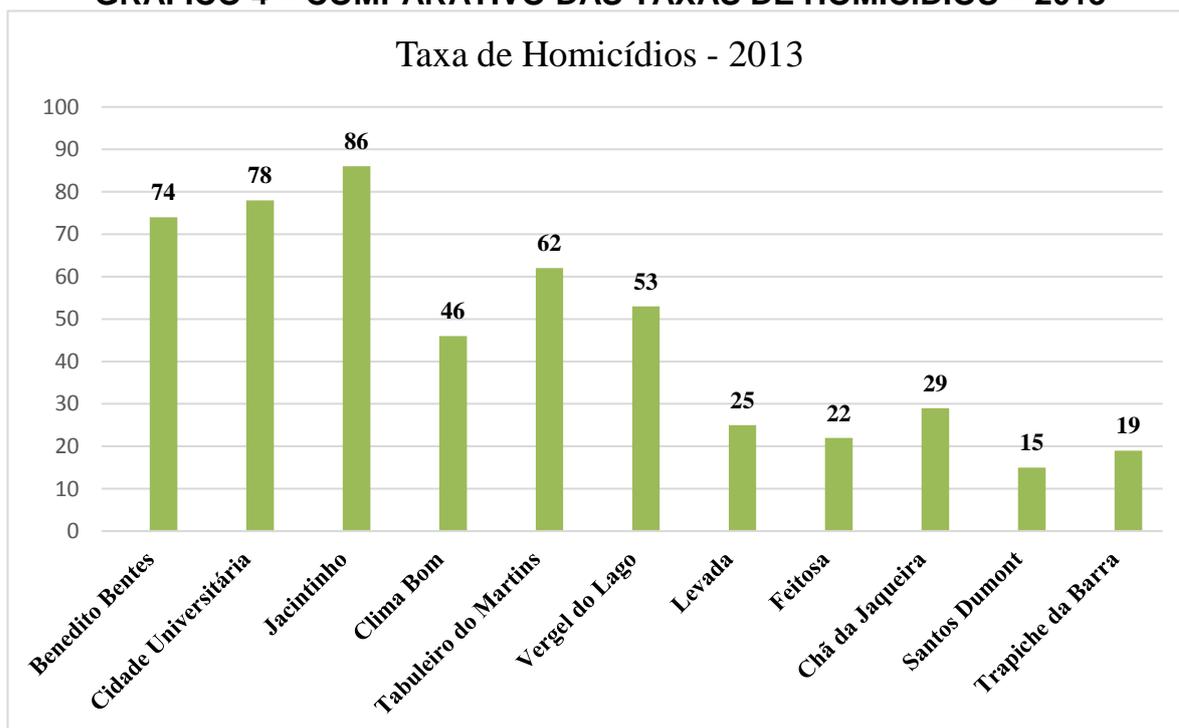
(onze) deles. Tratam-se daqueles de maior número homicídios e que tem em comum a tipificação de bairro popular.

GRÁFICO 3 – COMPARATIVO DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS – 2012

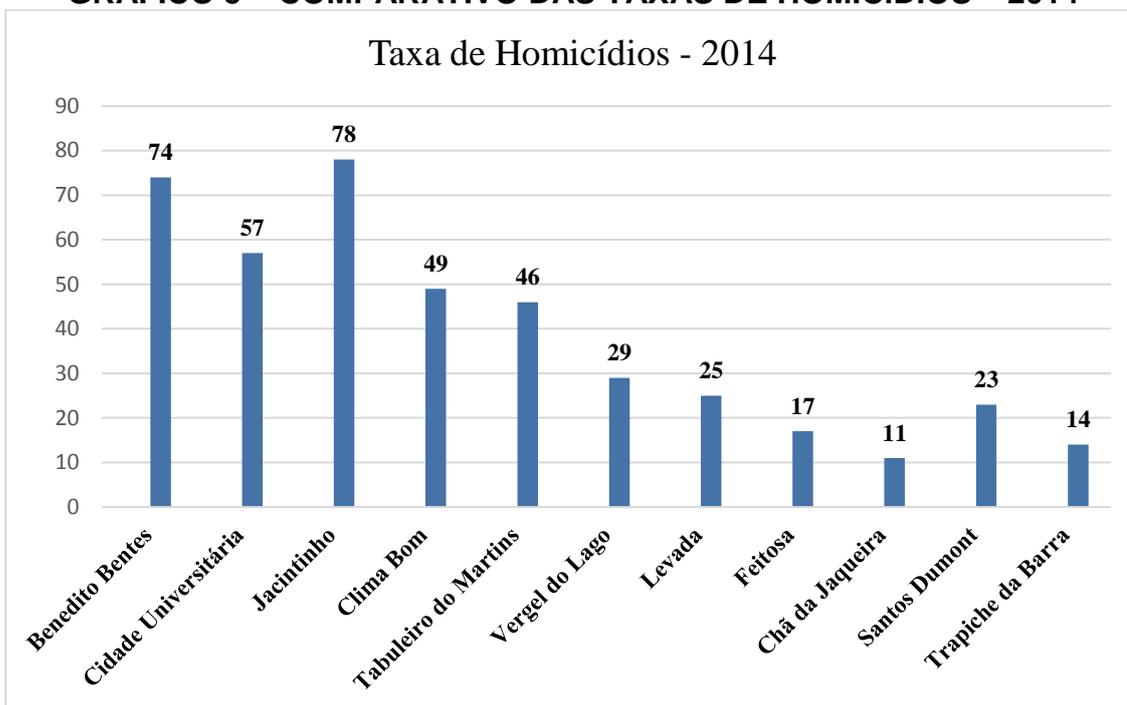


Fonte: NEAC. Elaboração do autor.

GRÁFICO 4 – COMPARATIVO DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS – 2013



Fonte: NEAC. Elaboração do autor.

GRÁFICO 5 – COMPARATIVO DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS – 2014

Fonte: NEAC. Elaboração do autor.

GRÁFICO 6 – COMPARATIVO DAS TAXAS DE HOMICÍDIOS – 2015

Fonte: NEAC. Elaboração do autor.

Os dados cumprem a função de ilustrar a variação dos índices de homicídios nos bairros supracitados. Demonstra que nessa série temporal tanto o bairro do Bendito Bentes quanto o bairro do Jacintinho, seguem mantendo uma certa regularidade no número de óbitos em Maceió. Observa-se também o quanto a variação da redução é pequena dentre os anos, com exceção do ano de 2015, no caso do Jacintinho em que a redução foi maior em comparação com os anos anteriores.

Ou seja, no acumulado de 2012 a 2015, o bairro do Jacintinho tem o maior número de homicídios, com 307. Em seguida, o bairro do Benedito Bentes, com 293 casos. Partindo de uma outra perspectiva, poderíamos, então, afirmar que conseguimos identificar seis territórios da capital alagoana, como sendo os mais vulneráveis quanto ao número de homicídios, quais sejam: Jacintinho, Benedito Bentes, Cidade Universitária, Clima Bom, Tabuleiro dos Martins e Vergel do Lago. Apontando, assim que, desde 2012, há uma concentração significativa de casos de violência nessas localidades.

As estatísticas dão conta em identificar, especialmente, nas grandes cidades o crescimento da violência, da criminalidade e da delinquência, mas de modo geral não desempenham uma leitura sobre as modificações, as motivações e a configuração dessas práticas delituosas. No caso de comunidades específicas, como os bairros, por exemplo, tanto a identificação quanto a leitura sobre os aspectos pertinentes desta problemática é superficial. Para tratar, desse modo, dos aspectos cumulativos e das modificações deste fenômeno num determinado local e num recorte específico torna-se indispensável uma abordagem que alie uma discussão teórica e conceitual juntamente com uma análise dos discursos dos moradores e, ao nosso ver, das representações políticas e comunitárias.

Claro que teremos oportunidade de melhor problematizar estes dados pela própria percepção dos atores sociais do bairro. De certo modo, vale também pontuar, por ser este um trabalho de campo, as observações e as impressões de quem passa a caminhar e interagir com os moradores. Quero com isto destacar, antes de passarmos para essa percepção dos atores sociais, os desafios que o campo de estudo acerca da violência acarreta se considerarmos os percalços de firmar intermediários e interlocutores.

A primeira questão a se destacar é que as pessoas geralmente se dispõem no momento primeiro da conversação, o segundo ou demais encontros se convertem

numa negociação, por motivos correspondentes a trabalho, visitas médicas, viagens, etc. A segunda questão, e essa é mais sensível, diz respeito as informações informais. Ir nas residências informadas previamente pelos interlocutores, dada a dimensão do bairro, carece de uma indicação daqueles que vão em seu cotidiano transitando pelo bairro.

O primeiro contato no bairro, como havia dito antes, foi a nível de graduação, quando naquele período pesquisávamos acerca da proximidade entre a base de Policiamento Comunitário e os moradores. Para esta pesquisa, no entanto, quis conhecer o bairro. Afim de reunir um conjunto considerável de entrevista, imaginei que o melhor seria ir em lugares diferentes do território. Inclusive para melhor compreensão das condições em que as pessoas iam se estabelecendo nas comunidades implantadas. O bairro conta apenas com um terminal rodoviário que não atende à demanda de todos os conjuntos (tampouco das grotas). Ou seja, para uma entrevista agendada, independentemente da localidade, o ponto último era o terminal de rodoviário. Em muitos casos procurava ir algumas horas antes para fazer esse deslocamento, pós terminal, caminhando. Isso permitiu uma familiaridade para criar esquemas de localização e pontos de referência no interior do território.

Ainda que familiarizado com algumas quadras, a solicitação de informações sobre o local de residência de alguns entrevistados era indispensável. Essa experiência de solicitar tais informações revelou, num primeiro momento, o receio dos próprios moradores em se identificar como *morador* do bairro. Se me aproximava no intuito de colher essas informações a resposta frequente era: *não sou daqui; não sei informar, só vim visitar um amigo (a); não moro nessa rua; nunca ouvir falar dessa pessoa*. Num segundo momento, revela o receio de indicar ou apontar quem está sendo procurado. Em várias situações estas respostas foram dadas a passos acelerados ou com considerável distância. Quando sentadas em frente às suas casas, jogando dominó, por exemplo, o padrão de resposta continuava a negar que moravam ali ou que conheciam *a pessoa*. Falar os nomes, ou indicar práticas delituosas de outros, é uma questão muito sensível em todo o bairro, de maneira geral.

Ir a pé me fez conhecer um expressivo número de pichações nos muros e nos estabelecimentos comerciais, eram frases soltas, mas também eram demarcações específicas. Muitos dos entrevistados acreditam que tais pichações são feitas por traficantes para marcar território ou indicar que aquele território estava sob comando do traficante preso, que se encontra *naquele* presídio, *naquela* ala, *naquela* sala.

Tanto para as lideranças no bairro Jacintinho, com quem conversamos, quanto para as lideranças comunitárias do Benedito Bentes, as facções que atuam em Maceió fazem parte do Primeiro Comando da Capital (PCC) e do Comando Vermelho (CV), sendo que, acredita-se que os membros de tais organizações não são originários do bairro, ainda que muitos passem a se filiar com o decorrer do tempo. Logo, uma série de pichações com as abreviaturas do PCC (em azul) e CV (em vermelho) vão demarcando lugares que os residentes evitam trafegar, especialmente quando num mesmo local encontram-se as duas pichações, pelo receio de um eventual conflito entre os dois grupos.

De entre as muitas questões que fazem do bairro do Benedito Bentes um objeto de pesquisa singular, para além da tradicional relevância que a criminalidade exerceu entre os diferentes grupos sociais no espaço geográfico, a sua composição social é um dos elementos mais notáveis. Essa característica particular é tributária da localização do bairro na cidade (e sua conexão a outras cidades vizinhas) e dos efeitos que daí decorrem do ambiente construído: ao nível da qualidade habitacional (em termos do desenho de sua construção) e do espaço público (em termos de usos do solo, de estrutura, de saneamento).

Embora a observação no local permita-nos depreender sobre certas incidências da dinâmica das relações sociais da região, as conversas informais e as narrativas dos residentes, que constroem imagens do bairro, assim como constroem imagens daqueles habitantes que aos poucos vão organizando as atividades quotidianas, é que corrobora para identificar as adversidades locais. Não teríamos como entender a segregação, tampouco as angústias, a insegurança e o medo que se faz no interior do bairro sem antes interagir com a vida comunitária. Aspectos *não observáveis* passam a ser captados pelos testemunhos dos próprios moradores, pela sua posição no interior da localidade e pelo (bom) conhecimento acerca do problema da violência.

Território de tensões, de conflitos, de disputas, de invasões e de ocupações; igualmente de conquistas, de realizações, de encantos e façanhas. Como observou Baptista (2003), é a forma viva dos usos sociais. Podemos dirigir-nos ao Benedito Bentes recorrendo ao sentido de *território* considerando-se que os agrupamentos que ali foram se estabelecendo passam a experimentar as relações sociais antes mesmo de vir a ser *bairro*. Essa condição é indispensável para compreensão de sua evolução e da sociabilidade local. As identidades experimentadas, ou vividas, como bem referenciou Costa (2002), exemplificam as representações cognitivas e todos aqueles

sentimentos de pertença que são, nos contextos históricos de suas formações, reportados aos coletivos territoriais, grupais, institucionais, etc., que em conjunto compartilham experiências de vida e situações de existência social.

Grosso modo, a propósito do que se vem observando, em contextos socialmente homogêneos, para quem um grupo específico partilha valores comuns numa comunidade específica, comumente se tem presente efeitos positivos de reciprocidade e solidariedade social. A sociabilidade assim figura associada a estratégias mútua de zelo pela preservação de um perfil identitário, cultural e histórico³⁹. O mesmo não pode ser dito para aqueles territórios com forte desqualificação física e social, isto é, que apresentam condições precárias de habitação e em sua rede de infraestrutura, de maneira geral. Esses territórios, no qual se observa, figuram como receptáculo de um vasto e variado conjunto de pessoas, oriundos e com trajetórias de vidas dos mais díspares possíveis.

São espaços, na perspectiva de alguns moradores, que servem de experimentação para os projetos políticos que podem vir a surtir bons efeitos na vida de alguns moradores; contudo, podem também operar num sentido inverso e assim alimentar formas de constrangimento e insegurança local. A existência, por exemplo, de duas lideranças políticas (dois vereadores) no bairro, tem uma parcela significativa de melhorias para o bairro. Seja com a criação de projetos que contribuam para formação dos jovens, ocupando-os nos tempos livres, visando estratégias de incentivo para diminuição das práticas delituosas; seja em função do atendimento de grupos da terceira idade, como espaços de hidroginásticas, academia, espaços para agendamento de exames (que evita o deslocamento para o HGE); enfim, essas lideranças, que tiveram suas formações inerentes ao desenvolvimento do bairro, cresceram conhecendo os riscos e a limitação de oportunidades vão, à sua maneira, fomentando projetos no intuito de reverter a atual imagem que se fazem do território.

Nesse sentido, também as lideranças comunitárias e as associações no bairro procuram reverter essa imagem. Se propõem a minimizar a distância entre as carências da região e as soluções externas. Isso porque, como se observou, a relação

³⁹ Foi-nos revelado, em entrevista, por exemplo, que os bairros Fernão Velho e Jaraguá são nítidos exemplos de preservação da identidade e da história do bairro. Festividades, exposições ou qualquer sorte de evento que no correr do ano possa vir a acontecer nesses bairros, não circula avisos ou panfletos para 'lembrar' que naquele 'domingo do mês' vai acontecer o 'festejo dos amigos do bairro' (C. M, 53 anos, Conselheiro Tutelar).

entre as lideranças comunitárias e as lideranças políticas frequentemente caminham em lados opostos quanto a resolução de problemas do bairro. Essa é uma clara relação que se manifesta pela disputa de poder e de decisão no interior das relações locais. O empecilho geral, de acordo com as lideranças comunitárias, é a não universalização de projetos que atendam a população para além do Benedito Bentes I. Ou seja, grandes incentivos na área da saúde, do comércio e de projetos sociais realizados pela prefeitura e estado na região são habitualmente geridos no Benedito Bentes I.

Eu me orgulho de trabalhar dentro das grotas, de conduzir minha vida a partir da relação de quem vive nas grotas. Você não tem ideia de quantas pessoas boas a gente encontra, pessoas batalhadoras. Tem profissional de todo tipo, estudantes e universitários também. Estão na luta dia após dia pra melhorarem a vida de seus familiares, mas da comunidade também. Porque você vê, tem muito morador que tem condições de sair da grotá, de ter um local melhor. Sabe por que não saem? Porque gostam de viver lá, porque a família e os amigos são de lá. Apesar de toda dificuldade, estão lá batalhando para melhorar a grotá. Falta esse povo [vereadores] descer nas grotas sem que a gente tenha que tá sempre chamando a atenção pra um problema, um caso... pra segurança, pra falta d'água, pra limpar os córregos, entendeu? Falta esse compromisso depois das eleições para ajudar na vida dessas pessoas (Dona T. C., 60 anos, 09/10/2017).

A descrição dessa senhora é uma amostra do descompasso entre as lideranças políticas e comunitárias. Talvez um diálogo entre estes representantes exercesse maior poder quanto as modificações na estrutura do bairro. Como para otimizar a criação de mais um terminal rodoviário (que é uma das grandes demandas para os moradores das grotas e de alguns conjuntos habitacionais, como o Aprígio Vilela) e de mais um posto de saúde (dada a superlotação de um único posto, no Benedito Bentes I, para responder a demanda de toda população).

Associada a violência, talvez a mobilidade seja um dos principais problemas da região. Em função do crescimento dos condomínios residenciais fechados, dos novos prédios, dos estabelecimentos comerciais e das constantes modificações no espaço físico, o viver, o caminhar, a circulação pelo interior do bairro vai ficando 'apertada'. Numa região que possui um intenso fluxo comercial, mas é afastada das zonas centrais da cidade, não dispor de meios para se locomover se configura como um constrangimento grave. A ausência de transporte público de qualidade, com intervalos regulares entre os ônibus, força os moradores a recorrer a transportes clandestinos para chegar aonde se pretende. E mesmo com a garantia de poder fazer uso do transporte público, há o enfrentamento circunstanciais de se ser assaltado nestas

conduções. Para quem faz uso dos transportes públicos na região, o horário de deslocamento é regulado não em função de se chegar pontualmente no trabalho ou no colégio, por exemplo, mas sim em razão dos acontecimentos frequentes de assaltos. Ou seja, modifica-se a rotina pelo receio dos conflitos.

Essa particularidade se estende para os usos dos espaços de convivência e de consumo do bairro. A praça central, os campos de peladas, os estabelecimentos comerciais e religiosos, o Mercado Público, e outras áreas no bairro frequentemente seguem horários regulados pelos moradores. A feira livre contribuía para maior circularidade, principalmente entre o público mais velho, porque se criava essa relação entre os produtos, o vendedor e o cliente em um espaço de rua, numa dinâmica de bairrista. Essa transferência desses comerciantes para um espaço 'privado', com uma estrutura fechada, se assemelha a um supermercado. Essa condução dos comerciantes para um espaço delimitado conduziu também um outro público que, de acordo com os moradores, se encontravam dispersos. Que é uma comercialização mais direta das drogas e as redes de prostituição que vai se formando no entorno do Mercado Público.

Os modelos concebidos para ordenamento dos espaços de convivência entre os residentes, assim como para aqueles que não são mais buscam algum tipo de consumo no bairro, restringe uma interação mais direta entre as pessoas. No caso dos condomínios fechados, tratam-se de moradias fortificadas (CALDEIRA, 2000) que não permite circularidade entre aqueles que não fazem parte. São desenhados para atenderem um público que vai viver em recluso à existência do bairro. De acordo com Caldeira (2000),

São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. São controlados por guardas armados e sistemas de segurança, que impõem regras de inclusão e exclusão (...). Em outras palavras, em contrastes com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residências, eles pertencem não aos seus arredores imediatos, mas as redes invisíveis (CALDEIRA, 2000, p. 259).

Apesar de estarem localizados em um espaço de periferia, esses condomínios, com as características aí pontuadas por Caldeira (2000), compõem, de algum modo, a infraestrutura do bairro. Contudo, o maior número de condomínios e prédios

fechados, os enclaves fortificados, são encontrados na principal via de acesso ao bairro. Isto é, estão localizados próximos as indústrias e ao Shopping Pátio Maceió, que trouxe uma valorização desse 'perímetro' na região. Mais à frente a feição é outra. São casas que se espremem parede a parede, algumas com grades e muros erguidos, e tantas outras com padrões característicos de sua formação inicial. Logo, moradores mais carentes do bairro, residentes em conjuntos habitacionais mais recentes, ou aqueles que são residentes das grotas, principalmente, que se situam na periferia do bairro, são os mais dependentes dos serviços públicos de transporte (para acessarem o bairro ou áreas centrais da cidade) e de saúde.

O cruzamento da violência e dos serviços conduzidos pelas políticas habitacionais estiveram até aqui presentes de maneira constante justamente pelos sentidos que conferem à sociabilidade local. Em outras palavras, como Elias e Scotson (2000) se empenharam em demonstrar, não é possível estudar isoladamente um fenômeno social. A violência, nessa perspectiva, só pode ser pensada dentro do quadro das configurações dos diversos grupos sociais, seja numa comunidade, seja num Estado. O próprio conceito de configuração, definido por Elias, coloca em evidência a preocupação em dar atenção ao contexto social em que o fenômeno está inserido. São as tensões emanadas das situações de interdependência que colocam em relação diversos indivíduos, diversos grupos, diversos territórios, etc., justamente pela partilha no seio destes quadros e pela história particular neles situadas.

Daí decorre uma atenção significativa na percepção dos atores locais entre aquilo consideram ser grave ou não em função das categorias de pensamento construídas e interiorizadas com as relações de vizinhança e no bairro, de maneira mais geral. Desta forma, procurou-se explicar a violência não pelas características pessoais (psicológica, familiares, etc.) do sujeito que mata, mas sim de tentar compreender melhor este fenômeno através da forma como se estrutura no interior das relações locais, nomeadamente no bairro do Benedito Bentes. Que no fundo, atentando para a conjuntura externas, é espelho dos processos que vão transformando a sociedade brasileira.

Lembremos que a violência é um fenômeno plural, contempla diferentes realidades e, juntamente a outros fatores, passa a emergir de maneira particular no contexto de nossa investigação, mas facilmente é observado noutros (LIMA, 2000; ZILLI, 2004; MACHADO, 2008; CARVALHO, 2013). Contudo, nas últimas décadas, às mudanças sociais ocorridas no estado de Alagoas estão associadas a evolução de

diferentes contornos do problema da violência. De acordo com as estatísticas oficiais, essa violência é frequentemente relacionada, como anteriormente observamos, a alguns territórios, no caso da capital alagoana. A cidade de Maceió engloba um total de cinquenta bairros. Destes, registra-se uma maior regularidade de homicídios em quinze⁴⁰. Ao passo que, as taxas mais elevadas estão presentes em seis (Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho, Clima Bom, Levada, Vergel do Lago).

Por sua vez, também podemos observar que os bairros do Benedito Bentes, do Jacintinho e da Cidade Universitária destoam significativamente dos demais. De acordo com os agentes de segurança do NEAC, a confirmação destes territórios não é surpreendente. Tendo em vista que, acompanhando e registrando essas taxas a presença destes territórios nos rankings anuais de estatísticas é recorrente e comum.

Os dados vão colocando estas localidades como áreas vermelhas. Basicamente porque o tráfico tomou conta, são regiões de difícil acesso para uma atuação mais ostensiva, a população com medo não denuncia, não identifica, então o trabalho fica difícil. Hoje a gente consegue identificar o local, sabemos onde os traficantes estão, o problema é... são as estratégias que envolvem sempre a população. O trabalho hoje é esse se aproximar dessas comunidades, fazer com que elas confiem no trabalho da gente e ajude. A segurança hoje não é mais trabalho só das polícias, a população também tem que ajudar, entende? (...). As grotas estão enfeitadas de traficantes. Então você tem um número reduzido de patrulhamento, um número reduzido de denúncias e a região que dificulta esse trabalho mais ostensivo (L.J., agente do NEAC, abril de 2016).

Essa foi uma entrevista realizada em 2016, quando na ocasião procurávamos ir alimentando alguns registros iniciais. A fala do agente segue em direção a qualidade dos dados, afirmando que, desde 2012, quando o NEAC vem realizando um árduo trabalho de acompanhamento dos homicídios e de outras formas de violência presente no estado de Alagoas. Também os moradores sinalizam para o problema do tráfico em suas regiões. O tráfico de drogas, a bem da verdade, é o primeiro e mais recorrente problema identificado pelos moradores quanto as questões que envolvem a violência.

A facilidade com que se fala de delinquência (associada a torcida organizadas), violência e a criminalidade (associada ao tráfico de drogas e aos homicídios), a par da insatisfação local, traduzem um desenvolvimento moral em que desde muito cedo

⁴⁰ Por exemplo, de acordo com o NEAC, estes quinze bairros com maiores percentuais de homicídios são: Benedito Bentes, Cidade Universitária, Jacintinho, Vergel do Lago, Clima Bom, Tabuleiro dos Martins, Santa Lúcia, Poço, Feitosa, Ipioca, Trapiche da Barra, Antares e Levada.

se interioriza na avaliação negativa quanto as ações conduzidas pelos órgãos governamentais. Essa insatisfação pode ser entendida como manifestação da desorganização social a que se encontram sujeitos, revestido de outros contornos mais intensos e anteriores a vivência no Benedito Bentes.

Marcados pela falta de acesso a recursos sociais que, de certa maneira, seria fator determinante para inclusão nesse então espaço de convivência, sente-se um forte descontentamento quanto a ausência de suportes para as famílias que vivem no local. A mudança de um espaço físico para outro deveria mediar os efeitos das desvantagens sentidas no antigo local de moradia, mas, ao que parece, acaba por se constituir, de forma inversa, como elemento catalisador de novas desvantagens.

Conjuntamente, aos novos dilemas não é de estranhar que os contornos da violência se revelem bastante comum entre uma parte significativa dos moradores. Como elemento catalisador a violência se enquadra naquela perspectiva referente à insegurança e ao medo de serem, a qualquer momento, vítimas de assaltos, de bala perdida, de serem confundidos com outras pessoas, etc. Por outro lado, se enquadra na expressão “*a gente tem que botar as coisas dentro de casa, a gente tem que se virar, porque ninguém vai dá nada suave*”⁴¹. Que é uma forma de percepção fundada numa consideração de que certas práticas são legais, comuns entre os jovens, para contribuir com as despesas de casa. É uma forma, também, de se obter aprovação em casa. Porque é o jovem que, sem emprego formal, não fica desocupado em casa, mas sai e quando volta traz consigo uma forma de ajuda.

É seguro afirmar, sob esse aspecto, que as edificações que passaram a integrar a paisagem do bairro é resultado de sucessivas construções, em sua maioria promovidas pela administração pública local ou em parceria com o estado. Procurando, deste modo, contribuir para a *resolução* de algumas das múltiplas carências habitacionais que se fazem sentir em outras regiões da cidade de Maceió. O bairro do Jacintinho é exemplar. Parte dos entrevistados afirmam serem migrantes e que muitos dos atuais vizinhos também o eram em seus antigos locais de moradia.

⁴¹ “Imaginei que o senhor M estivesse só em casa, mas seu filho estava lá dentro em silêncio, enquanto o senhor M argumentava sobre as dificuldades de manter as despesas na casa, o rapaz se aproximou e falou em tom de insatisfação “*a gente tem que botar as coisas dentro de casa, a gente tem que se virar, porque ninguém vai dá nada suave*”, o senhor sorriu e disse já está indo trabalhar? Ao que respondeu: volto cedo, que não quero perder o jogo. O senhor então complementou: “Me traga cigarros, já acabou o que tinha”. [notas de campo].

Desde os anos 2000 que o fluxo de pessoas para a região do Benedito Bentes tem sido intenso. A partir daí passaram a integrar o bairro os moradores da favela Sururu de Capote e da favela Torre, ambas do bairro Vergel do Lago, moradores da favela Muvuca, do bairro Dique Estrada, moradores da Favela do Canaã, do bairro Canaã, moradores da favela Cidade de Lona e da favela Portelinha, ambas do bairro Eustáquio Gomes. Moradores da cidade de Viçosa, moradores da cidade de Santa Luzia do Norte, moradores da cidade de Atalaia, moradores da cidade de Pilar, moradores da cidade de Branquinha e de tantas outras cidades do estado. Hoje integram a composição social dos moradores do bairro Benedito Bentes.

Segundo dados do Ministério das Cidades, mais de 17 mil novos empreendimentos habitacionais foram financiados nos bairros Cidade Universitária e Benedito Bentes. Entre os anos de 2012 e 2014, foram entregues 5.204 unidades habitacionais (e 1.740 estavam em fase de execução) no bairro Cidade Universitária. Neste mesmo período, foram construídas 6.696 unidades, equivalente a 11 empreendimentos, no bairro do Benedito Bentes e mais 6.944 unidades entregues em 2015⁴².

É de salientar que no decorrer da etnografia foram muitas as situações observadas que suscitaram uma especial atenção a estes efeitos. A primeira remete diretamente para a percepção das lideranças comunitárias e para a forma como o estigma é percebido. Entrevistando um dos conselheiros tutelares da região, ele argumentava, por exemplo, que não se poderia falar em um perfil do bairro:

O Benedito vai nesse rolo, chegando ocupações das áreas verdes, grotas... e aí... você fica com a dificuldade de nesse momento ter um perfil desse lugar. Porque de forma rápida ela recebeu várias pessoas, vários moradores, várias lideranças de todos os lugares. Diferente de uma comunidade como Fernão Velho, Bebedouro, Jacintinho, Poço que tem uma origem familiar construída lá mesmo. E as pessoas sabem dos antecedentes, do presente e das gerações que já estão propostas para o futuro. E aqui dificilmente se teve. Porque quando esse conjunto foi inaugurado... na verdade não foi nem uma inauguração, foi lançamento das chaves, sorteio e tudo mais, vieram....ele...tinha o perfil das casas sem muros que deveria ajudar nessa relação entre os vizinhos. A criarem uma tradição, uma cultura. Mesmo assim não conseguiu ter identidade, que a violência chegava e as pessoas tiveram necessidade de aumentar os muros. Ai fechou e acabou com essa tentativa de identidade. Se a gente começa a comparar com outras regiões a gente

⁴² Esses empreendimentos, como temos vindo a repetir, tem sido objeto de valorização imobiliária desde 2009, em virtude da construção do Shopping Pátio e, em 2010, com a inauguração da fábrica da Coca-Cola. Esse processo acelerado que visa a finalização destes empreendimentos não se vê em outras partes da cidade, mas no caso bairro do Benedito Bentes essas construções são quase que simultâneas: comércio, indústria e residência.

percebe o quanto esse bairro é desigual. (...) Tanta violência na região por causa das drogas e da violência e de tanta gente que vem morar aqui. Chega um momento que fica difícil dar conta de tanta gente e de tantos problemas numa única região. Isso entristece todo mundo, né? (CM, 59 anos, Conselheiro Tutelar, 08/01/2018).

Apenas para enfatizar mais uma vez, quando foi lançado, em 1986, o conjunto habitacional, que nos anos 2000 viria a se tornar bairro, esteve munido de um planejamento específico para atender pouco mais de 4 mil famílias: com escolas, rede de esgoto, transporte (um único ônibus), um ponto de policiamento. Alguns dos moradores criaram algumas redes comerciais justamente para atender outras necessidades que ia surgindo no cotidiano e que era um grave de mobilidade urbana. Ter que transitar do bairro para outras áreas dependendo de um único ônibus figura entre os primeiros desafios do bairro. Mesmo com um número maior de ônibus e outras formas de transporte na região, às relações entre o centro da cidade e o aglomerado esbarra nos aspectos de transporte. Esse aspecto, por isso mesmo, está fortemente relacionada com o problema da habitação, porque é precisamente em razão da forma como os conjuntos habitacionais estão distribuídos que os entraves a mobilidade prosseguem.

Do ponto de vista da atual estrutura e subdivisão urbana do bairro, observa-se que tais alterações ao longo das últimas décadas, formou mais de 80 logradouros, várias avenidas, e os seguintes conjuntos habitacionais: José Aprígio Vilela, Benício Mendes, Celly Loureiro, Frei Damião, Jardim Paraíso, João Sampaio II, Luís Pedro III, Moacir Andrade, Selma Bandeira, Paulo Bandeira, Parque dos Caetés e Morada do Planalto. Os loteamentos Alvorada, Bela Vista, Pôr do Sol, Nascente do Sol, Carminha, 1º de Junho, Geraldo Bulhões, Parque das Américas e as grotas da Alegria e da Caveira e muitos outras grotas e conjuntos integram o complexo Benedito Bentes. Some, ainda, um forte comércio com aproximadamente 825 estabelecimentos comerciais e muitas indústrias.

Devido a sua localização periférica ainda possui muitas áreas não ocupadas e de uso rural, sendo que, mesmo estas, começaram a ser urbanizadas com é o caso do conjunto José Aprígio Vilela, no qual o acesso é feito por meio de estradas de bairro. Esse conjunto foi construído para abrigar famílias removidas que moravam em barracos improvisados à margem do Dique Estrada, na laguna Mundaú, e das ocupantes de prédio desativado do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no

Centro. Próximo a este conjunto, dois novos foram construídos, o Residencial Parque dos Caetés, com 2.976 unidades residenciais, e o Residencial Morada do Planalto, com 1.200 unidades (CAVALCANTI, *et al*, 2015).



Figura 15 – Conjunto José Aprício Vilela, Residencial Parque dos Caetés e Morada do Planalto.
Fonte: CAVALCANTI, *et al*, 2015.



Figura 16 – Conjunto José Aprígio Vilela, Residencial Parque dos Caetés e Morada do Planalto.
Fonte: CAVALCANTI, *et al*, 2015.

Novas etapas de estruturação urbana, novas famílias e novos grupos sociais, nova sequência da construção de núcleos de gênese legal e ilegal no interior do bairro. Contribuíram estas iniciativas para um aumento ou redução dos grupos residentes mais vulneráveis? Que efeitos tiveram sobre as condições de vida dos residentes já estabelecidos? Estas perguntas deveriam integrar os discursos em torno dos processos em que a ênfase colocada é a redução do déficit habitacional. Porque, em boa medida, assenta na importância que o entendimento de uma realidade complexa, como a que se tem observado, pode vir a influenciar não apenas nas políticas e nos projetos que são pensados para combater certas desvantagens locais. Existem linhas de argumentação que questionam os objetivos últimos destas políticas, para quem a forma como estado tem conduzindo tais projetos passa a fortalecer essas desvantagens e enfraquecer as redes de sociabilidades.

Atualmente, o bairro do Benedito Bentes é formado por 30 conjuntos habitacionais, 19 grotas e um pouco mais de 200 mil habitantes⁴³ e, como temos observado, é um dos territórios mais vulneráveis à criminalidade da capital alagoana.

⁴³ De acordo com a Agência de Alagoas, para o ano de 2016. Ver, <http://agenciaalagoas.al.gov.br>

Então você tem uma *cidade antiga* em detrimento dos conjuntos novos que vieram para o II. O II que foi comprimido nos conjuntos que vieram nessa sequência e o número de grotas e áreas verdes invadidas triplicaram dando uma conotação que suprimiram o I e o II. Hoje você tem o I na sua arquitetura, numa situação financeira melhor, mas ele permanecendo, não cresceu tanto ficou aqui. A redondeza dessas invasões é que deu essa conotação. Na verdade hoje o Benedito é cercado por grotas. Você pega da Grota do Mucambo e vai até a grota lá no II num córrego só... As grotas é como o Rio São Francisco com casas construídas ao lado. Você pega do Mocambo e vai até a Grota da Alegria. Além das áreas rurais que só não foram invadidas por causa dos grandes proprietários. (...) A índole dessas pessoas, eram e são boas, aqui tem muito servidor público, os primeiros moradores quase todos eram policiais ou família de policiais, então era esse o contexto. Com o passar de 10... 15 anos e com a **política cerceadora da prefeitura e o poder público em construir conjuntos nas áreas livres do Benedito Bentes, para trazer e tirar as favelas de Maceió, da beira da lagoa... e aí começou a mistura o que a gente diz: o bom com o ruim. Não descartando que existem muitas famílias de bem que vieram pra cá e estão muito bem. Famílias boas, bacanas, de respeito e tal. Mas, no contexto geral vieram muitos costumes diferentes. E ainda sem rentabilidade fixa. Se você observar hoje, você pode ir em qualquer delegacia você vai perceber que o índice de violência está no Benedito Bentes como um todo. Mas quando você vai localizar a violência, ela não está no Benedito Bentes I e no Benedito Bentes II, nesses dois núcleos ela não está. Se você for pros condomínios, também não está. Aonde é que a violência está? Na periferia do Bio e mais às vezes ela nem está, ela vem ao encontro do que já está, são as facções e tal. Então, ela vai se permeando e se misturando na vida das pessoas. Você tem que ir na 1º de Julho, na Carminha e nos outros conjuntos que não pertencem ao projeto original. Mas quando saí na mídia, a imagem que se forma, a imagem que tem da violência, a mídia diz: mataram um, arrancaram a cabeça de um NO BENEDITO BENTES, então joga pra dentro do Benedito Bentes toda a culpa. Mas eles não conseguem dizer assim: foi no Paulo Bandeira, foi no Carminha, foi no Frei Damião, foi no Luís Pedro, foi na Cidade Sorriso... conjuntos integrantes do Benedito Bentes. Aí eles contextualizam tudo (CM, 59 anos, Conselheiro Tutelar, 15/01/2018) [grifos do autor].**

Não sendo o fator único de explicação, a relação crescente do surgimento de novas unidades habitacionais no interior do bairro, cuja transmissão de valores e empatia não se efetiva, tende a facilitar a não conformidade com às normas sociais e a modelar o desenvolvimento de ações delituosas. Falar das vivências no seio da família e de como as crianças iam se adaptando a essa nova realidade, com os entrevistados, põe-nos em contato com a questão da natureza das delinquências e com os conflitos pela disputa por espaço entre os jovens.

O fato das ocupações irregulares e das invasões às áreas verdes terem, praticamente, acompanhado os períodos iniciais da formação do território, os conflitos cedo começaram a se manifestar. Cedo se verifica, também, a estigmatização das grotas e dos indivíduos que ali são residentes. Cada grota que surgiu e cada conjunto

que foi implantado no bairro, com formações socioespaciais específicas, simultaneamente quando passam a integrar o bairro, o resultado se configura numa segregação local. E numa tentativa de interação com os demais, para participar de um jogo de futebol, ou fazer uso de outros espaços do bairro, suas inclinações são frustradas pela hierarquia daqueles que *de fato são os moradores do bairro*. Neste intenso processo de adaptação social e conformidade com as regras implícitas, incorporando o estigma associado a *ser pobre, ser invasor, nem ser do bairro*, outros caminhos traçados para sustentar sua presença no bairro é a violência.

Pode ser que esses números de violência aqui não sejam tão altos, que tenham aqui em Maceió lugares mais violentos. Mas nós temos hoje uma imprensa muito de alarme, claro. Sim sim. E o Benedito pegou essa imagem, o nome, a encarnação de um estigma do bairro mais violento. É um lugar afastado, periférico e que pegou essas marcas pelo tamanho dele. Você vê, por exemplo, você tem... Chã da Jaqueira, ela tem seus problemas, mas não é tão falado. Clima bom, é pesado, mas não é tão falado. Feitosa... O Jacintinho tirou esse estigma de lugar violento. Hoje ninguém fala como lugar violento. Fala do comércio. **No caso do Benedito ele pegou essa fama, e sabe por que também? As questões políticas levaram o Benedito Bentes ao topo. Se você observar tudo que acontece de experimento do poder público é aqui. Ai você atrai a mídia pra cá. É aqui. Vou nem falar mais dos conjuntos pra não parecer repetitivo. Nesses bairros todo, qual o único que tem um restaurante popular? A primeira base de polícia comunitária? Que outro bairro você encontra com faculdades? É tudo aqui. E mesmo assim, tudo isso é no I. Porque com tanta grota e conjuntos que existem no II, se essas coisas fossem pra lá não daria conta de todo mundo. Essas coisas vem pra o Benedito não vai pra outro lugar não. Entendeu? Outra coisa, aqui já tem um calendário definido de festas. Qualquer festividade, São João, Réveillon e outras coisas, eles isolaram aqui pra ninguém descer pra Orla. Os ônibus diminuem até parar, pra que quem é daqui fique aqui. Qual o nome disso? Entendeu? Ou seja, você tem violência dentro do bairro e tem uma violência que vem pra dentro do bairro. É a política interferindo na vida comunitária (JR, líder das grotas, 15/08/2017)[**

Por essas colocações é possível depreender-se que nesse estudo, o bairro e suas transformações está diretamente ligada as transformações gerais da sociedade que a envolve, no caso a capital alagoana. A mola propulsora dessas intervenções no bairro seria, portanto, a expansão que a cidade tem sofrido. O aglomerado urbano, do qual temos vindo a observar, se expande territorialmente em sua malha periférica reproduzindo novas fases iniciais de um processo complexo e intenso da urbanização. Além disso, o encurtamento das distâncias (da periferia ao centro) favorece à concentração de desvantagens sociais e potencializa o surgimento da criminalidade e da violência na região. O bairro apresenta um grande número de prédios

abandonados e terrenos vazios, que aos poucos são ocupados por lixões E também estão vinculados a pontos de comércio de drogas. Ou seja, os espaços livres do bairro são vividos pela tensão, fonte de ansiedade devido ao medo de se tornarem vítimas em algum momento da violência. Compreendemos, então, como a formação de populações socialmente heterogênea pode constituir uma 'afirmação' para a desorganização social (SAMPSON; GROOVES, 1989). Essa desorganização que é símbolo do mal-estar suscitado pela delinquência, pelas redes de tráfico e pela violência.

Tráfico de drogas é complicado até de falar. O tráfico é grande e é forte. Em todos lugares hoje, né? Mas aqui, bom, as escolas estão invadidas. São ocupadas, são pontos principais do tráfico. É o local onde eles sabem que é maior facilidade, mais atrativo. Encontra tanto quem consome, quanto quem pode repassar pra eles. E isso vira um ciclo. Que, infelizmente, só acaba quando alguém morre. Além da dificuldade social e econômica das pessoas... tendo que colocar o pão na mesa, mas sem emprego, sem oportunidade, vivendo... vivendo não que isso é sobreviver. Sobrevivendo com uma mixaria, infelizmente é isso. Entram num caminho que não tem volta. Não tem quem garanta os direitos, quem dirá o alimento. Então, essa vulnerabilidade entra nas escolas, que não está preparada, e na vida dessa juventude que se depara com outros adolescentes do mesmo patamar social e de comportamento, juntando tudo isso não vai dar boa coisa. E o bairro não tem espaço, nem tem projetos para incluir essa juventude. (...) Alguns casos são mais assustadores que outros. Aqui o que é mais perigoso é você ser parecido com alguém que é rival ou foi rival em algum momento da vida. Nós já tivemos que tirar, só esse ano, 4 daqui porque foram confundidos com membros da Mancha ou do Comando. Tem muitos que saem do Bio por conta disso. Saí mesmo, se não sair morre. Isso tudo é uma violência que só quem é do bairro sabe, a mídia e as outras pessoas só sabem quando vem o corpo no chão (L.H., líder comunitário, 20/07/2017).

O grande problema da violência aqui é o seguinte: quando a violência explode em algum bairro, o estado monta uma força tarefa e vai em cima pegar o bandido. Quem tá traficando, quem tá matando, vai em cima. Ai prende e neutraliza. Se essa estratégia fosse pelo lado social, pelo lado do investimento, você teria, por exemplo, além de diminuir a violência, uma forma de atrair grandes projetos do governo. Se você tem em cada escola, pequenos projetos, se você tem nas próprias comunidades também pequenos projetos, sabe, projetos profissionalizantes, educativos que ocupem a juventude para que ela não seja atraída pelo tráfico de drogas. Mas não... aqui se vier algum projeto para o bairro está na mão de alguns políticos que faz o que quer, beneficia os seus eleitores. E as vezes, promove até o que não presta, cria uma competição de que "tal" comunidade está com "tal" projeto e a outra comunidade que também precisa.... termina gerando ainda mais violência entre os grupos "a" e os grupos "b". Jovens que vão se matando de graça, por pouco, que deveria era tá recebendo incentivo até para melhorar a própria comunidade. Cultura, educação e esporte são três caminhos pra qualquer lugar bom pra se morar. Ai você tem o que aqui... vários vereadores que chegam e dizem que botaram um milhão, um milhão e meio... pra quem? Porque pra acender uma luz no poste ou concertar uma escadaria aqui, os próprios moradores tem que da um jeito. Aí a população

perde o medo de cometer um crime, aí assalta, aí rouba, aí entra numa facção e por aí vai (M02, ex-líder comunitário, 09/05/2017).

Essas situações relatadas não são exclusividades do bairro do Benedito Bentes. Está presente em outros segmentos da cidade de Maceió. São situações complexas que, a bem da verdade, exigem respostas cuja consequência interfira diretamente no desenvolvimento das relações entre as comunidades e na qualidade de vida das famílias que passam a residir no local. Esses argumentos levam-nos a considerar como a desvantagem social e a violência também reside nos modos de organização do cotidiano, ultrapassando todos os segmentos da região. Transparece a ideia de uma certa insatisfação quanto as ações governamentais que se sustenta na verbalização dos conflitos diários e de um sentimento de perda perante a precariedade econômica e as privações do ambiente.

Na busca por soluções mais sistemáticas para o problema social da habitação em Maceió, o poder administrativo municipal e estadual vão superlotando as áreas de periferia, enfraquecendo as redes de sociabilidade, e conseqüentemente, as condições estruturais e conjunturais, passam a ter efeitos socialmente excludentes (CALDEIRA, 2000; COSTA, 2008, IVO, 2010; QUEIRÓS, 2013). Eis, portanto, o cenário das periferias e dos aglomerados urbanos que, em boa medida, define os modos de vida de tantas pessoas, porque interage diretamente com as hierarquias simbólicas da cidade, definida pela distância física e social, e pelas relações socioeconômicas fundamentais para a dinâmica centro-periferia. Planejamentos e soluções que buscam dialogar com as desigualdades das cidades carecem de conhecer em que condições se encontram os bairros de periferia.

A violência e a criminalidade no cotidiano acentua-se, dessa forma, pela degradação dos espaços e dos equipamentos públicos, pela inferiorização da imagem do outro (estigma), que passam a constituir como forma de violência (agressões, assaltos, homicídios) ou de privações (pela ausência de recursos básicos), pelos efeitos que acarreta, em termos sociológicos, a desorganização social entre os residentes. Nossa preocupação não tem sido apenas de falar da violência ou da evolução da violência, mas procurar compreender, por meios das percepções dos moradores, os obstáculos e desafios presentes no cotidiano das pessoas.

4.1. Grupo Focal – Território do Benedito Bentes

O sistema ele é o próprio agressor. O sistema é a própria pessoa que mata o jovem hoje e que tira a vida de muita gente. (...). É muito difícil morar na favela e saber que a pessoa que nos ajuda é o traficante. Então, o próprio sistema é o que discrimina, é o que mata, é o que acaba induzindo aquele próprio jovem a matar um dia (M.D., 17 anos, 18 de maio de 2016).

Não tenho medo das gangues, nem da delinquência, nem da violência presente no Benedito Bentes. O que me dói é ver uma criança comer lixo na porta de uma escola (Professora, 50 anos, 03/10/2017).

No que diz respeito a percepção da violência, uma peculiaridade dos depoimentos é a maneira pela qual os entrevistados falam da violência em seus espaços de residências e fora deles. Como a pesquisa foi sendo conduzida pelas indicações de um morador para um outro (vizinho de rua, de loteamento, de conjunto, da grota), os discursos acerca da violência nas residências são bem mais contidos que quando se tem oportunidade de falar em outros lugares. A fala do jovem, que abre esse capítulo, é exemplar desta questão. Essa fala é registro do *Seminário Alagoas Construindo os Caminhos da Prevenção à Violência*⁴⁴, organizado pela Secretaria de Estado de Prevenção à Violência (SEPREV) em parceria com a Universidade Federal de Alagoas⁴⁵, com a Secretária da Mulher e dos Direitos Humanos e com o Fundo de Amparo à Pesquisa de Alagoas – FAPEAL.

Neste seminário estiveram presentes as lideranças comunitárias que participaram de grupos focais, para definir a formação e as diretrizes dos *Comitês Locais de Prevenção*, que passam a contribuir na logística de identificação e execução de políticas de prevenção aos territórios vulneráveis: “está é uma oportunidade em que governo e a sociedade têm de caminhar juntos para a construção efetiva de políticas públicas para nortear os planos de atuação nos seis territórios definidos”⁴⁶, disse o governador na ocasião do evento.

⁴⁴ Que foi realizado no dia 18 de maio de 2016, objetivando discutir e apresentar uma metodologia de construção de planos locais para auxiliar na redução da criminalidade nos bairros de Maceió.

⁴⁵ Essa parceria entre o estado e a universidade, naquilo que diz respeito ao diagnóstico da violência em Alagoas, tem sido alimentada pelo Instituto de Ciências Sociais, mais precisamente pelo grupo de pesquisa Laboratório de Estudo de Segurança Pública (LESP), coordenado pelo Professor Emerson Oliveira do Nascimento, no qual sou integrante.

⁴⁶ Ver, <http://www.seprev.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2016/maio/seminario-abre-caminhos-para-politicas-de-prevencao-a-violencia-nos-bairros>

De fato, essa não é apenas uma ação pautada no fortalecimento de estratégias que visam reduzir os problemas de cada território, é também uma ação inovadora para o cenário alagoano. O diálogo com os representantes comunitários justifica a dramatização da violência nestes territórios ao mesmo tempo em que irrompe com a ideia de que a segurança pública é obrigatoriedade das corporações policiais. Essa proximidade com as populações, destes territórios, tem sua importância na tentativa de construção de ações concretas norteada pelas necessidades das comunidades.

Assim, selecionamos algumas narrativas pertinentes ao território do Benedito Bentes e passaremos a reproduzi-los logo abaixo. Participaram desse momento jovens, diretores escolares, assistentes sociais, líderes comunitários e moradores do bairro.

É tudo que nós já conhecemos (...) mas tratam como algo novo (...) dentro de uma coisa que a gente já conhece que é a questão da violência, que ela está dentro de casa, dentro da escola, dentro da polícia. Então, o que eu vejo... e é muito cinismo do sistema governamental (...) até porque eles fazem levantamentos, eles conhecem os dados, que o Benedito Bentes ou qualquer outro bairro que esteja neste núcleo não é novidade para a segurança pública do estado de Alagoas, nem do Brasil. Eles têm conhecimento de todos os dados e do que gera a violência. O que gera a violência, em todo o Brasil, é a falta de seriedade dentro das políticas públicas (...) é uma falta de respeito desse sistema que mata, como ele falou com tanta precisão, que mata, que rouba, que estupra. E mata mais do que o revolver, porque é a fome, é a miséria... aí vai lá e diz que é por causa da família. A família do negro e do pobre que tá lá na periferia. Aí esses sofrem as consequências (...). Quando o comandante diz assim: bate, desce é pra arregaçar e aí ele não vê quem é que está lá, se é a dona de casa, se é o professor (...) porque tem uma tatuagem aqui... desce a lenha. E a periferia é lá o relógio, o cartão, é quem marca o tempo e a hora e o destino (...). Então dizer que o sistema de governo administrativo desconhece essa realidade, sabe que é ausência de políticas públicas sim, são os equipamentos públicos sucateados, essa praça, esse posto, essa escola (...) tudo isso gera essa violência. Aí de reboque vem a interferência de programas inadequados, tipo esses plantões de polícia que só aguçam a violência. Esses programas também contribuem para a violência (...). Será que não sabem que um cadeirante, pra tomar um comprimido ele pega da grota da Alegria, lá de baixo pra subir, não tem escadaria, não tem iluminação, é um paredão, não tem esgoto, então o que é isso? Isso também não é um ato de violência? (...). Eu fui conselheiro e senti na pele... você pega uma criança, de 09 anos, com um revolver deste tamanho na mochila e que vai pra escola, que é aviãozinho do tráfico (...) e aí a família toda já é desgraçada. Isso me indigna. Então, de que forma eu posso contribuir para diminuir essa violência? E esses daqui? Já contribuimos, a G. com o artesanato, o C, com trabalho social, aquele com trabalho na capoeira, eu com trabalho na cultura, esse na poesia, fora o conselheiro, esse como juventude. Nós já demos a nossa parcela de contribuição. O sistema é quem não respeita as próprias leis (Senhor T. V., 50 anos, 18/05/2016)

Desde o início do Carminha [*Conjunto Habitacional*], em 2001, já se foram 62 jovens vítima da violência e das drogas, da falta de oportunidade (...) de um curso profissionalizante, que ele vai ter o dinheirinho dele, aí o traficante não vai ter vez não. Pra você ter uma ideia, vários traficantes que morreram lá

perto de onde eu moro, eles não vinham lá na minha instituição, mas mandava alguém e dizia: irmã, coloque meu irmão aí, porque se eu sair de lá eu morro. E realmente morreram. Hoje tem filho de traficante lá que são professores de capoeira, são pais de família, tão dando aula, tão ganhando o dinheirinho deles (...) Eu sou um dos poucos líderes comunitários que faz um trabalho social com o 5º Batalhão da Polícia e nunca nenhum traficante chegou na minha porta pra dizer assim: vou te matar. Porque eles sabem que quando a polícia ia lá era pra ajudar de alguma forma, com doação de roupas, uma brincadeira com os jovens, uma cultura, entendeu? Mas não é só disso que precisa, é um curso profissionalizante que aquele jovem ali tenha educação e tenha trabalho (Senhor L. G, 18/05/2016) [*grifos do autor*].

Se o governo federal instituiu [*o bairro do Benedito Bentes*] como Território da Paz é porque eles [*Estado*] sabiam que era a área mais violenta da região de Maceió. Mais vulnerável. Aí de lá pra cá [2005], meus amigos, diga-se: que trabalho foi investido lá pra diminuir, pra erradicar não, vamos colocar diminuir a questão da violência? E a violência maior... vamos pegar como ponte o Carminha e o Sorriso [*Conjuntos Habitacionais*], a violência maior, à vista, a olhos nus, são essas implantações patrocinadas por eles [*prefeitura e estado*], para limpar a cidade pra turista tiraram as favelas das orlas, das praias de Maceió e colocaram todas no Benedito Bentes. Sem infraestrutura, sem saneamento básico, sem escola, sem hospital, sem creche, sem absolutamente nada. Colocaram todas as pessoas lá como se fosse um campo de concentração. Passados 10/15 anos vem trazer o remédio. E o remédio é esse: perguntar aos famintos onde é que está a comida. Oh!: eu te mato, eu te discrimino, eu te esfolo, tal, ai depois do cabra já morto de baque, como se diz no interior, aí se aproxima e diz: rapaz, diga ai como é que eu faço pra te salvar? Eu to de baque, morto no chão e é você quem tem a caneta, você tem toda... agora, vamos pra questão nacional pra chegar na resposta municipal. Nós temos um sistema (...) perverso que determina quem privilegia (...) a gente já não tem paciência pra sentar com o governo municipal ou estadual pra fazer planejamento, dar subsídios para o que o estado já sabe. Você um 5º Batalhão pra região do Tabuleiro, onde na prática 5 policiais atende a população de 200 mil habitantes no Benedito Bentes. Então você tem um estado que perdeu o controle do Benedito Bentes (...). Já gastaram 80 milhões na Eco Via Norte [*abertura para bairros adjacentes, como os localizados as regiões de praia*] em barro, porque não fizeram mais nada. Isso é antiético. A gente está discutindo o que aqui? (C.M, 59 anos, 18/05/2016) [*grifos do autor*].

[No bairro] nós temos gestantes que abortam e quatro dias depois voltam a fazer programa. Não posso confirmar sem laudo médico, mas tenho certeza que muitas delas morrem nesses abortos. Isso porque a gente mantém um diálogo aberto com elas. Mas, as mães não são nada educadas, chega lá e diz: essa rapariga, pode dizer a ela que não quero ela na minha casa mais não, porque ela está dando em cima do meu macho. A menina tem 09 anos (...). E tem outros pais e outras mães, que elas próprias entregam as filhas de 09/12 anos... tô mentindo? E dizem: ela gostou dele... qual a idade dele... a ele tem 40 anos, vai cuidar dela... ele cuida tão bonitinho dessa menina. E isso não é novidade lá no bairro (Senhora B. V, 47 anos, 18/05/2016) [*grifos do autor*].

Alguns problemas são recorrentes nas falas dos entrevistados, dado que partilham de um ambiente comum as atividades do cotidiano. Algumas, de certo modo, ganham maior dramaticidade em função de acontecimentos que atingem de maneira mais específica uns que outros. Apesar do claro inconformismo com muitas ações que

são direcionadas ao bairro e dos problemas presentes no bairro, não é comum o discurso quanto a *sair* do bairro. Por exemplo, muito entrevistados conseguiram ao longo dos anos ampliar a estrutura das casas, aumentando cômodos, erguendo muros, colocando grades que, com efeito, particulariza a relação familiar e promove uma ligeira sensação de segurança.

4.1.1. Insuficiência do planejamento urbano e os aspectos da desorganização social

No bairro, o confronto entre o número de aglomerados populacionais existente e o ritmo acelerado dos planos de urbanização não pode ser tomado como rigor de número de unidades e conjuntos habitacionais apresentado, visto que, com efeito, só um pequeno grupo dos mais importantes dessa localidade poderá aspirar a um planejamento de sua estrutura urbana compatível com uma lógica de *controle* e *segurança*. Os planos de revitalização são elaborados para as áreas mais importantes, como aquelas localizadas próximo ao *Shopping Centers* e as redes de indústria e comércio da região. Que, com efeito, passa a abranger, por tanto, parcela muito maior da população do que à primeira vista poderia se supor.

Evidentemente, o crescimento dos setores de comércio e indústria provoca a expansão da zona urbana, ao mesmo tempo o fluxo de pessoas em direção àquela localidade aumenta numa busca para ocupar as atividades industriais e de serviços (como a recém-chegada de uma empresa de Telemarketing). Mas, o fato é que essa migração, com efeito, reverte-se como fonte dos graves problemas da expansão urbana. Isto é, surgem novas necessidades de habitação e mecanismos adequados as novas estruturas urbanas, ou seja, um novo planejamento urbano.

Como foi possível observar, os estudos sobre cidade têm vindo a identificar uma série de problemas associados a estratégias de implementação, reestruturação, realojamento urbano e dos efeitos daí decorrentes para os modos de vida das populações. Justamente por entender que, em cada contexto, estão subjacentes valores e objetivos que tendem a influenciar certas características da área residencial que provavelmente *não era* sentido em termos de sua formação. No estado de Alagoas, de precária urbanização e desordenada concentração populacional, é nítida a importância de se investigar os movimentos de formação e transformações destes territórios. A literatura sociológicas e antropológicas, nesse sentido, vêm fornecendo

mecanismos para se pensar e olhar a cidade, o bairro e a vida urbana. Num sentido mais amplo, promovem relevantes diagnósticos de orientação para se somar ao fomento de projetos com viés de indicadores apropriados ao nível das aspirações da população e dos elementos próprios da estrutura urbana.

Igualmente importante, nesse caso, são as narrativas e os sentidos percebidos pelos moradores sobre a infraestrutura do espaço, dos desafios, dos desencantos, da angústia experimentada na vida periférica. Uma percepção que contribui para demonstrar os fatores que caminham em paralelo aos altos índices de violência na região: fala-se do tráfico de drogas, das gangues que vão se fixando no território, das injustiças e dos medos diários. Aponta-se para *aquela* que invadiu, para *aquela* que veio *daquela* área, *aqueles* que são discriminados pela cor, pela origem social, pela condição social que é um discurso reforçado pela estigmatização e consequente exclusão social. O elemento da estigmatização do bairro e de seus moradores, e dos moradores com os moradores, tornou-se um obstáculo para interação entre os grupos. A estigmatização e a visibilidade negativa anexada ao bairro é, sem dúvidas, um dos suportes da violência dessa periferia.

Os relatos assumem diversas configurações: em função do que se observou; em função da reflexão e sistematização que certos dados exigiram; do confronto com as múltiplas perspectivas teóricas e dos significados que os atores sociais atribuíam para determinados fatores; seja, enfim, pela evidente dramatização emocional dos problemas que afligem a noção de viver em um complexo habitacional. Como as políticas habitacionais estiveram na base da construção do bairro e seguem claramente com a implantação sucessiva de vários conjuntos habitacionais, os moradores incorporam em suas condições sociais esse ordenamento do território. Representando-os como espaços de concentração de desvantagens sociais que, atrelado aos problemas de mobilidade urbana e tráfico de drogas na região, potencialmente inibem uma efetiva e segura participação na vida social local.

Mesmo que, de certo modo, a população migrante encontre uma parte de sua identidade assimilada a urbanidade daqueles que estão estabelecidos (WIRTH, 1938; ELIAS, SCOTSON, 2000), tendo o indicador de classe popular ou de território como característica geral dos conjuntos habitacionais do aglomerado, facilmente percebemos que a interação é truncada. Em parte, isso se traduz pelo estigma quanto aos moradores dos conjuntos habitacionais e, particularmente, como resposta a invasão das grotas. Resulta daí uma etiquetagem social como processo de

estigmatização (GOFFMAN, 1988) que pode conduzir à uma interiorização de um papel negativo cujos efeitos tenderão a repercutir-se no evoluir de um trajeto de vida pessoal que tem a violência como forma de inserção das dinâmicas locais.

O próprio fato de os moradores do bairro argumentarem que *não frequentam* as grotas é sinal de que aquele é um lugar percebido como não pertencente às dinâmicas sociais do bairro. Isso sugere uma segregação ou um isolamento de determinados grupos, pela localização que se encontram, pela invasão as áreas verdes, pela *imagem* que representam para o bairro. Como mencionamos, as grotas existem e acompanham a trajetória do bairro quando ainda era conjunto. Apesar do significativo número de casas, há ainda construções de barros e lonas, muito em função de novas invasões. Essas novas invasões que passam a ser motivo de preocupação e vigilância para quem já é morador das grotas. Essa relação traduz-se num ciclo constante de desconfiança e medo, principalmente pelo caráter provisório de muitos que invadem.

Assim vamos acompanhando uma interiorização do estigma e de outros problemas que se apresentam em camadas. É a cidade que não consegue dar conta dos problemas do bairro, não cria dispositivos para solucionar os problemas habitacionais, de saúde, de educação, tampouco de segurança. O bairro passa a ser representado por uma divisão de núcleos habitacionais (I e II), conjuntos habitacionais e grotas. Em que cada grupo, de algum modo, vai se segregando e se excluindo de suas atividades quotidianas. Doutro modo, é o medo, a insegurança, as histórias de crimes violentos que passam a inibir as interações entre as pessoas. Ora, mas não deveria ser o bairro um território em que as pessoas partilhariam de maneira mais intensa as relações sociais?

O bairro tende a ser vivido e entendido como sítio específico, diferenciado da cidade envolvente, como cenário profundamente conhecido, nos seus meandros, e reconhecido, nos elementos físicos alvo de valorização patrimonial externa, como palco de episódios quotidianos, banais ou excepcionais, mas, em todo o caso, intimamente constitutivo da experiência existencial de cada um. Além disso, o bairro é sentido e referido como meio social de caráter popular, onde se vive de maneira específica, para o melhor e para o pior, com os seus laços entrecruzados de parentes, conterrâneos e amigos, sócios de coletividade locais e simpatizantes de clubes desportivos, colegas de trabalho e camaradas de partido. Meio social onde se vive, também, com as entreajudas, as formas de convívios e os conflitos entre vizinhos, com as maneiras de ser e de agir. (COSTA, 2008, p. 96-97).

A forma descrita por Costa (2008) e a maneira como os moradores descrevem o bairro do Benedito Bentes, atribui um sentido de personificação da a estrutura que não só sustenta as ações quotidianas como ela é, ao mesmo tempo, ativa. Isto é, a dinâmica territorialmente desenvolvida se encontra intrinsecamente interligada a história de vida do bairro. Do mesmo modo como as pessoas sinalizam sobre as mudanças, ao longo do tempo, de sua trajetória pessoal, também o fazem para sinalizar as modificações ocorridas no aglomerado. É uma relação do imaginário que tem respaldo nas múltiplas formas de negociação, disputas e partilhas na trajetória de vida do território.

Implicitamente associado aos processos de socialização, os novos modelos urbanos, conduzido pela natureza das políticas de habitação, tendem a dispersar mais os padrões de violência pelas cidades e pelas metrópoles, marcando profundamente as relações locais, num espaço em que se cruzam influências econômicas, sociais e disputas territoriais. No quadro de desorganização social, está ideia aparece fortemente enraizada em determinados grupos da população residente quando relembram situações de violência experimentada e vão interligando esses momentos com os espaços de acontecimentos. No que respeita à percepção dos entrevistados e das narrativas realizada com o grupo focal, estes consideram, de uma forma geral, em relação ao aumento da violência, uma participação do estado como potencializador desta violência. Pela forma como tem gerido e planejado, desordenadamente, projetos urbanos que não estão preocupados em solucionar problemas *do* bairro, mas estão *limpando* a cidade, as orlas e a praia, para atender um público elitizado que vem passar férias na região. Promove-se, assim, um isolamento social, uma superlotação populacional em um território específico, que é, de acordo com as narrativas, receptáculo de um conjunto de experimentos, *rótulo negativo e estigmatizante*, do desenvolvimento da capital alagoana.

É certo que muitas iniciativas desenvolvidas ao longo dos trinta anos de construção do bairro vieram melhorar a oferta e a qualidade das estruturas de apoio a população, particularmente aquela próxima ao Shopping Pátio, mas também a alterar a composição social e territorial do bairro. O impacto de tais alterações recaí nas estruturas de sociabilidade e no fortalecimento de estigmas e desvantagens para uma *outra* população que se encontra carente e esperançosa por modificações efetivas desde a formação do bairro do Benedito Bentes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação social sobre a problemática da violência não é nova. Entretanto, nos dias de hoje, adquire uma especial relevância pelas questões sociais que coloca em causa no seio de uma determinada sociedade, especialmente quando reportada à criminalidade violenta em áreas de periferia. Procurou-se, com esta investigação, estudar as relações emergentes entre os modelos de urbanização vigente, em que se integra a implantação de um conjunto de empreendimentos imobiliários e as condições de moradia nas grotas, e a produção da violência no bairro do Benedito Bentes, maior aglomerado e mais notável instância de habitação popular da cidade de Maceió/AL. Essa problemática esteve baseada em duas hipóteses: por um lado, as relações sociais estão fortemente desestabilizadas em razão do contínuo processo migratório para a região; por outro lado, a violência constitui, nessa lógica, uma resposta aos processos de adaptação social e reestruturação do bairro.

A análise desenvolvida, tendo presente uma orientação teórica e conduzida pela recolha de dados empíricos, a partir das entrevistas semidiretivas, assim como dados secundários provenientes da SSP, do IBGE, da SEPLAND, SEPLAG, dentre outros, serviram para encontrar pistas e descobrir novas maneiras de pensar e colocar o problema da violência na realidade investigada. Importa reter que, tratando de um fenômeno plural, as questões relativas aos problemas do bairro estão longe de esgotar o que aqui é apresentado.

No entanto, é de se assinalar a condição social de uma parte significativa de moradores do bairro, dando-lhes visibilidade sob uma ótica diferente, cuja abordagem é fundamental para melhor compreensão e conhecimento sobre os modos e processos de socialização dos que vivem no território. É relativamente recente a construção do Benedito Bentes, tendo sido inaugurado em 1986, e ainda mais recente tem sido o alargamento de suas vias, a exploração de áreas verdes e terrenos vazios para construção de unidades habitacionais ou que se servem para ocupações irregulares. No plano externo, também a cidade de Maceió passa por um intenso processo de reordenamento populacional e territorial. Retira uma comunidade inteira de determinada região e as direciona para aqueles territórios 'ainda pouco explorados' e que ainda 'suporta' um número maior de agregados.

Nesse transe de realojamento e remoção, fica sob responsabilidade dos que são transferidos criarem condições para se readaptar ao local de moradia e aos que ali são residentes. Por um lado, a evolução da sociedade alagoana mostra-nos uma tendência de preferência pela vida urbana, quer pelo fluxo da população às cidades, quer pelo fluxo propriamente para aglomerados presentes no interior das cidades. Por outro lado, essa evolução não é apenas constatada por essa migração; pelo contrário, é confirmada e fomentada por *planos* e *projetos* a cumprir, expresso em instrumentos de uma outra ordem de interesse, que é econômico e também político. Doutro modo, seria impensável abruptas remoções e realojamentos populacionais em sentido inverso, pois se assim o fosse, negaria a perspectiva de um desenvolvimento urbano e valorização de áreas em que esses grupos humanos se encontram *do outro lado da cidade*.

Justamente por isso privilegiamos uma análise integrada aos processos de formação que vem correndo no bairro, em detrimento de um estudo que particularizasse os aspectos pessoais dos algozes ou das vítimas. Também porque a construção do imaginário social e midiático acerca daquele ambiente parecia alimentar um estatuto vividamente associado à criminalidade e uma série de desvantagens sociais. Uma rápida pesquisa meramente com o nome do bairro, seja nos jornais ou em sites abertos da internet, exibiu uma ação direta aos acontecimentos ocorridos em seu interior com destaque para os crimes e mortes violentas da região.

Feitas estas constatações, nossa preocupação seguinte era quem entrevistar no complexo habitacional para facilitar a percepção das ligações que envolvem a criminalidade e as transformações locais. Numa orientação que aqui foi seguida, acreditamos que aqueles moradores a mais tempo de permanência no bairro, vindos de outras complexas realidades sociais, melhor expressariam os fatores e as circunstâncias que influenciam e atravessam as suas trajetórias. Em suas recordações é que se manifesta uma avaliação comparativa entre o antigo e o atual contexto de moradia. Por sua vez, também fica patente nos discursos revestidos de estigmatização perante a implantação dos conjuntos habitacionais e mais fortemente presente nas invasões as áreas verdes, nomeadamente, as grotas. Essa situação adquire uma maior expressão nos residentes que se localizam como moradores do Benedito Bentes I, mas nem só este reconhecimento justifica os patamares do estigma.

O fato é que, na conjugação dos resultados obtidos, há que se salientar vários aspectos relativamente ao estigma. Nas comunidades percorridas do 'Benedito Bentes II', pode-se considerar sua repulsa a existência de *outros* moradores 'em seus quintais', designadamente nas imediações dos dejetos dos rios, numa linha estigmatizada que tende a desvalorizar o contexto das grotas. Essa questão vai se alargando para percepção de uma demonstração de que para os moradores do 'Benedito Bentes I', a violência no bairro evoluiu em detrimento do crescimento do 'Benedito Bentes II' que, para além do adensamento da malha urbana resultante dos empreendimentos imobiliários, agrega o maior número de grotas invadidas.

Uma segunda demonstração da evolução da violência, transparece na ideia de que, para um conjunto de moradores do 'Benedito Bentes II', esse fenômeno se insere naqueles grupos localizados nas encostas e grotas, que passa a ser 'esconderijo' de traficantes que, em função da localização, viria a dificultar às ações e às estratégias policiais.

Vimos, ao longo do texto, como os territórios são resultados, por um lado, de processos de investimentos (e de não investimentos) do poder administrativo municipal e estadual e, por outro lado, como também o poder administrativo pode vir a conduzir as engrenagens de desvantagens e desigualdades sociais, para quem o Benedito Bentes seria receptáculo de um conjunto de experimentação que se supõe findar problemas de outras ordens na estrutura da cidade.

Ao mesmo tempo, e no que diz respeito especificamente à sociabilidade local, com finalidade a perceber a construção dos relacionamentos sociais e dos usos com o espaço, sabe-se que as atuais circunstâncias nesta região revelam uma inquietação e desconfiança constante mesmo quando verificado os locais de moradia. Como observou-se, com as entrevistas, não é possível falar de um perfil de identificação coletiva, tampouco um sentimento de orgulho por ser morador. Contrário do que é possível observar em regiões mais antigas em que as relações de parentescos, os agregados, os vizinhos e as instituições públicas procuram promover uma tradição comemorativa manifestada pelos festejos nestas localidades.

O contexto de moradia, de residência, de lar, independentemente de e para onde se esteja a apontar, é mais do que simples cenário de interação entre os residentes. Que, de certo modo, vigora como destaques processos sociais e econômicos positivos da localidade. Mas, igualmente, e sobretudo, dos problemas tão explorado pela mídia local. O bairro, portanto, não deveria simbolizar isolamento

social, ausência de ligações que envolvem redes de relacionamento e práticas sociais (COSTA, 2008). Essas questões, no entanto, demonstram que chegou a oportunidade para se poder abordar com maior eficiência um grande número de problemas em aberto, cujas soluções carecem de atenção centrada nas particularidades locais, que dizem respeito aos problemas de saúde, de assistência, de salubridade, de abastecimento e qualidade de água e energia. Que não é exclusivamente um problema relativo à violência, mas que se soma a esta e problematizam ainda mais a qualidade de vida da população.

As entrevistas realizadas com residentes e lideranças comunitárias viriam a confirmar, nesse sentido, a existência de uma percepção que recaí sobre um forte estigma social que vai se interiorizando entre os segmentos sociais do bairro. Em virtude desta estigmatização, em que a parte “boa” do bairro é aquela que centrada na *entrada*, por ser reduto de uma maior valorização comercial e industrial e de investimento público, sendo, nestas condições, a parte “ruim” aquela em que precariedade econômica das condições de vida de muitos moradores encontram no interior do bairro.

O peso do estigma que vincula o local de moradia a proliferação do tráfico, do consumo de drogas e da evolução das taxas de homicídios, traduz-se numa patente rejeição social que, em maior ou menor grau, limita o acesso a estrutura de oportunidades no contexto geral da cidade. Contudo, o esforço para cruzar essa barreira de limitações resulta numa forma de inserção social pelas vias não legais. Que é uma resposta ao modo de vida sedimentado num aprofundamento das diferenças e das desigualdades que se manifesta no interior e exterior do espaço social do Benedito Bentes.

Há que se considerar as referências a evolução das taxas criminais na região. Quando que a violência passa a ser um problema para a sociabilidade local e para o poder público? Dissemos que o investimento na região teve início ainda nos anos 2000, mais um maior número de empreendimentos foi conduzido de 2010 em diante. Em períodos anteriores a 2010, o maior percentual de taxa de homicídios se concentrava no bairro do Jacintinho. Essa taxa começa a dar sinais de redução, enquanto que, na região do tabuleiro da cidade, especialmente nos bairros do Clima Bom, Antares, Cidade Universitária e Benedito Bentes esse percentual vai se elevando.

As estatísticas oficiais registram uma sequência entre 2012 e 2015 em que se aponta o bairro do Benedito Bentes como o mais violento da capital alagoano. Fizemos uma nova atualização dessas taxas e o resultado é que, para o ano de 2016 houve uma redução (57 homicídios) e voltou a crescer em 2017 (80 homicídios) de acordo com os dados apontados pelo Boletim Anual da Estatística Criminal, publicado pelo Núcleo de Estatística e Análise Criminal da Secretária de Segurança Pública de Alagoas.

As taxas apenas confirmam aquilo que é evidenciado pelos relatos dos moradores e das lideranças comunitárias. Pensar a violência nesses territórios obriga a olhar o desenvolvimento urbano através das formas como os problemas sociais marcam o cotidiano das famílias de maior permanência no bairro, bem como ouvir aquelas passam a conviver no território, mas já traz consigo processos outros de relações sociais. Naturalmente, a posição que ocupa como maior instância habitada acaba por interesses políticos emergidos do próprio bairro, potencializar um discurso de desagregação com a capital e estimula essa insatisfação local.

Deste modo, torna-se mais fácil acompanhar e entender, longe de qualquer simplicidade, aquilo que traduz os fatores mais importantes na explicação da violência na região, numa perspectiva claramente orientada pela percepção de quem é morador: a superlotação, o confinamento, o isolamento social e as estratégias conduzidas pelo poder público equivocadamente, são fatores entendidos como componente da violência no território. Por sua vez, as relações locais, os usos do bairro e a ocupação dos espaços de sociabilidade passam a ser resultado de um constrangimento que enfraquece normatividade das atividades cotidianas. O conjunto de problemas presentes e discutidos nesta investigação reforça o sentimento de insegurança e desconfiança que se estabelece em relação aos recém-chegados, tal qual os *outros* que são residentes das encostas e das grotas.

Nesse sentido, a violência parece ser percebida e interiorizada no quadro geral das relações locais como fenômeno ou um acontecimento natural. A insegurança e o medo são notoriamente evidentes, mas a recorrência da violência vai sendo aceita passivamente no cotidiano do bairro. De maneira geral, não só a violência, também os empreendimentos imobiliários inibem questionamentos, apesar da aparente insatisfação. Estaríamos assim a nos questionar, uma vez mais, se não se está perante a uma sociedade que também admite determinadas práticas que reforçam a desorganização social.

Portanto, não se pode ignorar nem desvalorizar as questões associadas as implementações dos conjuntos habitacionais, o intenso fluxo migrante e as ocupações em áreas de encostas e grotas presentes no bairro. Paralelo a esse reordenamento da composição sociodemográfica da população residente, estão presentes fatores de elevado grau de conflitualidades responsáveis pelo enfraquecimento do controle social e da sociabilidade local. Se estivermos a reconhecer que estas tem sido as características da formação dos complexos habitacionais brasileiro, é seguro supor que os bairros estão longe de serem territórios homogêneos, de elevada confiança entre os pares, que passa a ser referência a constituição das identidades coletivas.

A importância de uma ação mobilizadora da participação das comunidades nesses momentos de diálogo com o estado para pensar os desafios da construção de políticas efetivas prevenção, de controle e redução dos homicídios é, sem questionamento, imprescindível para melhoria nas comunidades. E precisa ser esta uma prática que repercuta nos governos futuros. Contudo, carece ainda de uma proximidade entre as secretarias que pensem o Plano Diretor da cidade, a secretaria de infraestrutura, assim como a Secretaria de Segurança Pública. A violência é um fenômeno que carece de um diagnóstico de natureza multidimensional e, para tanto, a participação das representações comunitárias constitui uma parte fundamental da estratégia para redução das taxas de homicídios.

O intenso processo de modernização da infraestrutura do bairro, traduz-se, portanto, como um espaço urbano marcado por conjuntos habitacionais e grotas desorganizadas, carentes de serviços públicos, de acesso a condições de trabalho e com precárias moradias. Em que, muitas destas moradias, resultam de improvisações nas encostas, em prédios ou casas abandonadas, próximo a terras privadas, etc. O bairro do Benedito Bentes, assim como os territórios que a ele se associam (bairro do Jacintinho, Cidade Universitária, Vergel do Lago) para destoar como mais suscetíveis a violência e a criminalidade têm sua visibilidade associada a pobreza, infraestrutura urbana precária, insegurança, violência e abandono.

A identificação e o diagnóstico dessas problemáticas ajudam a compreender o aumento das mortes violentas na região, é também necessário para estabelecer formas de controle e redução dessa violência. Um cenário urbano deste tipo criará um modelo de sociabilidade que reduza as distâncias simbólicas entre os segmentos do bairro? Terá, em algum momento, uma identidade bairrista, que preserve a memória e a história local? A elevada concentração de problemas no bairro, isto é, num espaço

geográfico limitado, constitui o maior desafio que se coloca para as secretarias municipais e pelos órgãos do estado, cuja resolução requer tempo e diálogo prolongado com as lideranças comunitárias e os moradores, especificamente.

Esse é um trabalho exploratório, mas esperamos que as reflexões e as considerações apresentadas possam contribuir para perceber como o problema da violência se manifesta no contexto da periferia de Maceió. O tema da violência e da criminalidade não surge isolado. Antes é parte integrante da estrutura socioeconômica da cidade e de sua evolução da estrutura urbana. É lúcida a preocupação com os fatores eminentemente relativos ao aumento do uso e do tráfico de drogas. Embora tenha nos chamados atenção a ausência de políticas públicas e projetos sociais direcionados a redução desse problema, um outro desafio também se impõe. Diz respeito às sucessivas mudanças no planejamento da arquitetura local, em que um dos moradores chamou de *experimentos* articulado pelos órgãos estaduais e municipais que em nada auxilia na redução dos grandes problemas a tempo permeado na região.

Numa perspectiva mais geral, trata-se de promover a racional utilização do espaço urbano, tendo em vista adequar as melhores condições para habitação populacional. O planejamento da estrutura, assim, deve levar em consideração um desenvolvimento harmonioso do conjunto de elementos necessários a segurança e orientar em sentido benéfico a distribuição da população pelas possíveis localizações, procurando dotar a um estilo de vida urbana equilibrado, dispondo de equipamentos coletivos suficiente, como já mencionamos, pois é tudo isto que dá forma e sentido à vida urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADOLESCÊNCIA, C. C. P. P. D. H. N. **Cada vida importa. Evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência.** Governo do Estado do Ceará. Ceará. 2016.

ADORNO, S. **A criminalidade urbana violenta no Brasil:** um recorte temático. BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 35, jan.-jun 1993.

_____. **A violência na sociedade brasileira: um painel inconcluso em uma democracia não consolidada.** Sociedade e Estado. Brasília, v.10, n.2, jul./dez., 1995, p.299-342.

AGIER, Michel. **Antropologia da cidade:** lugares, situações, movimentos. Tradução: Graça Índias Cordeiro; Prefácio à edição brasileira Graça Índias Cordeiro, Heitor Frúgoli Jr. - São Paulo : Editora Terceiro Nome, 2011. - - (Antropologia Hoje).

ALVES FILHO, A. G.; MARX, R.; ZILBOVICIUS, M. Fordismo e novos paradigmas de produção: questões sobre a transição no Brasil. **Production**, São Paulo, v. 2, p. 113-124, Dezembro 1992. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 Setembro 2017.

ARAÚJO, G. K. **Ser jovem morador de áreas populares:** um estudo das representações sociais dos jovens sobre seus locais de moradia. 2011; 163 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais, Maceió, 2011.

BALDUCCI, A. **Governing fragmentation in contemporary urban societies:** strengths and weaknesses of participatory approaches. Conference Area-based initiatives in contemporary urban policy – innovations in city governance, Gammel DoK. Copenhagen: [s.n.]. 2001.

BAPTISTA, L. V. Territórios, imagens e poderes. In: CORDEIRO, G. Í.; BAPTISTA, L. V.; COSTA, A. F. D. **Etnografias Urbanas.** Oeiras: CELTA EDITORA, 2003. p. 35-42.

BARREIRA, I. A. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. **Análise Social**, Portugal, v. XLII (182), p. 163-180, 2007.

CALDEIRA, T. P. D. R. **A cidade de muros. Crime, Segregação e cidadania em São Paulo.** São Paulo: Edusp, 2010.

CARVALHO, M. J. (2013). **Do outro lado da cidade. Crianças, urbanização e violência na área metropolitana de Lisboa.** *Sociologia, Problemas e Práticas*(72), 79-101. doi:10.7458/SPP201372261

CAVALCANTI, D. B. **Fight for a place in the City**: social practices and state action in Maceió, Brazil. 2009. 295 p. The London School of Economics and Political Science (Thesis Doctor of Philosophy), London, 2009.

CAVALCANTI, V. R. et al. Empreendimentos e ações públicas e privadas em Maceió (AL) no início do milênio. **Paisagem e ambientes: ensaio**, São Paulo, n. 36, 2015. p. 11-36.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. - 4. ed. - Maceió : EDUFAL, 2016. 348 p.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano. Artes de Fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 3ª. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CLARKE, S. Crise do forismo ou crise da social-democracia? **Lua Nova**, São Paulo, n. 24, p. 117-150, 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 4 Setembro 2017.

CORDEIRO, G. I.; BAPTISTA, L. V.; COSTA, A. F. D. **Etnografias urbanas**. Oeiras: CELTA EDITORA, 2003.

COSTA, A. F. D. Identidades culturais urbanas em época de Globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 15-30, Fevereiro 2002.

COSTA, J. D. A.; RAMOS, V. Á. Espaços urbanos em Maceió: ambiente físico e organização sócio-econômica. In: (ORGANIZADOR), L. M. D. A. **Geografia, espaço tempo e planejamento**. Maceió: EDUFAL, 2004. p. 191-205.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. Tradução de Silva Mazza e J. Guinsburg. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva: SESC (Debates; 164/ dirigida por J. Guinsburg), 2008.

DURHAM, E. R. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

DURKHEIM, É. **Da divisão do trabalho social**. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ELIAS, N.; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade./Nobert Elias e John L. Scotson; tradução, Vera Ribeiro; tradução de posfácio à edição alemã, Pedro Sússekind; apresentação e revisão técnica, Federico Neiburg - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2000.

FEIGUIN, D.; LIMA, R. S. Tempo de violência: medo e insegurança em São Paulo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 9 (2), p. 73-80, abr.-jun. 1995.

FORTUNA, C. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 123-148, Outubro 2002.

FREITAS, W. C. D. P. **Espaço urbano e criminalidade**: lições da Escola de Chicago. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GAUDÊNCIO, J. C.; NASCIMENTO, E. O. Policiamento comunitário e segurança pública em Alagoas. **IX Encontro da ABCP**, Brasília, DF, 2014.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.

GOFFMAN, E. (1998). **Estigma**. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara.

GONÇALVES, A. C. Os bairros urbanos lugares de práticas sociais. **Revista Faculdade de Letras - Geografia**, v. 1, n. 4, p. 15-32, 1988.

IVO, A. B. L. A periferia em dentate: questões teóricas e de pesquisa - INTRODUÇÃO. In: (ORG.), A. B. L. I. **Dossiê: a periferia em debate**. 1 (1987). ed. Salvador: Caderno CRH: Revista do Centro de Recursos Humanos da UFBA, 2010. p. 9-15.

_____. Jardins do Éden: Salvador, uma cidade global-dual. **Caderno CRH, Salvador**. , Salvador, v. 25, n. 64, p. 131-146, Abril 2012.

KINGSTON, B.; HUIZINGA, D.; DELBERT, S. E. A test of social desorganization. **Youh and Society**, v. 41, p. 53-79, September 2009.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos**, n. 63, Julho 2012.

LIMA, R. S. **Conflitos sociais e ciminalidade urbana: uma análise dos homicídios no município de São Paulo**. 2000. 112 p. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. 2000.

LOPES, A. C.; JUNQUEIRA, E. **Habitação de interesse social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005.

MINAYO, M. C. D. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MISSE, M. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. In: VILLA-BOAS, G. **O Brasil na virada do século**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

OLIVEIRA, C. S. D. et al. Violência e cidade: existiria uma geografia do crime? **O Público e O Privado**, p. 87-101, Juho/Dezembro, nº4 2004.

PARK, R. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 25-66.

PENHA, R. Prefeito entrega 1.480 casas populares no Benedito Bentes. **Portal da Cidade de Maceió**, 2009. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br>>. Acesso em: 10 Maio 2017.

PENHA, R. Prefeitura transfere 120 famílias para o Cidade Sorriso. **Portal da Cidade de Maceió**, 2009. Disponível em: <<http://www.maceio.al.gov.br>>. Acesso em: 20 Maio 2017.

QUEIRÓS, J. Precariedade habitacional, vida quotidiana e relação com o Estado no centro histórico do Porto na transição da ditadura para a democracia. **Análise Social**, Portugal, v. XLVIII , 2013.

QUEIROZ, L. C. D. Transformações na Ordem Urbana na Metrópole Liberal-Periférica: hipóteses e estratégias teóricas-metodológica para estudo comparativo. **Observatório das Metrôpoles / Instituto Nacional da Ciência e Tecnologia / FAPERJ-CAPES-CNPq**, Rio de Janeiro, 2013.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. **Manual de investigação em ciências sociais**. Tradução de Maria Amália Mendes e Maria Carvalho João Minhoto Marques. 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008

Sampson, Robert J. **Neighbourhood and community**. Collective efficacy and community. safety, *New Economy* (2004), p. 106-113.

_____ ; GROOVES, W. Byron. **Community Structure and Crime: Testing Social-Disorganization Theory**. *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, No. 4. (Jan., 1989), pp. 774-802.

SANTOS, N. M. M. E. **Campos de pelada na configuração de espaços na periferia de Maceió-Alagoas**. 2009. 171 p. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmica do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2009.

SILVA, J. D. D. N. **Urbanização e Saúde em Maceió,AL: o caso dos bairros Vergel do Lago, Jacintinho e Benedito Bentes**. 2011. 132 p. (Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmica do Espaço Habitado) - Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2011.

SILVA, L. A. M. D. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: (ORG), L. C. R. **Metrôpoles: entre a cooperação e o conflito**. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/Fase, 2004.

_____. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. Violência e sociabilidade: tendências na atual conjuntura urbana no Brasil. In: RIBEIRO, L. C.; JR, O. S.; (ORGS) **Globalização, fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 557-591, Oct 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 9 Maio 2016.

TEIXEIRA, A. N. **A produção televisiva do crime violento na modernidade tardia**. 2009. 242 p. (Tese de Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre, 2009.

TELLES, V.; CABANES, R.; (ORGS.). **Nas tramas da cidade. Trajetórias Urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/IRD, 2006.

WAQUANT, L. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Filho. et al. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Renavan: FASE, 2001.

_____. Ressituando a gentrificação: a classe popular, a ciência e o Estado. In: IVO, A. B. L. **Dossiê: A periferia em Debate**. Salvador: UFBA, 2010. p. 51-59.

ZALUAR, Alba. **Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização**. São Paulo Perspec., São Paulo , v. 13, n. 3, p. 3-17, Sept. 1999.

_____. A abordagem ecológica e os paradoxos da cidade. **Periódico - Revista de Antropologia da USP, Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo**, São Paulo, 53 (2), julho-dezembro 2010. 611-644.

ZILLI, Luís Felipe. **Violência e criminalidade em vilas e favelas dos grandes centros urbanos**: um estudo de caso da Pedreira Prado Lopes. 2004, 233 p. (Dissertação de Mestrado Sociologia e Antropologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2004.

ANEXOS

ANEXO I
MORADORES ENTREVISTADOS – INDICADORES DE
CARACTERIZAÇÃO

Total de moradores entrevistados 54; Distribuição por sexo: Feminino (36); Masculino (18); Idades compreendidas a partir de 35 a 70 anos.

Tabela 3 – Pessoas Entrevistadas

IDADE				TOTAL
SEXO	35/45	46/55	56/70	
Masculino	4	8	6	18
Feminino	9	17	10	36
TOTAL	13	25	16	54

ANEXO II

DISTRIBUIÇÃO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (DE ACORDO COM OS MORADORES)

Tabela do Anexo – Local de Moradia

LOCAL DE MORADIA							
Sexo	Benedito Bentes I	Conjunto Frei Damião	Conjunto Cidade Sorriso I	Conjunto João Sampaio II	Grota da Alegria	Grota da Iraci	TOTAL
Masculino	6	2	2	3	0	0	13
Feminino	16	6	5	2	6	6	41
TOTAL	22	8	7	5	6	6	54

ANEXO III

ROTEIRO DE ENTREVISTA II – Destinado aos moradores (Benedito Bentes I; Benedito Bentes II; Grota da Alegria)

1. Perfil do entrevistado

- Caracterização sociodemográfica (idade; sexo; escolaridade; profissão; estrutura do agregado familiar)

2. Trajetória pessoal e contato com o bairro/grota

- Trajetória residencial (onde vivia antes; quais motivos da mudança; morou em outra localidade dentro do bairro; saiu e voltou do bairro, se sim, por que);
- Que lembrança tem do antigo local de moradia (quanto a satisfação, era melhor antes do que agora, se sim, por que; se não, por que; quais aspectos positivos/negativos associados ao atual/anterior local de moradia);
- Há outros familiares aqui no bairro (como eles viram sua mudança para cá; qual visão deles sobre o bairro);
- Em relação aos vizinhos, ainda são os mesmos, se não, sabe por que mudaram;

3. Quanto as relações sociais

- Quais são as relações mais importantes para o seu bem-estar (dentro/fora do bairro);
- Como se deu a relação com as pessoas que vieram morar no mesmo período ou depois que você (rápida; lentas; amizades duradouras; vizinhos, apenas)
- Já teve algum problema com algum vizinho próximo ou com outros moradores do bairro, se sim, o que aconteceu;
- Há uma relação de confiança entre os vizinhos;

4. Quanto aos usos sociais do bairro

- Que locais costuma frequentar com maior frequência no bairro (e as demais pessoas de casa, elas saem com muita frequência, tem um lugar específico no bairro);

- No cotidiano, consegue atender todas as demandas de casa ou pessoais no próprio bairro;
- Quanto aos espaços de convivência, sente falta de alguma coisa no bairro, se sim, de que;
- Trabalha aqui no bairro, os membros familiares trabalham/estudam no bairro;
- Como avalia seu local de residência quanto positivo/negativo para lazer

5. Quanto aos conjuntos e a grotas

- Sabe como surgiram os conjuntos e as grotas (se é morador, como avalia quanto a habitação, infraestrutura; gostaria de mudar, se sim, para onde, por que)
- Para você, o que os conjuntos/grotas representam para o bairro;
- Percebe alguma mudança na relação entre as pessoas com a formação e a ocupação das grotas;
- Se morador, quando venho morar na grotas, por que; onde morava antes; era melhor antes, se sim, por que; se não, por que; já pensou em mudar, se sim, para onde, por que; tem familiares ou amigos que também moram aqui; o que acha das outras grotas;

6. Quanto a violência

- Quando começou a morar aqui (no bairro ou na grotas) havia violência, se sim, de que tipo;
- Quando a violência começou a aumentar (no bairro ou na grotas), por que;
- A violência aqui, nessa comunidade, é praticada por pessoas daqui ou de fora;
- Que tipo de violência você percebe de forma mais comum;
- Ao que o aumento da violência, no bairro de maneira geral, está associado

7. Quanto ao estigma de bairro/conjunto/grotas violento (a)

- Como é ser morador do(a) bairro/grotas;
- Já percebeu, em sua trajetória de vida no bairro, alguma desvantagem por ser morador do(a) bairro/grotas;
- Como geralmente as pessoas que não são do bairro ou a mídia se refere ao bairro (você concorda com essa visão)
- Se considera morador do bairro; acredita que exista um Benedito Bentes I e um Benedito Bentes II, se sim, por que;

- O bairro cresceu muito nos últimos anos, qual visão tem sobre o futuro do bairro e de sua localidade

8. Avaliação do bairro

- O que melhorou/piorou; maiores diferenças positivas/negativas desde que venho para o bairro;
- O que acha do bairro se tornar uma cidade

ANEXO IV

ROTEIRO DE ENTREVISTA I – Destinado as lideranças políticas e comunitárias

1. Perfil das lideranças entrevistadas

- Caracterização sociodemográfica – Idade; Sexo; Escolaridade; Local de Residência; Profissão.
- Trajetória profissional e experiência com o bairro/outras áreas urbanas

2. Questões para avaliar as problemáticas do bairro

- Momento de contato e papel que vem desempenhando no bairro;
- Organizações ou associações da qual faz parte;
- Poder de decisão (para conduzir processos de negociação ou resolução de demandas no bairro);
- Percepção dos principais problemas do bairro, dos conjuntos e das grotas;
- Há muitos espaços terrenos abandonados, lixões espalhados;
- O transporte público é acessível e de qualidade.

3. Questões para avaliar os conjuntos e as grotas

- Quando começam a surgir os primeiros conjuntos;
- Quando começam a surgir as primeiras grotas;
- Houve alguma alteração no plano das relações sociais com a formação dos conjuntos habitacionais ou com a ocupação das grotas;
- Para você, o que representa os conjuntos; o que representa as grotas;
- Essa divisão dos núcleos habitacionais impacta na sociabilidade das pessoas;
- Contextualize a violência nos conjuntos habitacionais e nas grotas.

4. Questões para avaliar a migração para o bairro

- De onde as pessoas migram (de outras cidades, se sim, quais; de outros bairros, se sim, quais);
- Essas pessoas são beneficiadas (se sim, devido ao que);
- Elas simplesmente ocupam (se sim, onde, por que).

5. Questões para avaliar a convivência nos espaços de interação no bairro

- Quais são os espaços de convivência entre as pessoas (qual a situação das praças; dos campos de pelada; da feira de rua; dos estabelecimentos comerciais; das igrejas; das escolas);
- É comum encontrar pessoas nas ruas no turno da noite;
- Quais obstáculos observados que comprometem à participação nesses espaços.

6. Questões para avaliar o problema da violência

- Quando a violência passa a ser um problema;
- Que tipo de violência é observada no começo do bairro;
- Qual contexto atual da violência no bairro;
- Em relação ao tráfico de drogas e da prostituição, são percebidos como problemas do bairro;
- É possível perceber grupos ou facções que atuam no bairro (se sim, estão associados a outros grupos; se sim, quais);
- Se tiver que definir a violência no bairro, ao que ou a quem a associaria

7. Questões para avaliar a segurança no bairro

- Como avalia o papel da base de Policiamento Comunitário;
- Como avalia o papel do 5º Batalhão da Polícia Militar;
- Como avalia o grau de segurança dos moradores;
- Que outras medidas ou projetos tem sido realizado no bairro para reduzir a criminalidade.

8. Questões para avaliar grau de pertencimento

- Você se considera morador do bairro (por que);
- Já pensou em mudar de bairro (se sim, por que);
- Já pensou em mudar de cidade (se sim, para qual, por que).

9. Questões para avaliar a ‘municipalização’ do Benedito Bentes

- Qual sua opinião sobre o bairro se tornar cidade;

- Tornar o bairro cidade, traria melhores benefícios para o bairro (por que)
- Acredita que o bairro irá se tornar de fato cidade (por que)

ANEXO V
GROTA/TERMINAL/FEIRA/OFÍCIOS



Figura 17 – Feira de Rua, antes da desocupação, 24/07/2017. Arquivo do autor.



Figura 18 – Terminal Integrado do Benedito Bentes I. Arquivo do autor.



Figura 19 – Grota do Carimbão, no Benedito Bentes. 02/06/2017. Arquivo do autor.



Figura 20 – Grota do Carimbão, no Benedito Bentes. 02/06/2017. Arquivo do autor.



Câmara Municipal de Maceió
 Gabinete do Vereador Silvano Barbosa
 Endereço provisório: Rua B35, N° 504 Benedito Bentes 1
 Contatos: vereadorsilvaniobarbosa@gmail.com / (82) 8802-3758

Ofício nº 27/2014 - **URGENTE**

Maceió (AL), 20 de janeiro de 2014.

Ao Senhor
Eduardo Tavares Mendes
 Secretário de Defesa Social de Alagoas

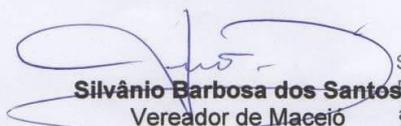
Solicitação: Policiamento com rondas ostensivas e abordagens no Alto da Alegria, Benedito Bentes.

No legítimo poder que me foi outorgado pelo povo, venho mui respeitosamente solicitar a vossa senhoria que seja efetuada um **policimento reforçado com rondas ostensivas e abordagens no Alto da Alegria, Benedito Bentes. Pois, os moradores se sentem inseguros com os constantes assaltos e o aumento da violência no local.**

Neste sentido, ao tempo que informo o assunto, solicito suas providências no sentido que sejam determinadas com toda brevidade as providências necessárias.

Na certeza do pronto atendimento deste já agradeço.

Respeitosamente,


Silvano Barbosa dos Santos
 Vereador de Maceió

SEDS
 Seção de Protocolo e Arquivo
 Recebido (ou) em 20/1/14
 às 10 h 55 min.
 Rubrica:
 SEÇÃO DE PROTOCOLO
 Shirley Christiane Firmino Argemiro
 CPF 955.120.184-53
 SEDS-AL

Figura 21 – Ofício com solicitação de ronda policial no Alto da Alegria



Câmara Municipal de Maceió
 Gabinete do Vereador Silvânio Barbosa
 Endereço provisório: Rua B35, Nº 504 Benedito Bentes 1
 Contatos: vereadorsilvaniobarbosa@gmail.com / (82) 8802-3758

Ofício nº 97/2014 - **URGENTE**

Maceió (AL), 10 de março de 2014.

Ao Senhor
Ten. Cel. PM Paulo Domingo de Araújo Lima Júnior
 Comandante do Policiamento da Capital

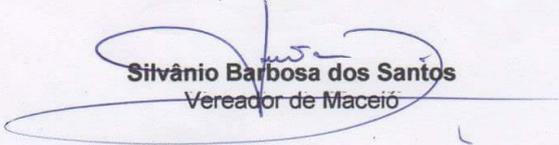
Solicitação: Policiamento com rondas ostensivas e abordagens ao entorno do Terminal Integrado do Benedito Bentes I.

No legítimo poder que me foi outorgado pelo povo, venho mui respeitosamente solicitar a vossa senhoria que seja efetuada um **policimento reforçado com rondas ostensivas e abordagens ao entorno do Terminal Integrado do Benedito Bentes I, pois os rodoviários, trabalhadores, estudantes e a população usuária do transporte estão inseguros com os constantes assaltos e o aumento da violência no Terminal.**

Neste sentido, ao tempo que informo o assunto, solicito suas providências no sentido que sejam determinadas com toda brevidade as providências necessárias.

Na certeza do pronto atendimento deste já agradeço.

Respeitosamente,


Silvânio Barbosa dos Santos
 Vereador de Maceió

RECEBI

Em 10/03/14 às 09:15h.

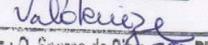

 Valdenize Q. Soares da Silva
 Mat. 86864 ROPM 02.394/992

Figura 22 – Ofício com solicitação de ronda policial para o Terminal Integrado do Benedito Bentes I



Câmara Municipal de Maceió
Gabinete do Vereador Silvano Barbosa
Endereço provisório: Rua B35, Nº 504 Benedito Bentes 1
Contatos: vereadorsilvaniobarbosa@gmail.com / (82) 8802-3758

Ofício nº 02/2014 - **URGENTE** Maceió (AL), 14 de janeiro de 2014.

Ao Senhor
Ten. Cel. PM Neyvaldo José Amorim da Silva
Comandante do Policiamento da Capital

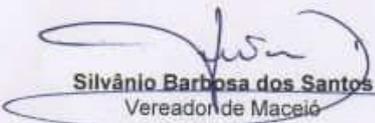
Solicitação: Policiamento com rondas ostensivas e abordagens na região dos Conjuntos João Sampaio 2, Nascente do Sol, Pôr do Sol, Celi Loureiro e Galileia no Benedito Bentes.

No legítimo poder que me foi outorgado pelo povo, venho mui respeitosamente solicitar a vossa senhoria que seja efetuada um **policiamento reforçado com rondas ostensivas e abordagens na região dos Conjuntos João Sampaio 2, Nascente do Sol, Pôr do Sol, Celi Loureiro e Galileia no Benedito Bentes, pois os moradores se sentem inseguros com os constantes assaltos e o aumento da violência no local, conforme reclamações em anexo.**

Neste sentido, ao tempo que informo o assunto, solicito suas providências no sentido que sejam determinadas com toda brevidade as providências necessárias.

Na certeza do pronto atendimento deste já agradeço.

Respeitosamente,


Silvano Barbosa dos Santos
Vereador de Maceió

RECEBI
Em 14/01/2014 às 11:30h
Valdeir
Valdeir C. Soares da Silva **SGT PM**
Mat. 2254 RGPM 02.394732

Figura 23 – Ofício com solicitação policial para os Conjuntos Habitacionais João Sampaio 2, Nascente do Sol, Pôr do Sol, Celi Loureiro e Galileia no Benedito Bentes